



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Violência Doméstica e Meios de Controlo à Distância

Nuno Rafael da Costa Lopes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof^a. Doutora Catarina Sales de Oliveira

Covilhã, Outubro de 2015

Agradecimentos

Este trabalho só foi possível ter sido concluído, devido a várias pessoas e instituições que estiveram envolvidas e deram o seu contributo à sua maneira. Para todos os envolvidos, um pequeno e sincero reconhecimento:

À Professora Doutora Catarina Sales, orientadora deste trabalho, pela força e motivação que sempre me transmitiu e não me ter permitido desistir.

À Universidade da Beira Interior, mais concretamente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Sociologia por ter permitido que toda esta investigação fosse elaborada.

Aos meus superiores hierárquicos da Equipa de Vigilância Eletrónica da Guarda e da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica que permitiram e autorizaram a realização deste estudo no serviço.

Aos colegas de trabalho, que deram o seu contributo de uma forma ou de outra para que tivesse a maior disponibilidade possível para a realização da investigação, em especial ao colega Artur.

Agradeço minha companheira, enteada, pais, avó, porque nunca deixaram de acreditar em mim e que conseguia alcançar este objetivo e nunca me deixaram desistir contribuindo para o sucesso deste trabalho.

Resumo

A violência doméstica (VD) é um fenómeno multifacetado que atinge todas as faixas etárias e todos os status sociais. A visibilidade social deste fenómeno em Portugal aumentou nos últimos anos, fruto do seu reconhecimento como crime público em 2011 e também da luta de muitas mulheres, individualmente e agrupadas em associações e instituições. Também ao nível das políticas públicas tem havido um aumento é o exemplo da utilização de meios de vigilância eletrónica para monitorizar a proibição de contactos e o afastamento de vítimas e agressores. Implementada em 2009 apenas no ano de 2011 foi alargada a todo o território nacional.

Esta dissertação analisa a consolidação da implementação desta medida pela equipa de vigilância eletrónica da Guarda. Analisam-se 25 casos concretos de situações de violência doméstica acompanhados e fiscalizados com meios de controlo à distância. Serão objeto de reflexão as perceções das vítimas, agressores e equipa técnica em relação à eficácia deste tipo de procedimento. Utilizou-se uma metodologia de base qualitativa acionando três técnicas de recolha de dados - entrevistas semiestruturadas a vítimas, agressores, técnicos e técnicas, à análise documental dos processos e ainda a observação das visitas - com recurso à triangulação de dados.

Os resultados permitem afirmar que os intervenientes tendem apresentar conformidade e aceitação da medida porém manifestam alguma resistência passiva mediante a incorreta utilização dos equipamentos conectada com a ambivalência do próprio fenómeno de VD. A vigilância é consensualmente percecionada como algo de positivo sendo inclusive conjecturado o seu alargamento como uma forma de contornar as resistências remanescentes.

Palavras-chave

Violência doméstica; vítima; agressor; técnicos/as de reinserção social; vigilância eletrónica; meios de controlo à distância.

Abstract

Domestic violence (DV) is a complex phenomenon that affects all age groups and all social status. In Portugal it's social visibility increased in recent years as a result of its recognition as a public crime in 2011 and also due to the struggle of many women, associations and institutions. Public policies have also shown an increase and one example is the use of electronic surveillance to monitor the contacts between victims and offenders. This system was implemented in 2009 but only in 2011 was extended to the entire Portuguese territory.

This dissertation analyzes the consolidation of the implementation electronic surveillance applied by Guarda team. It examines 25 cases of domestic violence accompanied and supervised by electronic surveillance. The field work analyzed the perceptions of victims, offenders and probation technicians regarding the effectiveness of the procedure. We used a qualitative approach based on three data collection techniques - semi-structured interviews with victims, offenders and technicians; documentary analysis of the processes and observation - and using data triangulation.

The results allow us to state that the parties tend to formally accept the measure but expressed some passive resistance by improper use of equipment. This behavior is connected to the ambivalence of domestic violence phenomenon. Surveillance is consensually perceived as positive and it's enlargement is seen as a prospect strategy.

Keywords

Domestic violence; victims; offenders; electronic surveillance; probation technicians; distance control means.

Índice

Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento teórico.....	5
Capítulo I - A violência doméstica - da evolução do fenómeno na sociedade portuguesa à sua conceptualização	5
1.1 Evolução do fenómeno.....	5
1.2 (In) coerências do conceito de violência doméstica	9
1.3 Tipologia da Violência Doméstica	12
1.4 Diferenças de género entre mulheres e homens na família	15
1.5 Relativamente aos perfis de vítima e agressores/as	21
Capítulo II - Contributos teórico-metodológicos da sociologia para o estudo da violência doméstica	23
2.1. Teorias macrossociológicas	23
2.1.1 A teoria da subcultura da violência	24
2.1.2 Teorias do conflito	25
2.1.3 Teoria Geral dos sistemas.....	27
2.1.4 Perspetivas feministas	31
2.2. Teorias microsociológicas	35
2.2.1 Teoria dos recursos.....	35
2.2.2 Teoria da troca e controlo social	37
2.2.3 Interacionismo simbólico.....	40
Capítulo III - Uma sociedade em permanente vigilância.....	43
3.1. A legislação portuguesa da violência doméstica e da vigilância eletrónica e sua aplicação	47
3.2. A vigilância eletrónica e a sua aplicação aos casos de violência doméstica	49
Parte II - Pesquisa empírica.....	51
Capítulo IV - Metodologia da investigação científica	51
4.1 Opções metodológicas	51
4.1.1 Entrevista semiestruturada	52
4.1.2 Observação	54
4.1.3 Análise documental	56
4.1.3.1. Articulação entre diversas técnicas de pesquisa com a análise documental	59
4.1.3.2. Obstáculos e vantagens na utilização da análise documental	59
4.2 Contextualização da recolha de dados empíricos	61
4.2.1 Caracterização da equipa de vigilância eletrónica	61
4.2.2 População alvo e amostra.....	62
4.2.3 Modelo de análise e instrumentos de recolha de dados	63
Capítulo V - Apresentação e discussão dos resultados	65
5.1. Um panorama nacional	66

5.2. Os casos estudados.....	69
5.2.1 Caracterização da equipa técnica.....	69
5.3. Violência doméstica.....	70
5.3.1 Primeira dimensão - processo de violência doméstica.....	71
5.3.2 Segunda dimensão - atitudes e perceções	92
5.4. Utilização dos meios e vigilância eletrónica.....	95
5.4.1 Primeira dimensão - circunstâncias	95
5.4.2 Segunda dimensão - perceções dos técnicos e das técnicas.....	97
5.4.3 Terceira dimensão - perceção dos intervenientes (vítimas e agressores).....	102
Capítulo VI - Considerações finais	113
Referências Bibliográficas.....	117
Anexos	121
Anexo 1 - Entrevista Técnicos e técnicas de Reinserção Social	121
Anexo 2 - Entrevista Vítimas.....	124
Anexo 3 - Entrevista Agressor/a.....	128
Anexo 4 - Grelha de observação e análise documental	132
Anexo 5 - Grelha transcrições entrevistas relacionadas com modelo de análise (Técnicos e técnicas, Agressores e vítimas)	133

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Legislação aplicável à VE	49
Tabela 2 - Modelo de análise	64
Tabela 3 - Catalogação vítimas, agressores, técnicos/as e processos.....	65
Tabela 4 - Penas e medidas em execução com VE	66
Tabela 5 - Penas e medidas aplicadas e findas.....	66
Tabela 6 - Taxa de revogações	66
Tabela 7 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, grupo concelho	68
Tabela 8 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por categoria e subcategoria de crimes registados (VD)	68
Tabela 9 - Idade e sexo dos técnicos e técnicas	69
Tabela 10 - Habilitações literárias dos técnicos e técnicas	70
Tabela 11 - Idades e sexo de vítimas/agressores	72
Tabela 12 - nível escolaridade de vítimas e agressores.....	72
Tabela 13 - Estado civil antes da VE.....	74
Tabela 14 - Estado civil durante VE	75
Tabela 15 - Situação profissional agressores/vítimas	75
Tabela 16 - Vínculo profissional agressores/vítimas.....	77
Tabela 17 - Profissões vítimas/agressores.....	78
Tabela 18 - Formulação de queixa.....	79
Tabela 19 - Antecedentes criminais	79
Tabela 20 - Tipologia dos crimes.....	80
Tabela 21 - Tipo de crime indiciado/condenado e Meios utilizados na prática do crime.....	81
Tabela 22 - Tipo de violência praticada pelo agressor	82
Tabela 23 - Problemas associados	82
Tabela 24 - Situação familiar antes e durante VE.....	83
Tabela 25 - Marcas deixadas pelo processo VD	84

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das penas e medidas em execução, por género	67
Gráfico 2 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por grupo etário (anos)	67
Gráfico 3 - Idades dos técnicos e técnicas	70
Gráfico 4 - Habilitações literárias dos técnicos e técnicas	70
Gráfico 5 - Idades e sexo de vítimas/agressores	72
Gráfico 6 - Nível escolaridade Agressores	73
Gráfico 7 - Nível escolaridade vítimas	73
Gráfico 8 - Sexo das vítimas	73
Gráfico 9 - Estado civil antes da VE	74
Gráfico 10 - Relação entre vítima e agressor durante acompanhamento.....	75
Gráfico 11 - Situação profissional atual dos agressores.....	76
Gráfico 12 - Situação profissional atual vítimas.....	76
Gráfico 13 - Vínculo profissional dos agressores	77
Gráfico 14 - Vínculo profissional das vítimas	77
Gráfico 15 - Profissões vítimas/agressores	78
Gráfico 16 - Formulação de queixa	79
Gráfico 17 - Antecedentes criminais	79
Gráfico 18 - Tipologia dos crimes	80
Gráfico 19 - Tipo de crime condenado/indiciado	81
Gráfico 20 - Meios utilizados na prática do crime	81
Gráfico 21 - Problemas associados.....	83
Gráfico 22 - Situação familiar antes da VE	84
Gráfico 23 - Situação familiar durante VE.....	84
Gráfico 24 - Tipo de violência praticada pelos agressores	87
Gráfico 25 - Marcas deixadas pelo processo de VD	88

Lista de Acrónimos

APAV	Associação de Proteção à Vítima
APEM	Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
ATL	Atividade de Tempos Livres
CIG	Comissão de Igualdade de Género
CRI	Centro de Respostas Integradas
DGRSP	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPS	Global Positioning System
MAI	Ministério da Administração Interna
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PAVD	Programa para Agressores de Violência Doméstica
PSP	Polícia Segurança Pública
SIRS	Sistema Integrado de Reinserção Social
TPRS	Técnico Profissional de Reinserção Social
TSR	Técnicos Superior de Reinserção
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
VD	Violência Doméstica
VE	Vigilância Eletrónica

Introdução

Esta dissertação de mestrado irá abordar a problemática da violência doméstica, fenómeno que ao longo dos tempos tem vindo atingindo não só mulheres e homens, como também crianças, idosos e deficientes, envolvendo todos no interior das famílias. Inicialmente associada às famílias não estruturadas e problemáticas, a violência doméstica cada vez mais é percecionada como um fenómeno multifacetado, pois atinge todas as faixas etárias e todos os status sociais (Dias, 2004).

Atualmente é uma temática com alguma visibilidade, não só pela comunidade científica como é por parte dos media devido ao seu reconhecimento como crime público¹ e principalmente através da utilização dos meios de controlo à distância como forma de controlar e monitorizar a proibição de contactos entre vítimas e agressores/as. No entanto esta situação de crime público já estava tipificada desde o ano 2000 (Ribeiro, 2013).

O papel da sociedade civil tem sido também fundamental através da luta de muitas mulheres, individualmente e agrupadas em associações de mulheres, como é o exemplo da UMAR (União Mulher Alternativa Resposta) ou a APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres), não descurando o suporte institucional da CIG (Comissão de Igualdade de Género) e da APAV (Associação de Apoio à Vítima) que este fenómeno tem tido o seu reconhecimento social pelo que a sensibilidade para o mesmo é hoje mais elevada e sentimentos de intolerância social para com as situações de VD têm vindo a crescer em Portugal (Ibidem, 2004).

Tem-se tornado evidente o esforço na reforma da legislação sobre a VD nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à formação dos profissionais da justiça e agentes das forças de segurança. A criação de linhas de apoio telefónico e de apoio jurídico às vítimas são algumas das medidas tomadas nos últimos anos para a desmistificação da aparente segurança e lugar de afetos que é a família (Dias, 2010). As estratégias de intervenção e as políticas sociais têm sofrido uma evolução positiva no combate à VD, com novas formas de abordar o problema (Manita, 2009).

Muitos dos atos de violência que ocorrem sobre mulheres, crianças, idosos e deficientes, eram tolerados e sustentados por padrões socioculturais que as legitimam, no entanto esta situação tem vindo alterar-se desde a década de 70 do século passado, não só em toda a Europa como também em Portugal.

A prevalência de atos violentos nas famílias, nomeadamente a reiteração desses comportamentos contra mulheres, contudo mantem-se. Raízes históricas estão bem patentes

¹ A VD passou a ser crime público em 2000 (Lei nº7/2000, de 27 de Maio). Estava prevista a criação de uma rede de apoio que englobava: casas-abrigo; centros de atendimento às vítimas.

na problemática da VD, sendo por isso fundamental atuar de forma preventiva, identificando e sinalizando possíveis situações de vulnerabilidade em determinados contextos familiares. A vulnerabilidade a que as pessoas que sofrem violência doméstica estão sujeitas coloca esta problemática como uma questão social com crescente relevância na sociedade, que urge a conciliação de todos os esforços possíveis para o seu combate (APAV, 2014). É neste contexto que surgem as medidas de vigilância eletrónica nos processos de violência doméstica. É uma medida recentemente implementada, os primeiros casos da aplicação da medida são do ano de 2009 mas que tem vindo em franco crescimento a nível nacional. Exige para isso analisar a relação entre a VD e a utilização dos meios de controlo à distância.

No âmbito do Mestrado em Sociologia - Exclusões e Políticas Sociais pareceu-nos propriamente pertinente a escolha desta problemática, tendo o mestrando contato direto profissional com o fenómeno, procurou-se tirar partido desta relação de proximidade e colocá-la ao serviço do questionamento sociológico da aplicação desta medida.

Moveu-nos a pergunta de partida:

- Em que medida as políticas existentes são eficazes no combate à violência doméstica e à sua prevenção e qual o papel dos técnicos na prevenção e combate da violência doméstica?

Definiu-se depois como objeto de estudo os processos de VD que estão a decorrer nos diversos tribunais abrangidos pela equipa de vigilância eletrónica da Guarda.

Pretende-se com esta investigação dar um contributo para uma melhor caracterização e avaliação da medida, avaliando junto das vítimas, agressores/as e técnicos e técnicas as suas perceções e experiências do uso deste tipo de mecanismo dos meios de vigilância com pulseira eletrónica nas situações de VD.

Definiram-se como objetivos gerais:

1. *Caracterizar e compreender o processo de vigilância eletrónica na proibição de contatos com recursos a meios de controlo à distância em contexto de violência doméstica.*
2. *Compreender se as políticas existentes se mostram eficazes no combate à violência doméstica, concretamente todo o enquadramento à medida de vigilância eletrónica nestes casos;*

E como objetivos específicos:

1. *Caracterizar as dinâmicas de funcionamento do mecanismo aferindo a sua capacidade de proporcionar uma efetiva melhoria na qualidade de vida, segurança e autonomia das vítimas bem como a reinserção social dos agressores.*
2. *Compreender como vítimas, agressores técnicos e técnicas percecionam o controlo e vigilância no seu quotidiano.*

3. *Analisar qual o papel da equipa técnica no acompanhamento e sucesso da utilização dos meios de controlo à distância, conhecendo as suas perceções e experiências face ao mecanismo.*
4. *Analisar os potenciais obstáculos à eficácia da vigilância eletrónica, do ponto de vista de quem é vigiado e quem vigia;*

Para levar a cabo esta investigação efetuou-se uma pesquisa bibliográfica temática sobre as questões da violência doméstica e da vigilância, que se apresenta na primeira parte desta dissertação e que está dividida em três capítulos. Os primeiros dois são dedicados à problemática de VD e ao seu enquadramento no corpo teórico da sociologia.

O terceiro capítulo discute a vigilância na sociedade contemporânea e enquadra a vigilância eletrónica neste contexto.

Na segunda parte da dissertação apresentam-se as opções metodológicas acionadas para a pesquisa empírica. Fundamenta-se a escolha por uma abordagem qualitativa na investigação de um tema que é complexo e íntimo e que gera nos três grupos de atores envolvidos ambivalência de sentimentos e perceções (Dias, 2010).

A interceção permanente entre a esfera pública e privada que este fenómeno acarreta fez com que fosse fundamental acionar 3 três técnicas de recolha de dados, a saber a observação, a entrevista e a análise documental. A VD acontece no âmbito da vida privada mas uma vez criminalizada passa a ser do domínio público e a vigilância é uma medida pública de proteção que afeta o quotidiano de agressores e vítimas.

O capítulo 4 apresenta estas escolhas bem como o decurso do trabalho de campo. Os dados recolhidos foram tratados e analisados por confronto com os objetivos delineados para a investigação, operacionalizados no modelo de análise. Esta etapa investigativa está consubstanciada no capítulo 5, finalizando com algumas considerações finais sobre a investigação levada a cabo sobre as muitas pistas abertas para pesquisas posteriores.

Parte I - Enquadramento teórico

Capítulo I - A violência doméstica - da evolução do fenómeno na sociedade portuguesa à sua conceptualização

1.1 Evolução do fenómeno

A violência doméstica pode ser perpetrada de diversas formas e em diversos contextos, sociais e históricos, no entanto este tipo de maus tratos podem ser considerados endémicos em todos os países e comunidades do mundo, na larga maioria dos casos a vítima é do sexo feminino. Efetivamente a mulher sempre foi vista historicamente como fazendo parte e sendo uma propriedade do homem (Alvim, 2006).

O poder era detido apenas pelo sexo masculino, pois dominavam a educação e a força e possuíam a autoridade para controlar as mulheres. É no seio familiar que ocorrem mais situações de VD, fato demonstrado em investigações, principalmente nos casos que vitimizam mulheres. Apesar desta aparente simplicidade, definir o conceito de violência doméstica não é pacífico.

Este é um fenómeno que pode ser descrito como complexo de compreender e estudar, pois tem uma alargada quantidade de fatores envolvidos que dificultam o seu entendimento e análise (Correia, 2012). Correia aborda a antiguidade do conceito de violência doméstica para relatar o primeiro caso de maus tratos infantis que há registo. Este sucedeu nos Estados Unidos da América, em 1874, onde uma criança era violentamente espancada pela madrasta, originando na altura a criação da Sociedade de Prevenção de Crueldade contra Crianças.

No caso de Portugal, contexto geográfico desta investigação, só a partir da década de 80 do século passado é que a VD passa a ser vista como um problema social.

Associada a esta metamorfose na sociedade portuguesa relacionada com a VD, esteve a alteração do estatuto da mulher que sofreu profundas alterações no pós 25 de Abril de 1974. Na Constituição da República Portuguesa de 1976 passam a estar consagrados a igualdade de direitos para ambos os cônjuges, assim como o respeito entre si. É precisamente nesta lenta e gradual evolução no processo de emancipação das mulheres, que estas vão tomando consciência da problemática da VD à qual têm estado expostas ao longo dos tempos, assumindo perante si os seus direitos perante a lei (Azambuja e Nogueira in (Correia, 2012: 25)).

Na democracia criada após 74 foram devolvidos aos cidadãos direitos e liberdades fundamentais no contexto sociocultural da época. Agressões e maus tratos passaram a ser considerados crime, sendo que até e durante o Estado Novo, agressão que não houvesse crueldade exagerada, não era punida criminalmente.

Modificações no acesso ao ensino, a nível da oferta de empregos, transformações no próprio seio familiar, direito ao voto entre outras, não ultrapassam porém totalmente a inferiorização e desvalorização social atribuída à mulher. Estas transformações de aspeto social estiveram ainda relacionadas com outras adquiridas pela população e principalmente pela mulher no período pós-revolução, a saber, a conquista da liberdade de expressão e de associação, consubstanciando-se no aparecimento de condições e de requisitos fundamentais para os movimentos feministas que já pairavam nos restantes países da Europa ocidental (Ferreira, 2005). O eclodir dos movimentos feministas na década de 70 do século passado veio chamar atenção para os comportamentos violentos que ocorriam no interior das famílias, principalmente sobre as mulheres.

A esfera privada e íntima das famílias passou assim a estar mais exposta à sociedade, na medida em que muitos estudos científicos começaram a ser realizados e surgem igualmente o aparecimento de políticas sociais que pretendiam proteger vítimas de VD.

Podem ser mencionados vários fenómenos sociais que podem ter originado o surgimento do conceito de violência doméstica, pois as alterações dos papéis sociais que temos vindo aqui a discutir, auxiliaram o seu aparecimento.

A igreja, predominantemente católica em Portugal, tinha e ainda tem, um peso muito acentuado na conceção moral de família e concretamente sobre a mulher (Marques, 2009). O dever de procriar da mulher era contraposto à ideia dos sentimentos de amor que esta pudesse expressar publicamente pelo seu marido ou companheiro, sobretudo devido à forte correlação com os dogmas religiosos (Giddens, 2009).

No Portugal maioritariamente agrário do século XIX observava-se claramente o papel predominante do sexo masculino, pois era este que se considerava o chefe de família (Ferreira, 2005).

O modelo tradicional de família estava enraizado na sociedade portuguesa, onde o casamento prevalecia sobre quaisquer expectativas ou interesses sociais, profissionais ou pessoais, principalmente da mulher. Os papéis sexuais foram sofrendo igualmente modificações desde as famílias tradicionais até às famílias mais modernas. Determinados sentimentos que fazem parte do quotidiano dos indivíduos, não eram tidos em consideração, como por exemplo a amizade, amor ou empatia.

A dependência do sucesso do casamento era fundamental para todos os membros do agregado familiar, pois na maioria das vezes o sustento da casa provinha do chefe de família

que era o homem (Marques, 2009: 22). Já nas famílias consideradas mais modernas a estrutura passa a ser construída com base em escolhas individuais e onde coexistem sentimentos de amor e felicidade, em que a realização pessoal e a procura da felicidade correspondem a um ideal a atingir, assim como uma educação positiva para os filhos, caso haja. O fenómeno da violência doméstica, no caso das famílias mais modernas, é normalmente encarado e analisado segundo padrões contraditórios, ou seja, de acordo com (Dias, 2010: 49) *“devido à regularidade com que acontece e à legitimidade cultural que lhe é atribuída, a violência doméstica tornou-se uma componente quase normal da vida familiar.”* Ao mesmo tempo que são conhecidos e verificados sentimentos de realização pessoal dos membros e existe uma partilha das tarefas domésticas e igualdade de oportunidade, por outro lado os episódios de VD ocorrem com frequência e este aparente paradoxo é explicado pela profunda raiz cultural do fenómeno.

No entanto ainda hoje, da concepção dominante na sociedade ocidental da família como um lugar de afetos, na intimidade é notória a pressão social existente sobre esta. Nestes casos a VD pode ser encoberta pelos sentimentos associados ao casamento, como o amor e as relações emocionais, é uma realidade que se pretende por vezes manter escondida, em que de acordo com Dias (2006: 156) *“vítimas e agressores/as partilham o mesmo espaço físico, estabelecem relações íntimas, estão ligadas por laços de sangue”*.

Nas famílias tradicionais, as demonstrações de afeto e amor que recebiam, por vezes não eram aceites pela sociedade, isto porque eram pouco valorizadas.

Estávamos perante uma sociedade com fortes sentimentos de exclusão para com as mulheres, onde estas, juntamente com crianças, seniores e deficientes eram encaradas como propriedade do chefe de família sem que conseguissem reivindicar os seus direitos. A conquista de certos direitos pelas mulheres só recentemente e após um longo período de reivindicação foi conseguida. São exemplo disso: o direito ao trabalho; ao voto; à igualdade de oportunidades; à educação e formação; à saúde, entre outros. Só mais recentemente nas últimas décadas o casamento começou a ser encarado pela sociedade de uma forma diferente, onde passa a ser uma decisão tomada pelos dois membros do casal. O papel de decisão moral que a sociedade transmitia assim como o do homem, passa a desvanecer-se dando lugar à posse de um controlo individual de cada indivíduo sobre as suas decisões (Dias, 2002).

A lógica patriarcal era bastante evidente nas famílias tradicionais, nomeadamente a sobreposição masculina perante a mulher, não sendo questionada por parte desta. Nessas sociedades, o elemento feminino do casal, estava associado apenas à vida privada do interior da família, e não à vida pública que pudesse ser exibida à sociedade e à comunidade em geral, em que a mulher detinha apenas responsabilidades no cuidar do lar, filhos e marido (Vasquinhas in (Ferreira, 2005: 33)).

Esta situação poderá ter contribuído para colocar a mulher numa posição menos favorável perante o homem conduzindo a possíveis situações de VD, visto que, a vítima era obrigada a

suportar todas as crueldades proferidas pelo agressor e o divórcio era uma situação pouco tolerada socialmente não sendo possível inclusive durante o Estado Novo (Ferreira, 2005).

Relativamente às mulheres que sofriam VD no seu seio familiar, só a partir da década de 90 do século XX poderão começar a denunciar os casos de violência, pois foi nessa altura que foi produzida a primeira legislação para este tipo de ocorrências, adotando igualmente a maioria das recomendações que prevaleciam na união europeia. Antes dessa altura, apenas poderiam pedir apoio a organizações não-governamentais. Em termos evolutivos, da apresentação de queixas às autoridades, e do número de casos registados por outras entidades, é possível fazer uma análise comparativa entre alguns países europeus e Portugal.

Mais concretamente no que diz respeito aos países europeus, em mulheres compreendidas numa faixa etária entre os 16-44 anos sujeitas a situações de VD, apresentam como a primeira causa de ferimentos ou mesmo da morte o que deriva das situações de violência. Cerca de 45% das mulheres da União Europeia, assumem ter sofrido pelo menos durante a vida algum tipo de violência, evidenciando assim os elevados custos económicos e sociais que esta problemática acarreta na Europa (CESE, 2012).

A violência doméstica apresenta números significativos mesmo nos países europeus considerados os mais desenvolvidos e modelos a seguir em termos de políticas implementadas sobre a igualdade de género. Países como a Alemanha, Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia apresentam valores na ordem dos 40% de mulheres que já sofreram algum tipo de VD, quer física, psicológica ou outra (EIGE, 2012).

Em termos dos pedidos de auxílio às autoridades ou outras entidades competentes no acompanhamento e na prestação de apoio às vítimas, o Reino Unido apresenta um dos números mais elevados de vítimas a pedir auxílio, onde aproximadamente a cada minuto a polícia recebe um telefonema. Em países menos desenvolvidos, como a Roménia, Bulgária, Hungria, ocorrem cerca de 16 mortes femininas a cada milhão de habitantes, representando quase 16% da população feminina a sofrer maus tratos e exposta a violência doméstica (Ibidem, 2012).

Efetuando de seguida uma análise mais cuidada aos dados estatísticos relativamente aos crimes que são reportados às autoridades em Portugal e na Europa de acordo com os dados do Eurostat e dados do Ministério da Administração Interna, podemos dizer que comparativamente ao ano de 2008, a Inglaterra e País de Gales é onde se apresentam os valores mais elevados representando 839.323 queixas, havendo uma diminuição em relação ao ano 2012 para as 719.830 queixas. Seguidamente a estes valores, embora com um hiato enorme do número de queixas apresentadas, em 2008, a França com 331.778 queixas, Alemanha com 210.885, Itália com 146.598 e Holanda com 133.510. Em 2012, a França passa para 277.464, Alemanha para 195.143, Itália com um valor de 147.377 e por último a Holanda com 123.410. Relativamente aos países que apresentam o menor número de queixas em 2008, Malta somente com 382,

Luxemburgo com 3.197 e Irlanda com 10.806. Já no ano de 2012, Malta, Luxemburgo e Irlanda, apresentam os seguintes valores respetivamente: 309; 4.446 e 10.287 (Eurostat, 2015).

No que concerne à situação em Portugal, verifica-se que desde o ano 2008 até ao ano 2011, houve pequenas oscilações nos números de queixas apresentadas, com valores de 24.455 em 2008; 24.421 em 2009; 24.251 em 2010; 24.049 em 2011. No ano de 2012 verificasse um decréscimo do número de queixas reportadas às autoridades com o valor de 21.991 (Eurostat, 2015).

No mesmo sentido, mas com valores relativamente díspares, segundo o relatório do MAI, nos anos compreendidos entre 2008 a 2014 (1º semestre), os números de queixas apresentadas às forças de segurança, PSP e GNR, são sempre superiores a 25000 queixas por ano o que para a dimensão do país é bastante elevado. Em 2008 a PSP e GNR receberam um total de 27.743 queixas; em 2009, 30.543; 2010, 31.235; 2011, 28.980; 2012, 26.678 e em 2013 com um valor de 27.318. Relativamente aos dados mais recentes do primeiro semestre de 2014 apresentavam já um valor de 13.071 queixas apresentadas às forças de segurança (MAI, 2014).

1.2 (In) coerências do conceito de violência doméstica

A violência doméstica é encarada por autores nacionais e internacionais como um conceito difícil de definir, não obstante existem muitos significados que tentam dissecar o melhor possível o conceito, exemplo disso é a visão de violência doméstica como *“qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas - crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos - a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital”* (Machado e Gonçalves, 2003).

Ferreira tenta alcançar uma nova abrangência do conceito de VD como atingindo vários segmentos da sociedade, sendo que crianças, seniores, cônjuge ou ex-cônjuge, progenitores ou descendentes poderão ser alvo de violência doméstica (2005).

Considerando o referenciado por Alarcão (2006), existem certos requisitos para que se possa considerar existir VD, tendo que existir um perpetrador, ou agressor/a, uma vítima e uma relação de poder em que a vontade de um é imposta sobre a vontade do outro, normalmente o homem sobre a mulher.

Tem-se verificado uma tendência para que as relações violentas tendam a agravar-se e a piorar, prolongando-se assim por largos períodos de tempo, isto porque segundo Dias (2006) determinadas famílias sujeitam-se à coexistência de vários tipos de VD e as consequências que isso pode acarretar não só para as vítimas como para o casal.

Segundo o V Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, esta problemática assume diversas formas de abuso que acontecem maioritariamente nas relações familiares e entre os seus membros mais próximos. De acordo como o referido plano, a VD é *“qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge/companheiro ou ex-cônjuge/companheiro, bem como ascendentes ou descendentes”* (PNCVD, 2014).

O conceito relacionado com a VD tem sofrido uma evolução significativa nas duas últimas décadas, bem como as teorias explicativas que serão abordadas mais à frente neste trabalho. Neste ponto concretamente, para além da tentativa de definição do conceito de violência doméstica de uma forma mais lata, tentará abordar-se outras variâncias do mesmo que têm surgido e emergido ultimamente (Manita et al, 2009). Alguns autores e autoras esclarecem assim os vários conceitos relacionados e que podem sobrepor-se uns aos outros induzindo os e as profissionais em erro, a saber, o conceito de violência; violência sobre as mulheres; violência doméstica; violência conjugal; violência nas relações de intimidade. (Ibidem, 2009: 10).

O conceito de violência refere-se ao uso da força, propositadamente, contra terceiros, que de qualquer forma lese a sua integridade física. Violência sobre as mulheres ou de género diz respeito a qualquer ato, físico, sexual, psicológico, emocional, social e económico, contra as mulheres que possa causar sofrimento a esta. Exemplos de tráfico de mulheres e raparigas, prostituição forçada, violência em situações de conflito armado, homicídios por motivos de honra, infanticídio feminino, mutilação genital feminina, entre outras, são mencionados por (Manita et al, 2009: 10) como práticas associadas a este conceito.

Violência doméstica propriamente dita, mostra-se como *“um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, cônjuge, ex-cônjuge filhos, pais, avós, ou mesmo não coabitando, seja companheiro ou ex-companheiro, ou familiar”* (Manita et al, 2009:11). Ao longo do tempo este tipo de comportamento continuado pode acarretar danos físicos, emocionais, psicológicos e mesmo isolamento social da vítima.

A violência conjugal é a violência entre os cônjuges, sendo um conceito menos abrangente do que o conceito anterior. Por último o conceito de violência nas relações de intimidade pretende ser um conceito muito mais abrangente que o de violência doméstica e conjugal,

pretende incluir outro tipo de relações afetivas. Violência no namoro que não impliquem conjugalidade e/ou coabitação (Ibidem, 2009: 12).

A existência de diferentes conceitos acarreta por vezes dificuldades de operacionalização das pesquisas. Nesta dissertação utilizou-se o conceito de violência doméstica.

A desaprovação social da VD é uma atitude cada vez mais generalizada na sociedade e de consensual entendimento sobre a não-aceitação de tais comportamentos. No entanto, existem pensamentos fortemente enraizados e de difícil mutação na mentalidade das pessoas, que por vezes tornam difícil o relacionamento com as situações de VD (Manita, 2009). Esta situação gera determinadas incoerências sobre o fenómeno que por vezes funcionam como entraves a que por exemplo algumas vítimas possam reagir e solicitar ajuda às entidades competentes. De acordo com o guia para profissionais da CIG (Comissão para a Igualdade de Género) intitulado de Violência Doméstica: Compreender para Intervir podem ser apontadas algumas ideias/mitos errados sobre a VD e os procedimentos a seguir:

“Entre marido e mulher não se mete a colher” - esta foi uma ideia fortemente enraizada culturalmente nas sociedades, onde a vida privada dos casais apenas dizia respeito a estes sem que pudesse haver intervenção exterior. Hoje em dia com a passagem da VD a crime público, esta ideia desmistificou-se e toda a sociedade passa a ter uma responsabilidade para intervir seja de que forma for (CIG, 2009).

“A mulher só é agredida porque não faz nada para o evitar ou porque merece”. Esta lógica prevaleceu na ideia de que o homem era o detentor de todos os direitos da mulher, sendo este que controla todas as situações. O homem utiliza mecanismos de manipulação e controlo para que a vítima não consiga interromper a relação e gerar uma rutura, mantendo a vítima numa situação de dependência emocional, económica e social. (Ibidem, 2009).

“Bater é sinal de amor” ou “uma bofetada de vez em quando nunca fez mal a ninguém”. Esta é mais uma ideia errada sobre o que se pretende com os sentimentos associados ao casamento ou às relações de conjugalidade. A violência é sempre um ato “ilegítimo e abusivo de poder/controlo” (Ibidem, 2009: 22).

“A violência doméstica só ocorre nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos” - o estatuto socioeconómico de vítimas e agressores/as não pode ser só associado aos que se situam hierarquicamente em posições inferiores como demonstram muitas pesquisas nesta área. Verificam-se ocorrências de VD em todos os meios sociais, independentemente da classe, religião, raças, etnias, quantidade de recursos económicos, níveis de escolaridade, ou seja é abrangente as todas as franjas da sociedade.

O que se pode verificar é que nos estatutos mais baixos, a exposição das vítimas é maior nomeadamente no apoio que recebem, o que faz com que de a entender uma maior prevalência de casos nesses estratos (Ibidem, 2009).

“A violência doméstica só ocorre sob o efeito do álcool, drogas ou em pessoas com problemas mentais”. - Não se pode generalizar a problemática da VD e a sua ocorrência apenas em pessoas com dependências ou com problemas mentais. O que se pode referir diz respeito a que estas problemáticas serem potenciadoras e despoletarem com maior frequências episódios de violência, ou seja, poderão ser encarados como uma causa, não a única mas uma das causas. Mais propriamente no que diz respeito aos problemas de saúde mental, segundo alguns estudos internacionais, apenas entre 5 a 10% dos agressores/as podem padecer de alguma perturbação do foro psicológico/mental (Ibidem, 2009: 24).

No mesmo sentido, Costa in Alves (2005) refere os seguintes mitos e incoerências relativamente à violência doméstica: “a mulher sofre porque quer, senão já o tinha deixado”; “as mulheres sentem-se dependentes”; “a mulher alguma coisa fez.”; “o homem tem desculpa porque tem problemas ou estava embriagado”; “quanto mais me bates mais gosto de ti”; “é preciso aguentar para bem dos filhos” (Ibidem, 2005: 10).

Por todos estes aspetos referidos, é necessário um acentuar da atenção para aferir com mais eficácia as situações de VD colocando estes mitos e incoerência de parte e partir para uma análise mais objetiva para a minimização deste grave problema social.

1.3 Tipologia da Violência Doméstica

A violência doméstica pode ser categorizada de várias formas, onde o uso da força é aplicado sobre a vítima quer pelo meio físico, psicológico, económico ou político.

Goleman in Marques (2009: 34) diz-nos que *“assistimos hoje a um crescendo de notícias de violência doméstica que retratam um aumento da inépcia emocional, do desespero, da inquietação das nossas famílias, nas nossas comunidades, nas nossas vidas coletivas”*.

As diversas formas de atingir as vítimas podem ser submetidas em diferentes tipos de violência sempre com tendência a aumentar de intensidade e frequência. Na apresentação seguinte dos tipos de violência mais comuns, segundo Manita et al (2009) seguimos as tipologias mais frequentes, não querendo isto dizer que ocorram sempre desta forma em todos os casos de VD.

A violência emocional e psicológica é um tipo de violência doméstica que pode ser caracterizada como a mais ténue e mais ignorada pelas vítimas. Comporta sentimentos de “desprezo, menosprezo das vítimas, críticas, insultos, humilhações, em público ou privado, crítica negativamente todas as suas ações, destruição de objetos com valor para as vítimas, stalking (perseguições), acusações de adultério, privação do sono”, entre outros, sendo que

alguns destes comportamentos podem já ser enquadrados nos domínios da ameaça e intimidação (Manita et al, 2009: 17).

Intimidação, coação e ameaça, são outro tipo de VD proferida contra as vítimas. Engloba atitudes relacionadas com violência emocional e psicológica. A vítima permanece constantemente com receio de que o agressor/a possa provocar esta tipologia contra si ou familiares mais próximos, ou mesmo contra os filhos e filhas. Simples olhares, gestos e palavras utilizados pelo agressor/a são suficientes para “aterrorizar” a vítima e mante-la sobre um controlo apertado. A utilização dos filhos e filhas como forma de ameaça e demonstração de poder por parte do agressor/a é outra das estratégias utilizadas (Ibidem, 2009).

A violência física é o tipo de violência mais agressivo, em que o agressor/a, numa fase de perda de controlo, usa a força física com fim de causar danos físicos à vítima. São exemplo desses atos violentos o empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço, bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outros, murros, cabeçadas ou pontapés nas zonas genitais, queimar, atropelar, e por ultimo e em casos mais extremos resultar em incapacidade permanente ou mesmo na morte da vítima (Ibidem, 2009: 18).

O isolamento social da vítima e a violência social decorre de um afastamento da sociedade e dos seus laços sociais, provocado pelas pressões e estratégias dominadores do agressor/a para com a vítima. Esta situação de isolamento facilita o controlo e manipulação do agressor/a de todos os movimentos e ações das vítimas, uma vez que normalmente a vítima é proibida de sair de casa sem o agressor/a, proibi-la de trabalhar, de ir às compras, de visitar família, amigos e amigas. Com o passar do tempo, é a própria vítima que procura este isolamento e afastamento, para se tentar proteger devido a sentimentos de vergonha e de possíveis marcas físicas e psicológicas que possua (Ibidem, 2009: 18). O abuso económico está diretamente relacionado com o isolamento social, isto porque o agressor/a controla todo o dinheiro que a vítima possa ter ou mesmo evolui para uma situação de negação de certos bens essenciais para a vítima e descendentes, como alimentos, água, aquecimento, eletrodomésticos, etc. No caso de a vítima ainda conseguir uma situação profissional ativa, a tendência é para que o agressor/a, controle o seu rendimento e a prive do acesso ao dinheiro (Ibidem, 2009: 19).

Por último nesta tipologia, a violência sexual, remete as vítimas para uma situação extremamente constrangedora onde existe uma imposição de práticas sexuais contra a sua vontade, podendo mesmo ser violada, exposta a práticas sexuais com terceiros, ser forçada a manter contactos sexuais com terceiros e ou terceiras, exposição forçada a pornografia. A violência sexual é uma das práticas mais recorrentes no âmbito da VD, no entanto muitas das vítimas desvalorizam esta situação porque “devido a crenças erróneas, acabam por não reconhecer como tal, achando, incorretamente, por exemplo, que dentro do casal não existe

violação, são deveres conjugais ou exigências naturais do homem que a mulher se deve submeter” (Ibidem, 2009: 19).

De referir que na maior parte dos casos, existe simultaneamente mais do que um tipo de violência em paralelo.

O fenómeno em questão é apresentado por diversos autores e autoras como sendo dependente de um ciclo, no entanto é sempre necessário analisar cada caso individualmente. Passarão a ser apresentadas as etapas consideradas mais importantes do ciclo da VD que decorre no interior dos casais. É um processo que normalmente inicia-se na forma psicológica e emocional, podendo evolui para a forma sexual e física, sendo que segundo Alarcão (2006) de uma forma cíclica tende a aumentar progressivamente. O ciclo da violência doméstica pode ser caracterizado e entendido como *“um círculo, que começa, desenrola-se e termina, recomeçando na fase em que teve o seu início”*, sendo que as dinâmicas pessoais e familiares podem ser entendidas em três fases (Alarcão, 2006: 45).

A primeira etapa é a fase da acumulação ou aumento de tensão, na medida em que com o decorrer de tempo o agressor/a vai reunindo sentimentos de irritabilidade sem que se perceba motivo aparente, proporcionando discussões com motivos muitas vezes incompreensíveis e a vítima é acusada do evoluir desta tensão. Situações apresentadas por Alarcão (2006) são bem explícitas da futilidade dos motivos que levam à discussão, por exemplo, a comida estar salgada, desarrumação na roupa, atrasos no regresso à habitação, entre muitos outros. É nesta fase que se evolui para as agressões verbais.

A segunda fase é a que os autores consideram a mais problemática, é a chamada fase do episódio agudo ou ataque violento. É nesta etapa que o agressor/a perde o controlo, estando permanentemente a maltratar a vítima. Passa depois à materialização, os ataques são mais intensos e mais agressivos contra a vítima, esta agressão pode ser de tal forma violenta que *“muitas vezes os agressores/as (as) acabam por se tornar homicidas”* (Alarcão, 2006: 45). Nesta fase o agressor/a, normalmente o homem, pretende demonstrar a sua total superioridade, através de insultos, atirar e partir objetos, manter-se alcoolizado e agredir emocional e fisicamente a vítima, esta tende assumir uma posição de passividade na esperança que tudo termine o mais rapidamente possível. Em ocorrências mais graves em que as vítimas necessitam de apoio médico, os agressores/as tendem a coagir as vítimas a não procurar essa ajuda, de forma a manter o seu anonimato.

A terceira etapa é a fase da lua-de-mel ou de apaziguamento, aqui o agressor/a consegue determinar a duração deste período de acalmia aparente. É nesta fase que a vítima por vezes pode sentir-se mais confusa e desorientada, por não perceber se e quando este espaço de tempo de sossego pode acabar. No seguimento das palavras de Teresa Rosmaninho in (Alvim, 2006) nesta fase era mais correto chamar-lhe *“período de manipulação afetiva”*, isto porque segundo a autora o agressor/a sente-se contrariado logo depois da ofensiva. No seguimento

desta sequência de ocorrências, o agressor/a começa a sentir sensações de remorsos pelos seus atos, passando à fase em que pede perdão, prometendo alterar o seu comportamento no futuro. Estas atitudes, que a não ser no caso de fase posterior de rutura da relação, normalmente funcionam perante a vítima para que esta “tenda a acreditar numa mudança” (Alvim, 2006: 25).

Por consequência deste ser um processo cíclico, a seguir vem a fase da escalada e reinício do ciclo. Na fase pós-perdão por parte da vítima, começa repetidamente o processo de irritabilidade levando ao aumento da tensão entre o casal. No momento em que a vítima tenta assumir a aparente liberdade conquistada, o agressor/a imporá novamente o seu poder e autoridade, dando seguimento novamente ao ciclo.

1.4 Diferenças de género entre mulheres e homens na família

Mais do que uma vez, já foi mencionado por vários autores e autoras que a violência doméstica é um fenómeno social complexo e com demasiadas variáveis, a sua compreensão não visa uma solução fácil. A possibilidade do surgir de conflitos relacionados com a partilha das responsabilidades familiares poder estar na sua origem, foi investigado por Torres (2004). Para a autora a divisão das tarefas domésticas e do cuidar dos filhos poderia estar na origem de tensões e atritos entre os casais. Conclui mesmo, que no conjunto dos seus inquiridos no estudo, cerca de 37% “afirmaram existirem conflitos sobre a distribuição das tarefas domésticas, e 28% em relação à divisão das tarefas para o cuidar dos filhos” (Ibidem: 130).

De acordo com Torres (2002) entre os casais existem diferentes expectativas relativamente ao casamento, nomeadamente devido a condicionamentos de género, que por sua vez e na maioria dos casos é a mulher que se submete aos modos de funcionamento dos homens (Ibidem: 245). Estes condicionamentos de género, simplesmente por se ser homem ou mulher, associados a condicionamentos de carácter psicológico e individual, poderão estar segundo a autora, na génese dos conflitos.

Outra situação analisada prende-se com a gestão de expectativas relativamente aos rendimentos e aos níveis de escolaridade, isto, se nestes dois indicadores, os inquiridos possuírem níveis intermédios de rendimento e escolaridade, espera-se uma maior simetria e igualdade entre os géneros, em contraposição nos grupos com rendimentos e níveis de escolaridade mais baixos, as expectativas de equilíbrio são menores, mantendo os papéis tradicionalistas das mulheres (Ibidem, 2004: 130).

Não obstante, importa também discutir neste ponto, que esta problemática não escolhe género, idades ou estratos sociais. É um problema social extremamente abrangente para que se possa reduzir a este ou aquele aspeto humano ou social. Urge então clarificar, que “qualquer

família independentemente da sua origem social pode ter no seu seio pessoas que são violentadas física e/ou psicologicamente” (Marques 2009: 41).

É cada vez mais pertinente a discussão em torno das desigualdades de género em diversas áreas da sociedade também para ajudar a compreender o fenómeno da VD. É exemplo disso o mercado de trabalho e suas implicações na família enquanto gerador de conflitos.

A progressiva tendência da participação das mulheres no mercado de trabalho pode vir a atenuar as desigualdades que se verificaram desde sempre. Observa-se um incremento do número de mulheres mais escolarizadas e com menos filhos, inclusive no que concerne aos níveis de escolarização, no caso português são as mulheres as que apresentam os maiores níveis de educação na União Europeia comparativamente com os homens (Coelho, 2010).

Esta entrada generalizada da mulher no mercado de trabalho, é para Torres (2004) um dado estrutural da sociedade portuguesa, o qual originou consequência diretas e indiretas. As consequências diretas dizem respeito à idealização existente do modelo familiar até meados dos anos 60 do século passado, em que a relação existente entre trabalho e família estava bem assente que deveria ser dividida e existir uma diferenciação das tarefas, o homem assumia a responsabilidade das tarefas associadas ao mercado de trabalho, a mulher as tarefas associadas a tudo o que diz respeito ao doméstico (Ibidem, 2004: 5). Relativamente às consequências indiretas da entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho, Torres refere a alteração das mulheres no seu “plano da identidade pessoal e social” (Ibidem: 7). Estas alterações do plano identitário e social das mulheres estão relacionadas com o aumento da sua autoestima; maior autonomia; melhor realização pessoal; melhores condições de vida no geral, ou seja, *“o trabalho feminino exterior terá trazido mais poder, mais autoestima, mais protagonismo, mais reconhecimento de competências, além, evidentemente de maior rendimento. Também terá permitido, nalguns sectores sociais, contrariar e resistir a algumas formas tradicionais de dominação masculina”* (Torres, 2004: 146).

Por sua vez e num sentido oposto, a realidade é que as mulheres são colocadas numa posição em que é necessário optar, ou pela carreira ou pela família e filhos. O acumular destes dois aspetos da vida em simultâneo, ao qual é intitulado “dupla jornada de trabalho” (Torres, 2004:6), é um objetivo muitas das vezes impossível, apesar do seu desejo ser conciliar estas duas dimensões das suas vidas.

As diferenças de género entre homens e mulheres na família têm-se debruçado muitas vezes sobre os níveis de dependência económica destas relativamente aos homens, nomeadamente as mulheres com filhos pequenos a seu cargo é onde se sente um aumento exponencial das dificuldades em conseguirem emprego. Essa dependência das mulheres face aos homens é claramente uma das características da nossa sociedade, contribuindo assim para a manutenção da posição de subordinação que a mulher ocupa, barrando-lhe a livre participação pública e o exercício dos seus plenos direitos de cidadania (Lister in (Coelho, 16

2010)). Esta situação de dependência vai traduzir-se numa falta de controlo das mulheres dos aspetos mais básicos da sua vida, colocando-a numa posição de vulnerabilidade ampliada, em relação aos seus rendimentos, uma vez que no caso de divórcio, morte ou desemprego do homem, a mulher ficará exposta a um maior risco de pobreza e carência económica (Ibidem, 2010).

No caso português as diferenças de género estavam patentes no tipo de família tradicionalmente patriarcal mediterrânea (Alvim, 2006). Tanto no que diz respeito ao contexto rural como urbano, a mulher mantinha uma posição subalternizada perante o homem, caracterizando-se como auxiliar ou acompanhantes dos maridos nas suas tarefas e atividades, com responsabilidade especiais no cuidar da casa e dos filhos (Ibidem, 2006). A masculinidade e a feminilidade eram dois papéis sociais perfeitamente definidos. Os fatores culturais presentes em cada sociedade e mediante o contexto social são determinantes na definição dos papéis sociais de ambos os sexos. Segundo Alvim (2006) é de acordo com a cultura que se vai moldando as mentalidades dos membros pertencentes a essa sociedade.

Em relação a Portugal, é notório que as condições de igualdade/desigualdade entre homens e mulheres tem vindo a mudar, sendo mais explicitamente a partir de Abril de 1974, onde a progressiva participação da mulher no mercado de trabalho tem alterado profundamente o papel económico que estas têm para o país. Esta entrada da mulher no mercado de trabalho associada ao aumento de rendimentos por parte destas, coloca os homens numa posição social diferente, ou seja, o facto de as mulheres ganharem um maior nível de autonomia e contribuírem para o incremento dos rendimentos da família, poderá situar os homens numa posição de menor poder e até dependência económica. Neste sentido passa a existir uma interdependência mútua entre homem e mulher, colocando no casamento vantagens para ambos os membros e não somente para a mulher (Oppenheimer in (Coelho, 2010: 50)). Esta alteração no modelo tradicional de família, traduz-se essencialmente pela crescente participação da mulher no mercado de trabalho, alterando o padrão do pai como sustento da família através do seu salário (Ibidem, 2010).

No entanto são visíveis desigualdades crescentes entre homens e mulheres, como por exemplo o nível salarial, as condições de trabalho, progressões nas carreiras profissionais e ascensão nas posições de decisão mais importante (Alvim, 2006). Reforçando a ideia da desigualdade de género nas palavras de outra autora para referir que *“as diferentes modalidades de inserção dos sexos no mercado de trabalho, diferenças remuneratórias, diferença de acesso aos postos de chefia, hierarquias a beneficiar um sexo em relação ao outro”*, são ainda uma realidade nos dias de hoje (Torres, 2004: 8).

O nível salarial é um dos aspetos da desigualdade entre mulheres e homens que pode ser mais visível e perceptível, pois as diferenças salariais continuam a ser elevadas,

nomeadamente no sector privado, contrariamente ao sector público em que, segundo (Coelho, 2010: 7) os níveis salariais em Portugal são dos mais igualitários da Europa.

A questão do mercado de trabalho e a crescente participação das mulheres neste revela-se ainda hoje em dia com níveis de desigualdade consideráveis, *“a quase paridade que hoje existe na esfera da atividade, não só não equivale aos mesmos ganhos em termos de remuneração, verificando-se assimetrias que qualquer investigador isento é forçado a classificar de escandalosas, como há outros e fortes desequilíbrios no plano da vida familiar”* (Torres, 2004: 148).

Estas assimetrias dizem respeito essencialmente à atribuição do cuidar e tratar dos filhos e filhas acoplado basicamente às mães, onde os homens assumem essencialmente o papel de angariação de rendimento para a família (Coelho, 2010).

No decorrer do século XX, a participação das mulheres casadas no mercado de trabalho, nem sempre foi claro o impacto na sociedade, isto porque desempenhavam atividades no campo, trabalho nas fábricas e trabalho nos serviços domésticos, situações menos visíveis. Segundo Torres (2004) essa invisibilidade do papel das mulheres no mundo do trabalho, deveu-se a uma falta de permeabilidade às mulheres bem como para o modelo social dominante ser de difícil alteração por uma minoria. A vulnerabilidade laboral e precária a que regra geral as mulheres estão sujeitas associada à má remuneração, é um dos aspetos salientados pela autora (Ibidem, 20).

Outra questão passível de análise no que se refere às desigualdades entre homens e mulheres tem que ver com a ocupação de lugares de chefia e de comando. Apesar de em Portugal estar estabilizada a lei da paridade², na prática a maioria das vezes não se aplica.

Acredita-se, referenciando a Comunidade Internacional in Alvim (2006: 16) que *“a sociedade está consciente de que há necessidade de modificar o papel tradicional tanto dos homens como das mulheres na família e na sociedade, caso se pretenda alcançar uma igualdade real entre homens e mulheres”*, porém a alteração das práticas ainda está longe de estar concluída.

A composição familiar define-se ainda hoje pela questão da divisão de poder entre os elementos, ou seja, aquele membro que lhe é reconhecido mais poder no interior do casal, é-lhes permitido colocar-se hierarquicamente superior em relação aos outros e outras. Mas esta linearidade na distribuição de poder e posições entre géneros nem sempre ocorre assim, pois atualmente nas famílias mais modernas e devido ao aproximar da mulher na pertença de

² Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33 % de cada um dos sexos. (A.R, 2015)

patamares profissionais próximos aos dos homens torna-se necessário a resolução de certos conflitos relacionados com as questões de interesses no casal (Alarcão, 2006).

O funcionamento dos homens e mulheres no interior do seio familiar, no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas é igualmente um ponto muito relevante. Recentemente muitos autores e autoras colocam este tema em discussão, no entanto continuam a ser as mulheres as mais sobrecarregadas com a atribuição da maior parte das tarefas. Esta situação ao longo dos tempos cria entre os membros do casal uma tensão e pressão, quer a nível físico como psicológico e tem aparente impacto na decisão de ter mais filhos (Coelho, 2010).

É preocupante que os e as jovens de hoje demonstrem tendência a perpetuar este status quo como o demonstram estudos na área (Villa-Boas, Sales Oliveira e Las Heras, 2014).

O tempo livre ou as atividades de lazer no interior das famílias é outro dos aspetos que compõem o quotidiano familiar, sendo um dos fatores que contribuem para manter o bom estado de saúde, no entanto é um aspeto que também se pode observar desigualdades de género.

Schouten e Araújo referem que são as mulheres que possuem menos tempo para dispor em atividades de lazer, e que estas se distinguem das que são realizadas pelos homens. De acordo com as mesmas autoras, a conceção que as mulheres fazem do tempo livre e de lazer, diferencia-se e é ambíguo, pois cada mulher percebe e interpreta essas noções de acordo com o seu perfil sociodemográfico e psicológico (Schouten e Araújo, 2012: 5).

O tempo livre ao longo dos tempos passou a dispor de um significado mais relevante para as famílias, nomeadamente no período pós revolução industrial. Numa fase posterior a esta, na época do capitalismo e da sua evolução, ao mesmo tempo que se verificam a melhoria das condições de vida das famílias, o lazer passa cada vez mais a ser um elemento essencial. Mais recentemente com o progredir das tecnologias, vários estudos (Schor, Hewlett, Hochschild in (Schouten e Araújo, 2012)), demonstraram que as pessoas passavam cada vez mais tempo no trabalho ou ocupados com as tarefas profissionais, o que por sua vez reduz o tempo livre para as atividades de lazer, assim como o tempo de descanso e do cuidar dos filhos e filhas (Ibidem, 2012).

De acordo com a pesquisa realizada por Schouten e Araújo (2012), para a maioria das mulheres observadas o tempo livre diz respeito ao “tempo liberto de obrigações, portanto, tempo dedicado ao que se gosta e às coisas que são mesmo nossas”, relativamente aos homens, colocam a maior importância no tempo de trabalho e como este irá influenciar o restante ao longo do dia (2012: 8).

A valorização e gestão do tempo no quotidiano familiar está claramente mais do lado das mulheres, responsabilizando-as sobre a forma como gerem o tempo nas diversas tarefas, colocando atividades como as refeições, os filhos e filhas e as tarefas domésticas sob a responsabilidade feminina quando há filhos e filhas. As atividades de lazer tentam ser geridas por forma a ser passadas na maioria das vezes na sua companhia. De acordo com as autoras *“trata-se de um padrão sociologicamente esperado que ganha mais expressividade nas entrevistas das mulheres, dado que são mais minuciosas do que os homens na forma como descrevem os usos do tempo e chamam a si e aos pais a responsabilidade de conceder tempo às crianças”* (Schouten e Araújo, 2012: 9). Na sua pesquisa, as autoras concluíram que são os homens que procuram valorizar as atividades de lazer que lhes são mais gratificantes, em detrimento do proveito das opções das crianças, contrariamente, às mulheres que apontam no sentido de atribuir prioridade aos desejos e gostos dos filhos e filhas, para só de seguida valorizar as suas opções. Mostrou-se evidente a forma como são percecionadas as atividades de lazer e a sua ocupação por homens e por mulheres, estas apresentam uma regularidade na utilização do tempo livre ou do tempo que poderiam dispor para atividades de lazer, com as atividades domésticas e semelhantes, onde a participação do homem continua a ser em minoria (Ibidem, 2012: 11).

O homem começa a participar em novas tarefas que até então estavam tradicionalmente do lado da mulher, isto no que se refere ao cuidar das crianças, acompanhando na escola, nas deslocações ao médicos e mesmo no caso de serem pequenas, mudando fraldas e biberões (Marques, 2009: 27). Concomitantemente, esta nova divisão de tarefas e todas estas mudanças na redistribuição dos papéis de género poderá ser um foco de tensão e gerador de conflitos (Dias, 2006).

Nos dias de hoje e na maioria dos países da OCDE, a constituição das famílias apresenta um pai e uma mãe, sendo que ambos possuem atividade remunerada, podendo existir em algumas famílias filhos ou não. Verifica-se nalgumas destas famílias, a derivação de outras relações que devido a divórcios geraram as chamadas famílias recompostas. O aumento das famílias monoparentais é igualmente um facto, em que um adulto providencia o sustento da família, incluindo os filhos ou as filhas. Nestes casos as carreiras profissionais são muitas vezes afetadas a todas as tarefas familiares recaírem sobre apenas uma pessoa.

Mesmo nas famílias ditas normais, pai, mãe e crianças, os tempos e os ritmos estão hoje muito alterados devido à participação dupla do casal na esfera profissional. As crianças passam mais tempo na escola e num conjunto de instituições que funcionam para dar resposta a esta necessidade social como os ATL's e as explicações. Toda esta azáfama cria por vezes nas famílias tensões e conflitos que ao intensificarem-se agudiza-se em situações de violência.

1.5 Relativamente aos perfis de vítima e agressores/as

A maioria das vítimas de VD são do sexo feminino e os agressores/as são maioritariamente do sexo masculino. Mesmo assim isto não significa que todos os agressores/as sejam homens e vice-versa, ou mesmo que não haja situações em que os agressores/as são mesmo tempo vítimas, em situações que podem ser de violência mútua ou recíproca (Manita et al, 2009).

Dias (2004) fala-nos da existência de uma relação inversa de poder entre agressores/as suspeitos e as vítimas de VD, em que os agressores/as são na maioria homens e as vítimas maioritariamente do sexo feminino. Nos crimes de maior gravidade, crimes contra integridade física e crimes contra liberdade pessoal ou honra, as mulheres são as principais vítimas.

No que concerne à idade média dos agressores/as e vítimas, são similares em ambos, idades geralmente superiores a 25 anos (Alves, 2005). Os perfis que serão aqui traçados de acordo com os autores referenciados assumem que as vítimas são do sexo feminino e os agressores/as do sexo masculino. No que diz respeito aos traços comuns dos agressores/as, estes correspondem normalmente a pessoas com problemas de alcoolismo, com consumos frequentes; apresentam também na maioria das vezes uma situação profissional precária, por vezes desempregados; apresentam uma baixa autoestima com sintomas depressivos; por algum motivo já tiveram experiências próximas com maus-tratos e/ou agressões; em relação à violência, verifica-se uma escalada na intensidade nos seus comportamentos agressivos (Costa in (Alves, 2005)).

O agressor é um indivíduo que demonstra sentimentos de culpa e de remorsos relativamente aos atos cometidos, com repetidas promessas feitas à companheira no sentido de uma alteração radical dos seus comportamentos. “*Vistos de fora, os agressores/as podem parecer responsáveis, dedicados, carinhosos, e cidadãos exemplares*” (Machado, 2003: 33).

Por outro lado, as vítimas normalmente do sexo feminino como já referido anteriormente surgem nas relações como “o elo mais fraco”. Algumas das características comuns identificadas às vítimas passam por serem envergonhadas, caladas, incapazes de reagir, conformadas, passivas, emocionalmente dependentes e deprimidas, apesar de estas características não reunirem a concordância de todos os autores e autoras (Alves, 2005: 6).

A recusa da vítima em partilhar a sua situação, levando-a a um isolamento social, a eventual pressão da família para não deixar evoluir o casamento para uma situação de rutura, o assumir por parte da vítima da normalidade das ocorrências violentas, os papéis tradicionais associados à mulher e o amor que esta possa sentir pelo companheiro são mais algumas características que permitem aos investigadores e investigadoras traçar perfis (Alvim, 2006).

Os estudos já efetuados e os dados conhecidos revelam que entre vítima e agressor/a, existe quase sempre uma relação de proximidade, sendo que a coabitação predomina. Apesar desta situação, não se pode ignorar ocorrências de situações de violência entre indivíduos anteriormente casados ou casadas que já não coabitem no mesmo espaço (Dias, 2004). Isto quer dizer, nas palavras da autora, que são os ex-companheiros ou ex-cônjuges “*os principais perpetradores de violência doméstica, observando-se que esta tem muitas vezes após a rutura da relação conjugal*” (Idem, 2004: 10).

As vítimas demonstram igualmente sentimentos de medo de represálias perpetradas pelos agressores, nomeadamente através de ameaças e perseguições. A dependência económica é outra das características de muitas vítimas, pois muitas destas não têm quaisquer recursos e dependem inteiramente dos companheiros. A existência de filhos e filhas, principalmente menores, pode ser encarado como um entrave para a rutura da relação, mostrando-se assim como outra das características das vítimas.

Considerámos relevante aprontar neste ponto esta identificação de perfis porém é fundamental ressaltar que concordamos com Alves quanto à não linearidade dos mesmos e à necessidade de acautelar o seu uso no sentido da criação de estereótipos excessivos.

Capítulo II - Contributos teórico-metodológicos da sociologia para o estudo da violência doméstica

Devido ao agudizar das situações de violência doméstica estas tornaram-se uma área e investimento da pesquisa científica nomeadamente a sociológica. No entanto esta apesar deste desenvolvimento os entendimentos relativos às conceptualizações do fenómeno não são os mais consensuais.

Gelles e Straus in Dias (2010) referiram que era importante a construção de teorias relacionadas diretamente com a família, pois têm particularidades que só estão presentes nesta instituição social. Na mesma linha, outros autores como os citados por Dias (2010), Bersani e Chen defendem a especialização de uma teoria, permitindo um maior conhecimento das características de vítimas e agressores/as.

Por outro lado Pagelow in Dias (2010) tem uma posição contrária, entendendo que a especialização das teorias sobre VD levariam à criação de fações que segundo a autora criariam dificuldades e obstáculos à investigação e intervenção. Ainda assim, tem-se observado uma pluralidade de teorias e correntes interpretativas do fenómeno abordado neste trabalho. Esta pluralidade poderá representar para a investigação um desafio adicional, uma vez que pode atribuir determinado significado às diversas teorias existentes e encontrar sinergias entre elas.

2.1. Teorias macrosociológicas

Neste trabalho serão abordadas teorias de enfoque macrosociológicas e outras que podem ser consideradas microsociológicas. A nível micro tentar-se-á identificar as premissas principais relativamente à teoria dos recursos, à teoria da troca e do controlo social e ao interacionismo simbólico. As teorias que se poderão enquadrar nas leituras mais macrosociológicas são as perspetivas feministas, a teoria da subcultura da violência, teoria do conflito e teoria geral dos sistemas.

2.1.1 A teoria da subcultura da violência

De acordo com esta teoria, a desigualdade na distribuição da estrutura social, nomeadamente nos grupos mais vulneráveis, está associada a uma cultura da violência com cariz nos padrões culturais. Nestes grupos sociais a violência é observada como “norma” da vida social partilhada por todos e todas, sem que seja muito contestada, isto porque o processo de socialização é interiorizado pelos indivíduos de acordo com estes padrões (Bersani e Chen in (Dias, 2010)).

Nesta corrente, para esta corrente, é na família que se aprendem os comportamentos violentos através do processo de socialização e tendo por base o contexto familiar, aprendizagem essa que ocorre por meio da inserção dos indivíduos em determinadas subculturas. A teoria da subcultura explica que a VD é assimilada pelos agressores/as como um comportamento socialmente aceite e de certo modo esperado pela sociedade. Dias (2010) aponta como crítica a esta teoria, o facto de não se preocupar em compreender o cerne da questão no que diz respeito à origem das normas culturais que socializam os indivíduos para os comportamentos violentos.

Na tentativa de colmatar essa lacuna referida, Dobash e Dobash in Dias (2010: 178) mencionam que esta teoria necessita *“estabelecer uma inter-relação, estrutural e cultural, entre indivíduos violentos e localiza-los em comunidades historicamente específicas ou subáreas identificáveis dentro da sociedade”*. A sujeição do indivíduo ao processo de socialização com base em comportamentos agressivos de dominação da família, principalmente da mulher, acarreta por si só uma interiorização do seu papel social dominador e controlador.

Apesar de ter limitações, esta teoria tem a mais-valia de identificar os fatores culturais como uma variável relevante na explicação da VD. Por outro lado, o papel socializador da família apresenta-se igualmente como preponderante na transmissão geracional deste tipo de comportamentos (Dias, 2010). No entanto esta reprodução dos comportamentos violentos poderá não ser reproduzida por todos os indivíduos de forma linear, dependendo de fatores psicológicos, ou seja “o desenvolvimento de atitudes favoráveis perante a violência e o seu uso nesta subcultura envolve comportamentos adquiridos em processo diferencial de aquisição, associação ou identificação” (Wolfgang e Ferracuti in Dias, (2010: 178)).

Um outro contributo tenta agregar a teoria da subcultura da violência à estrutura social, originando a chamada teoria da consistência cultural da violência. De acordo com esta, a cultura apresenta-se como central nas dinâmicas de construção dos perfis comportamentais dos indivíduos. Carrol in Dias (2010) defende que são os padrões culturais a comportar um conjunto de ideias e valores partilhados e transmitidos numa determinada subcultura, contribuindo mesmo que indiretamente para a criação de condições propícias aos comportamentos violentos.

São vários autores e autoras que defendem que para a eliminação dos comportamentos violentos, é necessário ocorrerem mudanças ao nível das normas culturais das subculturas, assim como alterações nas dinâmicas organizativas das famílias e da sociedade (Dias, 2010).

2.1.2 Teorias do conflito

As teorias do conflito partem de fundamentos inversos às teorias funcionalistas, baseando-se estas na manutenção dos sistemas sociais e da ordem social. O funcionalismo defende a inexistência de conflitos no interior das famílias, pois se eles existissem já não seriam funcionais. A forma como estas teorias observavam a sociedade, excluía a possibilidade da existência de mudança social, traduzindo-se numa sociedade historicamente imutável (Dias, 2010).

No caso das teorias do conflito apresentando uma visão completamente antagónica, a existência de conflitos de interesses entre os indivíduos é um facto, o que por si gera sentimentos próprios de satisfação desses mesmos interesses individuais e sem que haja uma preocupação no equilíbrio e funcionamento do sistema. Por sua vez esses conflitos são encarados como naturais no seio das interações sociais provenientes das famílias, foco principal deste trabalho. De acordo com Sprey in Dias (2010: 134) existem dois conceitos base nesta teoria que são o conflito e competição. No primeiro caso, conflito é definido como *“um confronto entre indivíduos ou grupos, que tem por base recursos escassos, meios controversos, objetivos incompatíveis ou a combinação de todos estes fatores”* e no caso de competição como *“um estado de interdependência negativa entre os elementos de um sistema social”* (Ibidem, 2010).

O conceito de poder é exposto igualmente como tendo uma relevância significativa para esta teoria. Nas teorias do conflito o poder é enquadrado nos relacionamentos de cada um ou uma e na faculdade que possa possuir para controlar determinada situação (Ibidem, 2010). Devido à existência de uma constante reciprocidade entre os intervenientes nos conflitos familiares, por vezes os que têm menos poder apresentam a capacidade para mediar e alterar a duração e mesmo a intensidade das situações de tensão, podendo encaminhar a situações em que é exercida efetivamente a força excessiva contra as vítimas (Dias, 2010: 181)

A mesma autora expõe ainda a importância de outros conceitos fundamentais para a investigação da VD à luz das teorias do conflito, que são o conceito de agressão, ameaça e promessa.

A agressão caracteriza o tipo de comportamento *“que visa atingir diretamente outrem por qualquer meio e fazer com que os outros se comportem para seu próprio proveito”* (Sprey in Dias, (2010: 182)). Este tipo de comportamentos pode incluir as mais diversas formas de

manifestação, desde os ataques verbais ao uso da força física, tendo por objetivo alcançar determinados fins. No caso do conceito de ameaça é definido como “*as mensagens que comunicam alguma forma de castigo ou privação a um recetor, no caso de este não corresponder às exigências do seu emissor*”, por outro lado as promessas “*são estruturalmente semelhantes às ameaças, mas oferecem antes recompensas*” (Ibidem). As ameaças e promessas são conceitos que para esta perspetiva podem ser ambíguos, isto porque podem apresentar particularidades construtivas ou destrutivas no desenvolvimento das situações de tensão e conflito, tendo em conta o contexto em que estas se inserem (Dias, 2010).

Esta corrente considera que é fundamental a existência de uma negociação, constante aquilo que se dá e recebe no interior das famílias, para que possa existir uma eficiente regulação dos conflitos, mantendo assim a ordem e harmonia. Esta gestão dos conflitos passa a ser presença assídua na organização dos processos familiares e na organização conjugal. Uma presença regular de um clima de harmonia, pode não significar a presença de um equilíbrio e ausência de conflitos, mas sim a presença de uma vulnerabilidade na ordem e no equilíbrio da família.

Mais propriamente no caso da VD, Simmel e Coser são dois autores importantes na análise do fenómeno com base nas premissas desta corrente. No caso do primeiro autor, este entende que “*o conflito constitui uma forma universal de interação social e pode desenvolver-se de inúmeras formas, por exemplo na família*” (Simmel in (Dias, 2010)), ou seja, sentimentos muito individuais e particulares de cada indivíduo vão determinar se as suas ações serão de carácter competitivo, solidário ou mais hostil. Ainda para o mesmo autor, nas famílias em que os laços de união são mais fortes e mais estreitos, maior é a possibilidade de existirem tensões opostas entre os elementos familiares originando situações de conflito.

Na visão do outro autor Coser in Dias (2010), e de acordo com as teorias do conflito considera que, “*quando os membros de um grupo estão profundamente envolvidos uns com os outros, grande parte das suas energias são mobilizadas pelos conflitos, podendo estes atingir um carácter muito intenso e violento*” (Coser in Dias, (2010: 184)).

A teoria do conflito foi uma corrente teórica que permitiu compreender o fenómeno da VD observando a família como o principal sistema causador e gerador dos conflitos e das situações de violência entre os seus membros. A constante disputa de interesses coexistentes no seio familiar origina a imposição dos interesses de um dos membros aos restantes, tendo como consequência ocorrências violentas. Continuando de acordo com as teses defendidas por esta perspetiva, por vezes um simples ato violento pode prevenir situações mais complexas e mais graves, podendo igualmente pelo contrário, gerar confrontos mais violentos entre os cônjuges.

Posto isto, e para concluir as ideias chave desta teoria, a família é vista como uma das mais fundamentais instituições que compõem a sociedade, contudo é também nesta que

ocorrem confrontos violentos devido à disputa de interesses entre os seus membros, sendo um local crucial na imposição “dos interesses de uns sobre os outros” (Burgess e Draper in (Dias, 2010)). Pode ainda ser apresentada como crítica às premissas que compõem esta corrente a dificuldade de operacionalização no plano empírico devido à sua generalidade macrosociológica.

2.1.3 Teoria Geral dos sistemas

É na década de 30 do século XX que surge pela primeira vez esta teoria e que começa a ser abordada por um biólogo, pretendendo demonstrar o funcionamento do corpo humano enquanto sistema. No que diz respeito à família enquanto sistema é só depois dos anos 60 do século passado que começa a ser introduzida a sua análise. A família para esta corrente é vista como um todo unificado e que funciona em simultâneo. A relação entre as partes e o todo é muito valorizada nesta corrente (Azevedo in (Dias 2010: 192)).

A aplicação desta teoria à família proporcionou profundas alterações conceptuais, permitindo compreender os seus conceitos mais básicos como ponto de partida. Segundo esta teoria, todos os sistemas estão dependentes de objetivos de assimilação de “inputs” para depois serem transformados em “outputs” sabendo que existe uma barreira entre os indivíduos e os sistemas exteriores. Os sistemas podem ser considerados permeáveis, se estes permitirem a troca de informação ou materiais com o meio ambiente (Dias, 2010: 191).

Mas para que esta troca de informação entre os indivíduos e os sistemas possa ser melhor compreendida, importa fazer referência ao conceito de feedback, pois é este que vai regular e definir se essa circulação de informação é positiva ou negativa. É nesta gravitação entre os feedbacks positivos e negativos que os sistemas fazem a sua autorregulação, aumentando a probabilidade de sobrevivência (Bersani e Chen in Dias (2010: 192)). Por outras palavras, é mediante este processo que os sistemas mantêm o seu funcionamento constante ao qual os autores chamam de funcionamento homeostático. Segundo estes, é na receção de feedbacks negativos que os sistemas asseguram o seu funcionamento através do equilíbrio, forçado a corrigir essa anomalia com uma resposta positiva equilibrando assim a situação (Ibidem, 2010). Concretizando, esta teoria explica-nos que mais importante do que qualquer parte de um sistema social, nenhum pode ser compreendido e analisado se isolarmos qualquer uma das partes constituintes, mas sim pelo contrário deve ser observado em uníssono, que por sua vez aplicado à análise da VD, esta só poderá ser melhor compreendida se os fenómenos forem analisados na sua totalidade (Azevedo in (Dias 2010)).

A família define-se como um sistema aberto, porque no dia-a-dia processa um conjunto muito variado de trocas, independentemente de manter uma certa fronteira com os sistemas

exteriores (Dias 2010). Os recursos que são acolhidos pela família, são considerados inputs, como por exemplo o dinheiro, recursos materiais, prestígio, estigma ou ideologias. Simultaneamente a família processa outputs que são enviados para o exterior da família, a força de trabalho e os próprios trabalhadores e trabalhadoras, os indivíduos integrados e socializados, valores políticos, culturais e religiosos. Assim sendo, independentemente do sistema familiar ser conotado como mais aberto ou mais fechado ao meio exterior, “os sistemas e o meio, pura e simplesmente, não coexistem, interagem ao ponto da interpretação mútua” (Morgan in (Dias 2010: 194)).

Autores como Straus e Gils-Sims foram os primeiros a tentar enquadrar a teoria geral dos sistemas à VD. Para estes autores os fatores culturais, sociais e interpessoais contribuem positiva ou negativamente para a forma como a violência conjugal é encarada. A violência doméstica é vista como resultado do próprio sistema onde a vítima e agressor/a estão inseridos. O supracitado conceito de feedback, é essencial para regular a propensão da estabilidade ou do conflito e consequente manutenção do sistema familiar. Fazendo alusão a Bersani e Chen in Dias (2010: 194) “feedbacks positivos decorrem de atos de violência e produzem uma espiral de violência, feedbacks negativos mantém o nível de violência em patamares aceitáveis”.

Straus é referenciado por Dias (2010) para fazer um apontamento sobre algumas premissas que este autor avançou para a compreensão da aplicação à VD da teoria dos sistemas:

- A violência doméstica tem muitas causas e origens, sendo que as estruturas normativas, os traços de personalidade, as frustrações e os conflitos constituem apenas algumas delas;
- Ocorre muito mais violência doméstica do que é denunciada;
- Grande parte da violência ou é negada ou considerada normal;
- As imagens estereotipadas associadas à violência doméstica são apreendidas na infância através do comportamento de pais, irmãos e outras crianças;
- Os estereótipos da violência doméstica são continuamente reafirmados, tanto para adultos como para crianças, através da interação social quotidiana e dos meios de comunicação social;
- Os atos violentos praticados por pessoas violentas poderão gerar um feedback positivo, isto é, estes atos poderão conduzir aos resultados desejados;
- *O uso de violência em situações que contrariam a norma familiar gera conflitos secundários decorrentes da violência inicial;*
- *Os indivíduos que são rotulados de violentos poderão sentir-se encorajados a desempenhar um papel violento, tanto para corresponder à imagem criada pelos outros, como para dar corpo ao seu próprio conceito de ser violento ou perigoso* (Staus in (Dias 2010: 195)).

Estas proposições apresentadas servem para demonstrar que para esta corrente a VD é produto do sistema, que mesmo a própria existência de conflitos secundários pode agudizar as situações e os comportamentos violentos.

Por outro lado, e com uma posição claramente contrária à que foi apresentada por Straus, Okun in Dias (2010) considera a teoria geral dos sistemas como um corpo teórico com mais limitações do que benefícios na compreensão do fenómeno da VD, isto porque segundo Okun existe uma multiplicidade enorme de variáveis na família que torna a aplicabilidade desta teoria muito árdua.

Surgiu ainda outro autor que na tentativa de aplicar esta teoria dos sistemas à VD, apresentou na sua ótica, as fases sequenciais que ocorrem nos processos de VD, identificando para isso seis estádios (Gils-Sims in (Dias, 2010: 196)).

A primeira etapa foi chamada de estabelecimento do sistema familiar, sendo nesta fase que se inicia a negociação entre os diversos membros da família, estabelecendo regras e barreiras para cada um, tendo em vista o bom funcionamento do sistema familiar. Nesta fase é fundamental a importância que os restantes sistemas sociais representam para a família, pois vão afetar a forma como os comportamentos e atitudes são moldadas. É igualmente nesta fase que as mulheres desenvolvem sentimentos de rutura ou simpatia perante a violência, mediante a aceitação ou não por parte desta dos atos violentos, sendo que na maioria das vezes “estas mulheres tendem a relativizar estes sinais, mesmo quando foram vítimas de violência antes do casamento” (Gelles in (Dias 2010: 197)).

A segunda sequência de acontecimentos é denominada como o primeiro incidente de violência. Nesta fase volta-se aos feedbacks positivos e negativos para explicar a ocorrência ou não de episódios de violência. Caso os feedbacks sejam considerados positivos, o presumível agressor/a considera que os seus sentimentos afetivos ou instrumentais foram alcançados, podendo ocorrer no futuro situações violentas (Dias, 2010). Por outras palavras, a interpretação pelo indivíduo violento dos feedbacks positivos, relaciona-se com o facto das mulheres geralmente nos primeiros episódios de violência tendem a ignorar ou desvalorizar, logo o homem tende a conceptualizar interiormente essa atitude positivamente, gerando fortes possibilidades de voltar a ocorrer (*Ibidem*).

A fase seguinte é considerada como o momento de estabilização da violência, na medida em que não se compreende perfeitamente qual será o momento em que ocorre um feedback negativo rececionado pela mulher e assim interromper a fase de violência. Como já foi mencionado na fase anterior, a receção por parte do agressor/a de feedbacks positivos proporciona, segundo a teoria geral dos sistemas, um agudizar das situações de violência, ao mesmo tempo que esse acumular dos acontecimentos violentos enraízam na estrutura familiar e pessoal, bases sólidas para a ocorrência de mais situações semelhantes. Na mesma lógica podem ocorrer situações em que a própria vítima responde e reage igualmente de forma

violenta, gerando por si só novamente feedbacks positivos, havendo a eventualidade de se estabelecer como padrão no sistema familiar (Gils-Sims in (Dias, 2010: 197)).

No momento em que as situações de violência deixam de ser aceitáveis quer pela vítima quer pelo próprio sistema, e quando este já não consegue estabelecer um controlo, a mulher tende a solicitar ajuda a sistemas exteriores à família, principalmente amigos, familiares e instituições (Dias, 2010).

A quarta fase do processo de violência é denominada de a escolha do momento, momento este que diz respeito à tomada de decisão da vítima de que os atos violentos se tornaram completamente intoleráveis e urge uma mudança. Relacionado com essa mudança e com a tomada de decisão das mulheres, poderão estar outros fatores, como a existência constante de receio que as filhas ou filhos possam também ser agredidos e a revolta por terem ocorrido agressões em frente aos filhos. Por ultimo a passagem da sua situação pessoal da sua esfera familiar para o conhecimento exterior pode ser igualmente um fator contributivo para a mudança da situação da vítima (Dias, 2010: 198).

A fase seguinte é considerada o abandono do sistema, isto porque a vítima questiona-se a si própria se tem capacidade para abandonar o sistema familiar em que está inserida. Segundo esta teoria, a maior parte das vítimas que abandona o seu sistema, procura manter contacto próximo com alguém para conseguirem fontes alternativas de feedbacks fora dos seus sistemas familiares. Esta fonte de contacto próxima da vítima pode gerar uma relação que lhes permita transpor as fronteiras do seu sistema inicial, pois dessa forma surge uma fonte de apoio muito importante que possa estabelecer a conexão entre a vítima e o sistema social de apoio. É ainda nesta fase que a vítima se apercebe do leque de oportunidades de vida, quer profissional quer pessoal, que passam a estar a sua disposição.

A última fase é considerada a mais importante no processo de autonomização da vítima e desvinculação do seu sistema familiar de origem, denominada etapa da resolução ou “mais do mesmo”. Mesmo assim, não se pode descuidar a possibilidade do retorno à antiga relação, mesmo depois das vítimas terem passado por instituições de apoio. Questões levantadas por alguns autores e autoras são pertinentes para compreender esta fase no processo de VD: poderá um sistema familiar reestruturar-se de modo a que a violência não seja encorajada no futuro? Se a vítima não pretender regressar, conseguirá estabelecer um novo e reformulado sistema familiar? “A vítima que regressa ao sistema original volta aos mesmos padrões de violência e será que esta poderá voltar a ocorrer? Este possível retrocesso ao sistema familiar antigo pode significar o assumir novamente por parte da vítima dos padrões de violência estabelecidos, que por sua vez será interpretado pelo homem como um feedback positivo” (Dias, 2010:199).

Para concluir importa destacar que a teoria geral dos sistemas analisa a VD como um produto do sistema e não pode ser analisada isolando as partes. Por sua vez esta generalização à análise do sistema como um todo pode desencadear um desaproveitamento das

características relacionadas com o comportamento humano originando uma dificuldade na operacionalização de alguns conceitos mais complexos que constituem e fazem parte da análise desta teoria.

2.1.4 Perspetivas feministas

O aparecimento dos movimentos feministas teve origem, em meados do século XIX na Europa e na América do Norte. É com o eclodir destes movimento que passa a existir uma consciencialização por parte das mulheres dos seus direitos e regalias nunca antes reclamadas. Para Schouten (2011: 16) o feminismo refere-se a um conceito recente quer para a sociologia, quer para o conhecimento geral, que remete para diversas interpretações e conotações diferentes.

Associado a ideologias, mais propriamente à esfera política, os movimentos feministas, para além de reivindicarem a igualdade entre homens e mulheres, alargaram o seu campo de intervenção nas mais variadas áreas, como o direito ao sufrágio, a formação, às condições de trabalho, a saúde pública, entre outras.

No caso de Portugal, no decorrer do século XVIII, a legislação vigente era profundamente desfavorável às mulheres. Apesar dos esforços da primeira republica só com a revolução de 25 Abril de 1974, ganhou força e sobretudo obteve resultados na unificação das mulheres na luta pelos seus direitos igualitários em relação aos homens. Passa a existir uma igualdade nos estatutos jurídicos das mulheres e dos homens, passando a existir o reconhecimento da cidadania plena à mulher consagrando estes direitos na Constituição da Republica Portuguesa publicada em 1976. O papel do feminismo em Portugal à semelhança de outros países foi socialmente muito importante não só para estas como para outros grupos sociais vulneráveis, como é o caso das crianças.

Contudo no Portugal atual, são muitos e muitas os que atribuem conotações de radicalismo aos movimentos feministas (Schouten, 2011), desconhecendo em profundidade tudo o que envolvem.

Relativamente às perspetivas feministas, importa aqui deixar claro que não existe apenas uma corrente, mas sim várias orientações teóricas dentro das perspetivas ou movimentos feministas. É essencial igualmente realçar que existem autores a colocar em dúvida se as perspetivas feministas devem ou não ser consideradas teorias.

A propósito desta questão, Abbott e Wallace in Dias (2010: 199) defendem que *“As teorias são a base da sociologia, estas influenciam o modo como entendemos o mundo - as questões que colocamos e a variedade de respostas que é permitida. Neste sentido, o*

feminismo é uma teoria; uma visão do mundo". As perspectivas feministas poderão ser consideradas teorias porque nos demonstram através de pontos de vista específicos, explicações para determinados comportamentos, no entanto a pluralidade de correntes dentro das perspectivas feministas faz com que nem todos concordem com as mesmas explicações relativamente à subordinação da mulher ou no que diz respeito à emancipação das mulheres (Abbott e Wallace, 1997).

Abbott e Wallace são autoras que partilham da tese que existe dificuldade em classificar as várias correntes dentro das perspectivas feministas, no entanto podem identificar claramente quatro derivações feministas, em que os seus contributos são considerados os que têm mais relevância para a sociologia.

Identificam a perspectiva feminista liberal/reformista, a marxista, radical e a socialista. Mesmo tendo visões diferentes sobre certas matérias, a questão da opressão sobre as mulheres, acaba por ser transversal a todas elas, sendo que todas se preocupam em formular orientações com vista à superação dessa situação (Dias, 2010: 200).

No que concerne ao feminismo liberal, é uma corrente que se preocupa principalmente com os diversos tipos de discriminação de que as mulheres são alvo. Esta é, segundo Schouten (2011) a vertente dos movimentos feministas mais divulgada, defendendo-se uma alteração das estruturas sociais em que a dominação masculina é patente.

O feminismo marxista remete-nos para linhas teóricas que se preocupam em explicar os motivos pelos quais as mulheres não conseguem construir a sua emancipação e ao mesmo tempo, uma participação na esfera pública mais dinâmica e ativa. O fato das mulheres não conseguirem concretizar as situações referidas, dá origem à sua opressão quer pelos homens quer pela própria sociedade. Os sentimentos de desigualdade entre mulheres e homens são mais sentidos relativamente ao domínio masculino nas relações económicas (Schouten, 2011).

O feminismo radical é aquele movimento que extrema mais a posição em relação ao controlo exercido pelo homem, sendo este o principal problema sob o qual as mulheres têm que lutar permanentemente para se libertarem. Este movimento rejeita completamente todos os aspetos das sociedades patriarcais na sua totalidade, para as quais, a organização dos sistemas sociais mantêm os homens maioritariamente no poder (Ibidem, 2011).

O feminismo socialista é a última variante referida por Dias (2010) e vê nas sociedades capitalistas o principal motivo de opressão para com as mulheres ao mesmo tempo que a existência de relações patriarcais³ no interior das famílias (Abbott e Wallace, 1997). Poderá

³ *"Conjunto de relações sociais que têm uma base material, no seio das quais existem relações hierárquicas e solidariedade entre homens, o que lhes permite controlar as mulheres. O sistema patriarcal é assim um sistema de opressão masculina sobre a mulher"* (Morgan cit in Dias, 2010: 203)

ainda incorporar-se nesta discussão uma outra variável dos movimentos feministas que é abordado por alguns autores, que diz respeito ao feminismo islâmico, onde numa das religiões mais importantes do mundo, o islão, estão consagrados e reconhecidos grandes diferenças de direitos entre mulheres e homens no que diz respeito às oportunidades. Para esta corrente a única forma de acontecer uma alteração na condição das mulheres é através da religião (Schouten, 2011).

Os corpos teóricos das perspetivas feministas não aprontam um modelo que abranja a generalidade dos casos a investigar nem uma aplicação linear às ciências sociais em geral.

Para as perspetivas feministas, a família mostra-se como um sistema que oprime os indivíduos nelas pertencentes, coagindo-os a agirem de determinada maneira com base nas diferenças de género existente no seio familiar. Aspectos como a divisão sexual do trabalho e o distanciamento que existe entre o trabalho remunerado e o lar familiar, permite criar uma análise crítica da família enquanto instituição, sobretudo na forma como se distribui a igualdade e a contribuição de cada membro do casal (Dias, 2010).

As perspetivas feministas dão relevância e centram a sua análise na tomada de consciência das diferenças de género existentes na família. Essas diferenças de género associadas à dimensão económica e às relações de poder em coexistência constante na família têm sido aspectos a ser tomados em consideração pelas feministas, quando se verificam situações de violência física. Assiste-se a uma diferença na abordagem na divisão dos recursos na família, sendo esta uma questão fundamental para a forma como a divisão sexual do trabalho é feita (Dias, 2010).

As autoras e autores feministas têm-se esforçado em demonstrar a incoerência da visão do espaço doméstico como um local de igualdade e simétrico. Pelo contrário os e as feministas defendem que "é um espaço de desigualdade onde as mulheres são subordinadas e desempenham sempre os mesmos papéis" (Abbott e Wallace in (Dias 2010: 201)).

De acordo com esta corrente a análise da VD passa pela compreensão profunda do contexto social no qual os intervenientes estão inseridos, bem como as diferenças de géneros e as relações de poder existentes. (Dias, 2010). O homem é encarado pelas feministas como dominante e detentor da maioria dos recursos materiais e simbólicos mais importantes, que por sua vez origina um estatuto social para a mulher inferior e desvalorizado perante o membro dominante. O uso da violência do homem perante a mulher é visto como a forma e o meio que este tem para demonstrar o seu poder de dominação (Dias, 2010: 202).

A desigualdade de género patente nestes casos é aceite pela sociedade porque está enraizada na própria cultura e constitui o principal fator para a continuação da subordinação das mulheres e dos atos de violência. Esta problemática deixa de ser um fenómeno raro e

desviante que apenas resultava de situações de ruturas familiares para ser visto como um acontecimento perfeitamente vulgar e comum nas famílias.

Segundo Bograd in Dias (2010: 2002) as perspetivas feministas e o seu aparecimento na análise dos fenómenos de violência no seio das famílias, contribuíram positivamente para que a privacidade dos fenómenos de violência se transformassem num problema social de extrema relevância. Este autor vai mesmo mais a fundo nesta questão, considerando que foram as perspetivas feministas que transformaram a violência contra as mulheres num problema público. Assim sendo, estas perspetivas defendem que as desigualdades entre os géneros profundamente enraizadas nas sociedades patriarcais do ocidente estão fortemente relacionadas com os episódios de VD que acontecem na família, como derivação da dominação que o homem exerce sobre a família.

A manutenção dos atos de violência sobre as mulheres é explicado pela sustentação por parte das instituições legais, políticas, económicas e religiosas que para além de reconhecerem a autoridade do homem, em alguns casos aprovam o uso da força perante as mulheres. Esta pode ser uma situação ambígua, pois nos nossos dias, legalmente não está consagrado em nenhuma lei o direito do homem exercer qualquer tipo de agressão perante a mulher, no entanto, resquícios do sistema patriarcal ainda são visíveis em muitas das famílias legitimando a violência sobre as mulheres (Dobash e Dobash in (Dias, 2010: 203)).

Apesar de ser reconhecido por vários autores as mudanças sociais e do próprio estatuto da mulher, verifica-se que estas alterações não correspondem na prática a mudanças significativas que possam alterar a sua posição de subordinada perante o homem dominador da ideologia patriarcal.

Relativamente às perspetivas feministas e em jeito de conclusão, de realçar que estas permitem identificar algumas das causas e dos contextos mais suscetíveis a episódios de VD, ao mesmo tempo que surgem novos incentivos para o estudo da problemática de uma forma isenta e não apenas fortemente associada ao contexto patriarcal como a principal fonte explicativa dos atos de violência (Dias, 2010).

Torna-se pertinente, segundo a mesma autora, colocar uma questão diferente daquela que as feministas colocam, ou seja, por que razão a mulher agredida permanece com o homem violento? Esta poderia ser uma abordagem do fenómeno de uma forma mais ampla que a mera análise dos fatores sociais que levam as mulheres a não abandonar os agressores/as ou ainda porque é que estes batem nas mulheres.

Na atualidade, e apesar de todos estes movimentos feministas já existirem há algumas décadas, mostra-se adequado avançar na direção de um feminismo com novas ideias e atuais, onde se procure um esforço para atingir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres

e em que “*as questões da sexualidade e direitos reprodutivos, a divisão do trabalho doméstico e a violência doméstica estão no topo da agenda*” (Schouten, 2011: 21).

2.2. Teorias microssociológicas

2.2.1 Teoria dos recursos

Este modelo sustenta as suas premissas com base em dois conceitos fundamentais, que são o conceito de poder e recursos. Para Dias (2010: 163), poder refere-se “*à capacidade potencial de um ator influenciar o comportamento do outro*”, enquanto o conceito de recursos diz respeito “*a um bem raro que um dos parceiros pode por à disposição do outro e que é suscetível de satisfazer as necessidades deste último ou de lhe permitir atingir os seus objetivos*”. Isto quer dizer que quanto maior for o número de recursos que um indivíduo possua e o seu grau de importância seja significativamente relevante, será traduzido na detenção de um maior poder de dominação e controlo sobre o outro, normalmente a mulher (Ibidem, 2010). Esta situação de manutenção do poder por parte do homem para controlar e dominar a mulher, pode sofrer mutações quer pelo aumento ou diminuição dos recursos de cada membro, quer pela diminuição dos níveis de sujeição de um membro relativamente ao outro.

O conceito de poder foi inicialmente utilizado na explicação e compreensão da problemática da violência doméstica por Goode. Este autor referido por Dias (2010) identifica a família como um sistema social como muitos outros da sociedade, onde constantemente coexistem relações de poder, sendo que este autor utiliza o conceito de força para explicar e fundamentar o funcionamento das interações familiares, considerando “*que é essencial para a estabilidade da estrutura familiar*” (Goode in (Dias 2010, 163)). A força física referida pelo autor, utilizada sobretudo pelo homem para a manutenção da sua posição de superioridade, é apoiada e sustentada pelas estruturas sociais públicas, como a polícia ou a justiça, consolidando a legitimidade dos indivíduos que foram socializados a utilizar a força como forma de imposição da sua vontade (Ibidem, 2010). Quando se mencionam os recursos que cada um tem disponíveis, e que podem afetar os poderes exercidos referem-se essencialmente: prestígio, sucesso, nível de escolaridade, inteligência, grau de conhecimentos, idade, estatuto socioprofissional, rendimento, sociabilidade, amor, amizade, etc.

Apesar de a maior parte destes recursos apresentados possuírem um carácter subjetivo e de difícil quantificação, permitem-nos compreender que os episódios de violência ocorrem nas famílias quando alguns deles faltam ou são insuficientes. Esta dificuldade em aceder aos recursos a determinados estatutos sociais mais baixos, coloca os indivíduos numa situação de vulnerabilidade às situações de VD (Dias, 2010: 163).

Existe ainda outra relação que importa discutir aquando da aplicação da teoria dos recursos, intitulada de inconsistência de status⁴. De acordo com esta tese observa-se um desequilíbrio entre os membros da família quando as posições de status ocupadas pelos diversos membros não se situam na mesma localização hierárquica. Indicadores como o nível de escolaridade e rendimento, podem ajudar a colocar os indivíduos em posições diferenciadas, em que uns e umas são mais detentores de recursos que outros e outras. Historicamente as posições superiores sempre foram atribuídas ao homem. No entanto esta situação tem vindo a sofrer alterações, pois passou a estar disponível e acessível às mulheres uma maior possibilidade de ascensão social por via quer do nível de escolaridade adquirido, quer pela obtenção de determinado status devido à profissão. À medida que se verifica mais alterações, no desfazamento que existe ou existia entre os status de homem e mulher, maior é a probabilidade de ocorrerem situações de VD, pois cada vez mais *“o homem se sente ameaçado no seu papel tradicional pela mulher que passa a possuir recursos ocupacionais e de instrução superiores”* (Dias, 2010: 164). De acordo com vários estudos, nomeadamente os de O'Brien e Gelles in Dias (2010), as famílias onde se verifica um maior nível de inconsistência de status, são as que apresentam mais situações de VD entre os membros. Pelo contrário, nas famílias onde a inconsistência de status é mais baixa em que os membros mantêm níveis de rendimento, escolaridade, profissão mais semelhantes, há tendencialmente ambientes familiares mais calmos e menos propícios a situações de violência (Ibidem, 2010).

Nos casos em que se verifica um défice de recursos e rendimentos do homem, estes tendem a utilizar com mais frequência a força física como meio de continuarem a manter o seu papel instrumental reconhecido pela sociedade.

Apesar de todos os aspetos enunciados sobre esta teoria no que diz respeito à sua conceptualização, este não é um modelo isento de lacunas e de aspetos menos operacionalizáveis, sendo sujeita a críticas por parte de outras correntes e interpretações. Szinovacz in Dias (2010) diz-nos que este é um modelo com pouca clareza nas suas formulações teóricas, sugerindo a aplicação de entrevistas aos membros com objetivo de se poderem comparar os resultados obtidos e assim obterem-se contributos mais valiosos e rigorosos da aplicação deste modelo teórico.

As abordagens feministas criticam a teoria dos recursos tendo em vista a sua tentativa de que os casais tendem a alcançar uma simetria para que as relações possam funcionar melhor. Para as feministas esta premissa não faz sentido, pois continuam a verificar-se desigualdades na distribuição do trabalho doméstico, desigualdade na satisfação sexual, bem como os abusos que as mulheres sofrem. As perspetivas feministas entendem ainda que mesmo para as

⁴ *“Ocorre quando os indivíduos não são capazes de representar convenientemente os papéis de status; quando face a determinadas situações, defraudam as expectativas de outros indivíduos por não corresponderem ao que supõem representar (...) (Giddens, 2009: 568)”*.

mulheres que conseguiram uma mobilidade ascendente através da sua qualificação profissional, as posições de status de homem e mulher continuam ainda a ser encaradas de forma desigual. A teoria dos recursos é ainda criticada pela sua utilização excessiva da análise aos processos macrosociológicos, ignorando os condicionamentos que as estruturas sociais podem causar aos comportamentos quer dos membros individualmente, quer da família enquanto grupo.

Autores de referência como Kellerhals, Troutot e Lazega in Dias (2010) optaram por reunir um conjunto das principais críticas a apontar à teoria dos recursos: *“a percepção dos cônjuges difere quer em matéria de tomada de decisões quer no status que é reconhecido a cada um; os recursos também devem ser ponderados pela importância das alternativas ao casamento; o valor comparado dos recursos e a (in) satisfação face à sua repartição depende muito da finalidade atribuída à troca familiar, ou seja, as representações sociais do casamento definem, pelo menos em parte, o valor dos recursos; os recursos devem ser relativizados em função do contexto cultural. Tal significa que são diferentemente valorizados em função de cada cultura com diferentes impactos sobre o poder dos membros”* (Ibidem: 168).

De qualquer forma, e mesmo sujeita a diversas críticas, a teoria dos recursos forneceu importantes contributos para a análise dos processos familiares no que concerne à VD, principalmente na sua explicação do conceito de poder e como este interfere nas relações de dominação e controlo entre homem e mulher.

Para concluir importa realçar o desígnio defendido pela teoria dos recursos relativamente à VD, referindo que esta decorre aquando da necessidade que as famílias e os seus membros têm de manter o poder através da força. Esta manutenção é legitimada pelas instituições sociais que lhes são exógenas e interiorizadas pelos indivíduos através dos processos de socialização. No momento em que se verificar um desfasamento entre os recursos que os membros possuem, é nesta fase que a violência pode ocorrer, pois o agressor/a percebe que não consegue mais manter a sua posição de dominação e o uso da força passa a ser o único meio para alcançar a sua posição (Dias, 2010).

2.2.2 Teoria da troca e controlo social

A possibilidade que se formulou na combinação entre a teoria do comportamento humano e a teoria do controlo social, originou a teoria da troca e do controlo social, mostrando-se a assim como outro recuso teórico para a elucidação das ocorrências de violência conjugal.

Na década de 80 do século passado, o autor Gelles in Dias (2010) baseou-se nas premissas de ambas as teorias referidas anteriormente para compreender o fenómeno da violência doméstica. Segundo a teoria explicativa do comportamento humano, *“os indivíduos agem e fazem opções de forma racional, com vista a obter a máxima gratificação e o menor*

dos custos” (Ibidem: 169). De acordo com esta premissa, os indivíduos apenas se vão preocupar com comportamentos que lhes podem conferir gratificações, evitando assim aqueles que lhes podem proporcionar custos. No que diz respeito à outra teoria do controlo social, esta tem sido utilizada essencialmente para a explicação dos fenómenos de delinquência juvenil, defendendo que existem mecanismos de controlo na sociedade que fazem com que os crimes não aconteçam, não que esquecendo que estes mesmos crimes são fenómenos que integram a sociedade. Nas situações ou em contextos onde os mecanismos de controlo não são tão eficazes ou simplesmente não existem, a probabilidade de ocorrerem crimes aumenta significativamente (Bersani e Chen in (Dias, 2010)).

Gelles ao conjugar os fundamentos destas duas teorias apresentou um modelo integrador que pudesse explicar a VD, considerando que os indivíduos procuram alcançar os seus benefícios, evitando punições ou custos com base nas suas ações. O outro indivíduo sujeito a este tipo de interação, fica em dívida até que o primeiro seja recompensado. Quando esta expectativa de benefícios e gratificações sofre uma rutura, no caso da família traduz-se no momento em que um dos cônjuges não recebe os benefícios esperados, existem fortes probabilidades de ocorrerem situações de violência (Ibidem: 169). Os benefícios podem ser manifestações de amor, carinho, dinheiro, admiração, que apesar de muitos destes serem sentimentos de cariz subjetivo e de dificuldade elevada na sua quantificação, os sentimentos de injustiça e frustração provocados pela sua ausência acumulam-se e podem dar origem a conflitos e atos violentos.

No seguimento da conjugação das duas teorias referidas à VD, Gelles in Dias (2010) considera pode ser expectável a ocorrência de situações de VD no seio familiar, uma vez que os indivíduos agressores/as não esperam que os custos dos seus atos ultrapassem os benefícios, nomeadamente porque os mecanismos de controlo social e as possíveis sanções sobre os agressores/as não são conjeturáveis. Conclui este autor como premissa geral o seguinte: *“as pessoas agredem e abusam dos outros membros da família porque podem”*. Na sequência desta tese principal surgiram outras que concretizam as situações mais particulares da violência doméstica:

- *“Os membros da família têm maior tendência para recorrer à violência doméstica no lar quando esperam que os custos daí recorrentes sejam inferiores às recompensas”;*
- *“A audiência de mecanismos de controlo social eficientes sobre as relações familiares diminui os custos que os membros da família poderão sofrer ao agirem de forma violenta entre si”;*
- *“Certas estruturas sociais e familiares servem para reduzir o controlo social das relações familiares e, conseqüentemente, reduzem os custos e/ou aumentam os benefícios da violência”* (Ibidem: 169).

O mesmo autor refere igualmente três fatores que ajudam, na sua perspetiva, a limitar a intensidade do controlo social sobre a família, assim como as repercussões negativas que advêm das atitudes e comportamentos violentos, que são eles: desigualdade, privacidade e a imagem do homem real (real man).

O primeiro fator de desigualdade mostra-nos que a existência de uma estrutura normativa de poder na sociedade e no interior da família que por si só promove situações de desigualdade entre os membros, quer a nível sexual, quer geracional. Esta desigualdade diz propriamente respeito à inferioridade de oportunidades e possibilidade que a mulher tem em comparação com o homem, uma vez que normalmente são os homens quem possuem os maiores rendimentos e status mais elevado possibilitando que *“a desigualdade no lar reduz, quer o controlo social sobre as relações familiares, quer os custos para os indivíduos que são violentos”* (Dias, 2010: 170).

O segundo fator refere-se à existência de uma natureza privada na família, natureza esta que diminui drasticamente os níveis de controlo social no seio deste grupo. A privacidade das famílias reflete-se igualmente na acessibilidade que estas poderiam ter às estruturas sociais de apoio e às instituições legais de segurança pública. Neste sentido pode dizer-se que a privacidade das famílias é uma característica facilitadora da redução dos mecanismos de controlo sociais, permitindo que os indivíduos continuem a manter as suas gratificações decorrentes dos atos violentos (Ibidem, 2010).

O último fator está relacionado ao rótulo que pode ser imputado ao homem que pratica atos violentos sobre a mulher. Por sua vez este rótulo pode não resultar numa perda de status social, isto porque em determinadas culturas, o custo que advém dos atos violentos praticados sobre as mulheres, apresenta significados positivos e motivo de grandeza para o homem. Esta imagem positiva atribuída ao homem nestas culturas, vai contribuir para a redução significativa do controlo social sobre estes indivíduos e mais propriamente sobre a família.

Este modelo fornece importantes contributos para a explicação da permanência da mulher junto do cônjuge mesmo sofrendo atos de violência doméstica, em que a principal explicação se traduz na falta de alternativas para a vida desta. Nos diminutos casos em que a mulher consegue efetuar uma rutura familiar e procurar uma alternativa, é considerada a fase mais complicada e perigosa para si. No momento em que o homem percebe que perdeu o controlo sobre a situação e a dominação sobre a mulher sofreu uma rutura, sente que os custos dessa situação podem sofrer uma alteração, a introdução de outras variáveis como a intervenção da polícia, pode ser interpretado pelo homem como “já não ter nada a perder”. Geles refere que “quanto menos os homens tenham a perder pelo facto de serem violentos, e menor forem os riscos de serem detidos, mais violentos eles podem ser, por outro lado, quanto mais tenham a perder por serem detidos e publicamente identificados como agressores/as, menor é a probabilidade de voltarem a ser violentos” (Gelles in (Dias, 2010: 172)).

Passando agora às limitações deste modelo teórico que como todos os outros igualmente as possui, no entanto teve importantes implicações na implementação de modelos de intervenção sobre a VD. Uma dessas implicações positivas refere que a forma de prevenir a VD é aumentar o controlo social sobre as famílias, reduzindo os níveis de isolamento destas das instituições sociais. A redução do fechamento das famílias permitiria não só um aumento dos níveis de assistência prestados, como uma redução efetiva das situações de violência (Ibidem: 174)

Este modelo teórico não prevê porém situações onde, em famílias perfeitamente integradas na comunidade podem igualmente ocorrer situações de VD, onde os custos para os agressores/as são extremamente reduzidos uma vez que estas famílias estão menos sujeitas à intervenção das entidades de segurança e sociais. Fica a questão de porquê ocorrerem situações de violência nestas famílias.

Uma outra questão que não obteve resposta à luz deste modelo teórico tem que ver com o motivo de se optar pela violência para dar resposta à falta de reciprocidade entre os membros, revelando este modelo dificuldade de operacionalização quando se trata do domínio das relações íntimas.

Para concluir a discussão em torno deste modelo teórico, de referir que os níveis de desigualdade na família devem ser amenizados tendo em vista a obtenção de uma maior reciprocidade entre os membros durante as suas relações familiares, diminuindo assim o risco de conflitos e violência (Gelles in (Dias, 2010)).

2.2.3 Interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico não tem propriamente uma explicação para a VD. Não obstante, apresenta contributos valiosos. Um dos pontos principais desta teoria diz respeito à simbologia atribuída às interações do quotidiano, onde os atores fundamentam a sua ação sustentada no sentido que estes atribuem às suas ações. Para esta corrente a sociedade e as suas estruturas, não têm um papel condicionante, antes fazem parte de um processo lógico de interação (Goffman, 2002).

Os indivíduos interpretam as situações do dia-a-dia e atribuem significados na construção da vida e realidade social de cada um (Dias, 2010).

As interpretações da realidade e os significados que cada pessoa atribui às “coisas” e aos objetos, vai condicionar e orientar a sua forma de agir, originando um processo que se pode caracterizar como sendo dialético entre a sociedade e os indivíduos.

A relação desta perspectiva com violência, passa pela forma como os membros do casal se relacionam no contexto familiar. Mas para que se possa compreender melhor o âmago dos relacionamentos no casal, surgem dois conceitos relacionados a esta corrente, “self” e “papel social” (Ibidem: 174). Deste modo, a atribuição de determinados papéis sociais quer ao homem quer à mulher, gera por si só determinadas expectativas do que se espera de ambos, em determinado momento. Quando por qualquer motivo, estas expectativas são defraudadas poderá acontecer rupturas e conflitos originando por vezes situações de violência, como é demonstrado na seguinte ideia: “*A transmissão de um papel para outro ou até a sua acumulação, para além de exigir um grande esforço aos indivíduos, pode provocar tensão, ansiedade e no limite pode conduzir à violência*” (Pagelow in (Dias, 2010: 175)).

Em relação ao “self”, podem ser identificadas duas variantes: o “eu” com representação social na forma como os outros o vêem, e o “eu” meramente pessoal e individual com atitudes espontâneas e imprevisíveis (Azevedo in (Dias, 2010: 175)). O “eu” social é aquela representação em que poderão ser assimilados pelos indivíduos diversos papéis sociais, nomeadamente para serem observados pela família, colegas de trabalho e sociedade em geral.

O interacionismo oferece um contributo para a compreensão e análise da VD na medida em que esta conceptualização teórica explica as ocorrências violentas associadas a um desfasamento entre as expectativas socialmente contruídas acerca dos papéis sociais quer de marido/pai, quer de mulher/mãe e o desempenho das funções dependentes dos relacionamentos quotidianos (Dias, 2010). Portanto, a violência entre cônjuges ou companheiros é explicada por esta perspectiva mediante os significados que os membros das famílias atribuem às situações, mas ao mesmo tempo esses significados não são atribuídos independentemente, eles dependem da interação com o mundo social, isto porque no entendimento de alguns autores “o stress familiar poderá ocorrer quando os indivíduos já não conseguem desempenhar os respetivos papéis de uma maneira tranquila e integrada” (Vetere e Gale in (Dias, 2010: 175)).

Esta questão da definição dos papéis é um processo dinâmico de acordo com esta teoria, pois a forma como a mulher, o marido ou os filhos e filhas interpretam as interações e os significados, faz com que este não seja um processo estático ou fixo. Assim sendo uma “boa esposa” depende das atribuições e significados que lhe são imputadas e que por sua vez pode não ser a definição de uma “boa esposa” para o marido ou para a sociedade (Ibidem: 176).

Cada interação simbólica que ocorre na família passa a ser o ponto principal de análise para esta corrente no que diz respeito à VD, onde a construção e mudança dos significados pode acarretar consequências nas situações de violência, e nas atribuições que os homens e mulheres conferem aos atos violentos, por exemplo: “*uma bofetada pode ser entendida por uma mulher, como inadmissível, para outra esse ato pode ser interpretado como um incidente menor, justificado pelo temperamento do homem*” (Dias, 2010: 176).

Apesar desta proposta teórico-metodológica não ter orientado a sua análise em teorias específicas para a VD, nas palavras de Dias (2010), é extremamente importante para a pesquisa da problemática em questão.

Capítulo III - Uma sociedade em permanente vigilância

A intitulada “pós-modernidade” termo utilizado frequentemente para caracterizar o momento social e histórico atual, caracteriza-se pelo surgimento de novas formas de controlo e monitorização das sociedades. Autores como David Lyon (1992) definem-nas como sendo sociedades da informação. Para este autor a noção de sociedade da informação, tem proveniências nas décadas de 60 e 70 do século passado, onde segundo este, se anunciava o fim da era capitalista industrial, passando para uma sociedade de serviços (Lyon, 1992: 2).

Mais concretamente em relação à vigilância das sociedades, Giddens (2009) refere-se a esta fase temporal como um período onde as sociedades atingiram um carácter global, contrariamente aos mecanismos de controlo que existiam até então. Para Lyon, (1994) a pós-modernidade refere-se a um período onde ocorre uma transformação social importante, e uma parte desta transformação é o gosto e da privacidade das pessoas. Com esta transição para a pós-modernidade, e com o desenvolvimento da vigilância eletrónica, surgem questões relacionadas com a intimidade dos indivíduos que urgem resposta.

Contextualizando a evolução dos mecanismos de vigilância a partir de meados do século passado evidenciava-se uma idealização política no sentido da construção de estados fortes onde a segurança interna e externa tivessem um papel fundamental e fossem colocados como primordiais nas agendas políticas (Ibidem; 85).

Lyon (1994) refere que vivemos numa sociedade da vigilância, em que a maioria dos países desenvolvidos possui mecanismos constantes de controlo e vigilância de todos os indivíduos e do seu quotidiano. Essa vigilância é praticada nas tarefas mais básicas e mais rotineiras do nosso dia-a-dia, como por exemplo levantar dinheiro num multibanco, onde a recolha de imagens e de outros dados pessoais permitem aos sistemas integrados de vigilância um controlo aprofundado dos cidadãos e cidadãs (Ibidem, 1994). Esta análise da sociedade da vigilância pode considerar-se paradigmática, nas palavras de Lyon (1994), isto porque propõe uma interpretação baseada na interação ente a tecnologia e a sociedade. Segundo este autor, a vigilância eletrónica “*está configurada socialmente y tiene impactos sociales*” (Ibidem, 25), no entanto não é verdade absoluta que essas implicações sociais ocorram sempre no mesmo sentido.

Neste seguimento defende ainda que sempre existiram formas de vigilância das sociedades, apenas foram evoluindo e sofrendo modificações ao longo dos tempos. Em outras épocas a vigilância era basicamente utilizada no que respeita às lógicas laborais das empresas,

permitindo até uma evolução nos direitos e condições de trabalho porque melhora o desempenho de cada pessoa. Este contexto foi muito favorável ao desenvolvimento das tecnologias de vigilância. O conceito de vigilância pode ser definido como “qualquer recolha e processamento de dados pessoais, se identificáveis ou não, com objetivo de influenciar ou gerir aqueles cujos dados tenham sido recolhidos” (Lyon, 1994).

Os meios de vigilância mais evoluídos surgem no pós-segunda guerra mundial, passando a haver uma proliferação desses meios. Mas essa evolução dos mecanismos de controlo só é realmente sustentada com o aparecimento das tecnologias de informação, mais especificamente com o desenvolvimento dos computadores, trazendo mais confiabilidade e maior capacidade aos sistemas (Lyon, 1994). O desenvolvimento das tecnologias, incluindo igualmente as telecomunicações, aproxima-nos de uma sociedade da vigilância total, isto porque todos os limites da esfera privada antes tidos como intransponíveis estão agora mais vulneráveis.

Gary T. Marx in Lyon (1994: 82) enumera algumas características que considera descreverem as formas de vigilância e controlo social atuais contrariamente às formas tradicionais: superam a distância e barreiras físicas; transcendem o tempo; são pouco visíveis ou invisíveis, isto porque os indivíduos têm cada vez menos consciência de serem vigiados; são involuntárias; fazem uso intensivo do capital e não do trabalho, colocando a vigilância como um atrativo económico cada vez maior; controlo policial centralizado, etc.

No decorrer do século XX e com a evolução e crescimento das forças de segurança e policiais, tornou-se cada vez mais necessário a criação de registos particulares dos indivíduos, possibilitando assim um maior controlo e vigilância (Giddens, 2007).

Existem dois aspetos que nos permitem compreender a evolução da sociedade da vigilância: primeiro está associado a um olhar incorreto da vigilância, apenas como um produto das novas tecnologias. A tecnologia é um meio de exercer a vigilância, mas a decisão de a exercer é alheia à tecnologia. O segundo concerne à vigilância como resultado das práticas organizacionais burocráticas, onde predomina a ideologia da eficiência, celeridade, controlo total e coordenação da sociedade (Lyon, 1994).

As questões relacionadas com a ética, com a privacidade e com os direitos humanos, são fundamentais neste debate. Segundo Lyon (1994) é a partir da década de 70 do século passado que foram desencadeadas várias discussões em termos jurídicos relacionadas com a vigilância das sociedades e dos indivíduos, tendo sido criadas as primeiras leis europeias de proteção de dados e da privacidade dos indivíduos. Os indivíduos passam a ser considerados “transparentes” por estarem sujeitos constantemente aos mecanismos de controlo e vigilância. A transparência dos indivíduos é resultado da falta de equilíbrio entre a vigilância que as estruturas de controlo detêm sobre os indivíduos, e a falta de possibilidade destes terem conhecimento da utilização dos dados pessoais recolhidos. Porém, mesmo existindo esta transparência referida, nem

sempre pode ser encarada como um aspeto com consequências negativas, isto porque *“la transparencia puede ser una condición de la libertad en ciertos casos”* (Lyon, 1994: 132). No caso da violência doméstica pareceu-nos que esta visão é especialmente aplicável.

Porém ao mesmo tempo reconhece-se a necessidade de se levantarem questões de justiça e equidade a partir do momento em que a vida privada dos indivíduos e os seus hábitos do quotidiano passam a ser controlados por uma organização ou estrutura que na maioria das vezes é desconhecida pelos indivíduos (Lyon, 1994: 38). Por esta razão para este autor a vigilância *“es, pues, una actividade com carga moral y política, susceptible de crítica y desafío, y no sólo desde el punto de vista del macronível político ”* (Ibidem, 1994, 39).

Admitindo a vivência dos indivíduos numa sociedade da vigilância, esta permite a transmissão e circulação de dados pessoais de uma forma muito intensa, nomeadamente com o apoio das tecnologias de informação (Lyon, 1994).

Abordando agora a questão da eficácia dos meios de vigilância eletrónica, existem quatro fatores limitativos. O primeiro fator refere-se ao volume de ficheiros que o sistema contém; o segundo, o grau de centralização; o terceiro, a velocidade de fluxo entre os pontos do sistema; e por último, o número de pontos de contato entre o sistema e o sujeito. Estes são critérios que poderão ser usados para avaliar a capacidade e eficácia de determinado sistema de vigilância eletrónica (Lyon, 1994: 79). Importa ainda aprofundar o argumento do autor no que diz respeito à capacidade de eficácia dos meios de vigilância, onde o principal objetivo é coletar uma quantidade de dados que permita fiscalizar as populações expostas à vigilância. Como já foi referido anteriormente a legislação de proteção dos dados pessoais dos indivíduos, criou alguns entraves à utilização e circulação dos dados recolhidos nos processos de vigilância e assim mesmo existindo extensos arquivos de informação nas sociedades ocidentais, legalmente existe uma restrição à utilização livre destes dados (Ibidem, 131).

Chegámos a um tal nível de desenvolvimento no que respeita às tecnologias de informação e mais especificamente da vigilância eletrónica que as entidades ou estruturas têm ao seu alcance com mais facilidade a possibilidade de traçar um perfil detalhado das características individuais de indivíduos ou grupos de pessoas, particularmente informações relativas à situação económica e financeira, saúde, hábitos de consumo, comunicações telefónicas, benefícios sociais, residência, nacionalidade, opções religiosas e políticas, preferências sobre atividades educativas e de lazer, resumindo, a grande parte das condições e modos de vida estão ao dispor das estruturas que utilizam os mecanismos de vigilância.

As organizações ou estruturas que utilizam os meios de vigilância para controlar e monitorizar os indivíduos fazem-nos essencialmente com base em dois objetivos principais: efetuar um controlo geral dos observados e das observadas e de quem desobedece às regras e normas da sociedade em que estão inseridos; localizar e identificar com mais precisão os

indivíduos que não cumprem as regras e normas da sociedade. Existe portanto uma construção fortemente normativa no uso destes mecanismos.

Efetuada agora uma conexão direta entre aquilo que David Lyon (1994) apresenta na sua obra e o principal foco de análise deste trabalho, ou seja, a utilização de meios de controlo à distância para fiscalizar o monitorizar arguidos e condenados com pulseira eletrónica, o autor já fazia referência na década de 90 do século passado a um projeto pioneiro intitulado de “Justice Electronic Monitoring System Inc” que pretendia retirar os e as delinquentes pouco perigosos da cadeia, e colocar estas pessoas em casa controlados eletronicamente com uma pulseira. Este sistema passou a ter a atenção de vários países para a sua implementação. Um dos principais argumentos utilizados na altura para a justificação da utilização das pulseiras eletrónicas, é ainda o mesmo hoje defendido pelas entidades responsáveis e que diz respeito ao custo de utilização de cada vigiado ou vigiada. Comparativamente com os custos do mesmo indivíduo caso este estivesse na cadeia a vigilância eletrónica corresponde a cerca de 30% do custo. Outras características e particularidades deste sistema são enunciadas por este autor: contribui para diminuir a população prisional; facilidade de instalação e silencioso no funcionamento; proporciona um controlo preciso da presença do vigiado ou vigiada em determinado local; uso seguro e fiável. O sistema funcionaria, através de um dispositivo com uma bateria, conectado a uma pulseira eletrónica que emite sinais de rádio frequência a uma central telefónica em contínuo controlo e monitorização (Lyon, 1994: 144-146).

Só recentemente a sociologia reconheceu a vigilância como uma área importante sobre a qual se debruçar e aprofundar, reconhecendo-a como uma dimensão central da modernidade e pós-modernidade. Para a sociologia a vigilância apresenta dois polos de análise simultâneos, por um lado representa uma forma de controlo social e por outro a forma que os cidadãos e cidadãs possuem para a garantia dos seus direitos (Lyon, 1994). A análise da vigilância deve focar dois aspetos principais; primeiro no que concerne à importância da vigilância no século XX, associados ao papel das novas tecnologias. Passa a falar-se num determinismo tecnológico na medida em que a vigilância passa a fazer parte das rotinas quotidianas dos indivíduos, sendo que nós próprios colaboramos com esta situação mesmo que a maioria das vezes de forma inconsciente; o segundo aspeto refere-se à extensão da vigilância à esfera do consumo. Com o desenvolvimento das dinâmicas consumistas, o mercado de consumo está exposto de uma forma muito clara aos mecanismos de vigilância, para que os indivíduos possam ser monitorizados e controlados em todos os produtos que consomem ou adquirem (Ibidem, 1994: 304).

Em jeito de conclusão para este ponto, de referir a amplitude e a abrangência cada vez maior da vigilância nas mais variadas dimensões da sociedade, com o importante e essencial contributo das novas tecnologias de informação. Lyon (1994) refere que o facto de examinarmos uma sociedade da vigilância, permite conhecer e compreender as atuais relações sociais. O paradoxo existente em relação à vigilância eletrónica quanto aos benefícios sociais por um lado e por outro lado o seu carácter normativo e controlador é a nosso ver particularmente relevante

para funcionar como questão subjacente a esta pesquisa. O contexto de VD é por si fator de justificação de meios para a sua prevenção, mesmo que mais invasivos. Mas que outras consequências pode acarretar a vigilância eletrónica destes processos?

3.1. A legislação portuguesa da violência doméstica e da vigilância eletrónica e sua aplicação

A discussão ao longo desta investigação tem gravitado à volta do fenómeno da violência doméstica e da sua caracterização como um fenómeno extremamente complexo e difícil de analisar devido às suas variáveis culturais, sociais, psicológicas, ideológicas e económicas.

Foi igualmente abordado a questão de ser uma clara violação dos direitos humanos e das liberdades dos cidadãos particularmente das mulheres, que são o foco deste trabalho. De igual modo, foca-se o fato desta problemática ter vindo a ganhar visibilidade e proporções assinaláveis tendo assistido, a um investimento legislativo na criação e formulação de leis que possam ser aplicadas e enquadradas diretamente a esta temática, de acordo com as recomendações internacionais objetivando a eliminação, prevenção e punição de todo o tipo de comportamentos abusivos dos/as agressores.

Atualmente a VD passou a ser considerada como um crime público, em que todas as pessoas e instituições devem ter uma responsabilidade na denúncia, prevenção e proteção das vítimas ou possíveis vítimas. Isto significa que logo que o Ministério Público tenha conhecimento da ocorrência o mesmo transmita, não sendo necessária a apresentação de queixa formal por parte da vítima. Esta informação poderá chegar ao Ministério Público das mais variadas formas, através de participação policial, de denúncia anónima, ou mesmo de uma notícia nos *media*, sendo obrigatório dar início a um inquérito e proceder às diligências de investigação (Manita et al, 2009).

Com a alteração ao Código Penal da Lei nº 7/2000, de 27 de Maio, o crime conhecido como “maus tratos” passa a ser reconhecido como crime de natureza pública, não dependendo de queixa por parte da vítima para que o procedimento criminal possa avançar. Esta alteração teve origem no Projeto de Lei nº 58/VIII e serviria para reforçar as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência. Este projeto foi apresentado pelos deputados Odete Santos e Octávio Teixeira do Partido Comunista Português, sendo admitido na Assembleia da Republica no dia 6 de Janeiro de 2000 (AR, 2015).

Pretendia clarificar o estatuto de vítima; a constituição de uma comissão nacional de prevenção e proteção das vítimas; instituir em cada concelho uma comissão de apoio às vítimas

de violência e passa a contemplar situações com ex-cônjuges ou união de facto; para quem coabite, o crime deve ser público.

A lei nº 7/2000, de 27 de Maio, teve ainda como base o Projeto de Lei nº 21/VIII, intitulado - Violência Contra a Mulher na Família - Crime Público. Foi da autoria dos deputados do Bloco de Esquerda Francisco Louça e Luís Fazenda e foi admitida na Assembleia da República do dia 25 Novembro de 1999. No que diz respeito à justificação, apresenta que mais de metade das mulheres portuguesas são vítima de VD, quer física, sexual ou psicológica.

Justificam a necessidade de configurar a VD como crime público, à semelhança do que já acontecia com crianças. Pretende-se preservar a autonomia das mulheres e afirmação da sua dignidade enquanto seres humanos (*Ibidem*, 2015).

A reforma do Código Penal e do Código do Processo Penal, com entrada em vigor da Lei nº59/2007, 4 Setembro - 23ª alteração, procede à modificação do regime indemnizatório às vítimas de crimes violentos e violência doméstica e o regime jurídico que estabeleceu a prevenção e proteção da VD e assistência às vítimas, são exemplos de alterações ocorridas recentemente.

Procedeu-se a uma revisão legislativa, designadamente com a alteração do art.º 152 do Código Penal, autonomizando o crime de VD, afastando-o assim de outro tipo de crimes (maus tratos). Passa a punir quem, de forma reiterada ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, podendo incorrer o agressor/a numa pena de prisão de 1 a 5 anos, e no caso de ocorrer morte da vítima a pena aumenta de 3 até 10 anos (CP, 2007: 40).

No mesmo art.º 152º, nos n.ºs 4 e 5, após julgamento, pode ser aplicada uma pena acessória de proibição de contactos com vítimas, podendo o afastamento ser fiscalizado com meios técnicos de controlo à distância (*Ibidem*, 2007).

A Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro no art.º 31º, 35º e 36º estabelece regime jurídico aplicável à prevenção da VD. Prevê a proteção e assistência às vítimas, com a possibilidade da utilização dos meios de vigilância eletrónica.

Apesar de todas as alterações legislativas referidas anteriormente, foram surgindo políticas com objetivos de prevenção e respostas eficazes à VD, sendo um dos objetivos da sociedade com a criação de determinados programas. A OMS é um dos principais organismos a nível mundial que está mais empenhada na resolução deste problema, para esta organização a VD é considerada como um problema de saúde pública.

O III, IV e mais recentemente o V Plano Nacional Contra a Violência Doméstica⁵, são exemplos de ações que procuram a proteção e acompanhamento das vítimas.

⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2007 de 22 de Junho e nº 100/2010 de 17 de Dezembro

No que concerne à legislação mais propriamente, a reforma do Código Penal e do Código do Processo Penal, com entrada em vigor da Lei nº59/2007, 4 Setembro, procede à alteração do regime indemnizatório às vítimas de crimes violentos e violência doméstica⁶ e o regime jurídico que estabeleceu a prevenção e proteção da violência doméstica e assistência⁷ às vítimas, são exemplos de alterações ocorridas recentemente.

Passou a constar igualmente no art.º 152 do Código Penal no ponto 4 e 5, a possibilidade de, caso dos agressores/as serem condenados a uma pena acessória de proibição de contatos com as vítimas, esta poder ser controlada através dos equipamentos de controlo à distância, mais conhecidos por vigilância eletrónica (CP, 2007: 40). De forma sucinta podem resumir-se a legislação aplicável à utilização da vigilância eletrónica da seguinte forma:

Tabela 1 - Legislação aplicável à VE

Comum	<ul style="list-style-type: none"> • Art.º 9º, Lei 59/2007, 04Set - 23ª alteração do CP⁸ • Lei 33/2010, 02Set - lei que regula a utilização dos meios de controlo à distância
OPH (Obrigação de Permanência na Habitação)	<ul style="list-style-type: none"> • Art.º 201º, 203º e 218º CPP⁹
PPH (Pena de Prisão na Habitação)	<ul style="list-style-type: none"> • Artºs 44º CP, 487º CPP
ALC (Adaptação à Liberdade Condicional)	<ul style="list-style-type: none"> • Artº 62º CP; artº 484º, 485º e 487º CPP • Artº 188º CEPML¹⁰
MEPP (Modificação de Execução de Pena de Prisão)	<ul style="list-style-type: none"> • Artº 120º, 220º CEPML
VD (Violência Doméstica)	<ul style="list-style-type: none"> • Artº 152º CP • Artº 31º, 35º e 36º da lei 112/2009, 16Setembro

3.2. A vigilância eletrónica e a sua aplicação aos casos de violência doméstica

A legislação vigente nos casos de violência doméstica fiscalizados por meios de controlo à distância, é a Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro, mais concretamente o art.º 35 da mesma que regula o regime jurídico que pode ser enquadrado nos casos de VD. Esta lei passa a prever

⁶ Lei 104/2009 de 14 de Setembro

⁷ Lei 112/2009 de 16 de Setembro

⁸ Código Penal

⁹ Código do Processo Penal

¹⁰ Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade

a proteção e assistência às vítimas, com o alargamento à possibilidade da utilização da vigilância eletrónica na fiscalização da proibição de contactos entre vítimas e agressores/as.

É neste sentido, de acordo com a legislação existente e em concordância com os objetivos do IV e V Planos Nacional de Combate à Violência Doméstica que a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, mais concretamente as Equipas de Vigilância Eletrónica têm procurado desde 2009 “*garantir a fiscalização efetiva do cumprimento da proibição de contactos entre agressor e vítima de violência doméstica*” (DGRSP, 2014) na tentativa de proporcionar às vítimas uma melhoria na qualidade de vida, segurança e autonomia. As equipas de vigilância eletrónica não têm por si só a finalidade da ressocialização dos indivíduos com problemas na justiça, mas também funcionar como uma ferramenta para a execução das penas e medidas na comunidade.

A tecnologia que está a ser utilizada para a fiscalização do impedimento de contactos entre vítima e agressor/a, foi introduzida em 2011 e dá pelo nome de tecnologia de geo-localização (GPS). É uma tecnologia que através de meios adequados e geridos por protocolos rigorosos favorece a limitação do agressor/a e confere à vítima confiança para se deslocar, expressando a sua liberdade pessoal (DGRSP, 2014). Com a geo-localização, os TPRS conseguem perceber em tempo real, quer a localização do agressor/a quer da vítima, reagindo de imediato caso se afigure uma progressão intencional em direção à vítima ativando os meios e os procedimentos definidos. Esses procedimentos vão desde a interpelação aos agressores/as, contactos com as vítimas para que possam tomar medidas preventivas e caso seja necessário informar os OPC¹¹ (PSP¹² ou GNR¹³).

Tem-se demonstrado uma tecnologia adequada para o cumprimento dos objetivos propostos, pois o rigor quer dos equipamentos, quer do sistema informático, permite um elevado nível de confiabilidade neste tipo de mecanismo.

Ao mesmo tempo e no decorrer destas medidas de fiscalização da proibição de contactos com a vítima, os serviços de vigilância eletrónica mantêm os tribunais informados sobre a execução da medida, nos casos em que existam ocorrências relevantes, mediante relatórios técnicos.

¹¹ Órgãos de Polícia Criminal

¹² Polícia de Segurança Pública

¹³ Guarda Nacional Republicana

Parte II - Pesquisa empírica

Capítulo IV - Metodologia da investigação científica

4.1 Opções metodológicas

A análise da problemática da VD, à semelhança de outras temáticas estudadas pela sociologia, tem ao seu dispor uma diversidade de opções metodológicas a utilizar na investigação, assim como refere Guerra (2006) *“a utilização das metodologias qualitativas pelas ciências sociais tem uma grande diversidade de posturas teóricas de suporte e de métodos e técnicas que delas decorrem”* (Ibidem: 27). Marconi e Lakatos (2011) demonstram uma posição semelhante para definir as metodologias qualitativas mencionando que estas *“se preocupam em analisar e interpretar aspetos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornecem uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendência do comportamento”* (Ibidem, 2011: 269).

Tendo em conta que a tomada de decisão sobre as metodologias a utilizar nas investigações deve ter em consideração a própria problemática, optar-se-á neste trabalho pela utilização de metodologias de base qualitativa por se entender serem as mais adequadas a este tipo de problemática. Visto que a mera análise descritiva (estatística) dos processos não permitiu dar resposta aos nossos objetivos de compreensão das preocupações dos grupos envolvidos. A utilização de mais de uma técnica na análise dos dados recolhidos durante o trabalho empírico, permite ao investigador um olhar multifacetado sobre o próprio objeto, tal como refere Flick (2005: 1), *“A investigação qualitativa dispõe hoje de uma grande variedade de métodos, cada um dos quais parte de premissas diferentes e prossegue objetivos distintos.”*. O autor refere que *“a investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida”* (Ibidem, 2005: 2).

Assim, optou-se pela escolha dos instrumentos de recolha e análise de dados, a entrevista semiestruturada, a análise documental e a observação. Importa ainda referir que serão analisados alguns dados estatísticos, de cariz quantitativo, relacionados com vítimas e agressores/as a nível nacional, mais concretamente no que diz respeito à caracterização sociodemográfica de ambos os grupos.

Apesar dos referidos dados de cariz quantitativos revelarem informações importantes sobre vítimas e agressores/as, estes não conseguem alcançar outros aspetos fundamentais a esta

investigação, particularmente as emoções, as experiências e os sentimentos, por isso considera-se extremamente importante a utilização das entrevistas semiestruturadas, da análise documental e a observação, permitindo ao investigador observar as interações familiares e as suas dinâmicas bem como as lógicas da violência doméstica relacionada com a utilização dos meios de controlo à distância.

4.1.1 Entrevista semiestruturada

No que concerne às entrevistas, vão ser feitas a vítimas, agressores/as e equipa técnica encarregue de um total de 25 processos de VD.

Segundo Moreira (2007) esta técnica é uma das mais utilizadas na investigação científica quando se opta pelos métodos qualitativos. Ainda de acordo com o mesmo autor “*as entrevistas adotam a maioria das vezes a forma de um diálogo ou interação. Permitem ao investigador e ao entrevistado mover-se no tempo em análise*” (Moreira, 2007: 203). Do mesmo modo Marconi e Lakatos (2011: 272) defendem que os meios qualitativos permitem ao investigador um contacto direto e próximo, não só com o entrevistado, como com o meio ambiente e a própria situação que está a ser investigada.

Segundo Guerra (2006) foi no início dos anos 70 do século passado que as metodologias qualitativas retomaram o seu interesse. Recorrendo aos pressupostos defendidos por Max Weber in Guerra (2006: 7) refere que o fundamental para a análise sociológica deveria ser os fundamentos e os sentidos expressos pelos atores estudados, reconhecendo a importância deste tipo de metodologia. A mesma autora refere ainda que os diferentes objetivos na utilização de entrevistas em investigações devem ter em conta e estar “harmonizados” quer com os contextos de recolha de dados quer com os e as intervenientes.

No entanto o alcance do ponto de vista relacional que este método pode obter, exige que seja possível entre investigador e entrevistado ou entrevistada, um nível de confiança, neutralidade, moderação nos juízos de valor e confidencialidade bastante considerável para que os dados e as ideias transmitidas possam chegar à investigação com nitidez (Guerra, 2006: 22). A utilização desta técnica privilegia e coloca o enfoque no significado das experiências e dos comportamentos sociais, recorrendo a lógicas de rigor e coerência na recolha e análise das informações. A grande maioria dos autores e autoras, inclusive Guerra (2006), defendem que na entrevista é fundamental a menor intervenção possível do entrevistador ou entrevistadora na condução da mesma porque “*quanto menos for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido*” (Ibidem, 2006: 51). Mas para que a fluidez das informações possam chegar ao entrevistador/a, é essencial uma boa explicação sobre os objetivos da entrevista e da própria investigação. É igualmente importante que o entrevistado ou entrevistada não encare a entrevista no sentido mais profundo do que esta representa, devendo

encara-la como uma conversa entre duas pessoas, não pensando que está a responder a perguntas formalmente estruturadas e organizadas previamente (Caplow in (Moreira 2007: 203)).

No tipo de entrevistas semiestruturadas, é relativamente comum a introdução de perguntas abertas, ou seja, permitem ao investigador e aos entrevistados determinada flutuação acerca do assunto em questão, não restringindo aquilo que possa ser expresso, o que nas palavras de Flick (2005:94) significa *“esperar-se que o entrevistado responda livremente a essas perguntas”*, cabendo ao investigador decidir e estruturar a entrevista de acordo com a ordem e o tipo de perguntas que deve incluir. No seguimento desta ideia, surgem outras opiniões a defender que este tipo de entrevista, à qual chamam despadronizada ou semifechada, pode ser igualmente chamada *“assistémica, antropológica e livre - isto porque o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão”* (Marconi e Lakatos, 2011: 279).

Outros autores e outras reconhecem a importância da entrevista semiestruturada, isto porque *“apesar de possuir alguma estruturação, principalmente a nível dos temas que compõem o guião, dá liberdade ao entrevistado para falar sobre a temática”* (Quivy L. C., 2008: 191).

No caso específico desta investigação o tipo utilizado é a entrevista semi-estruturada, pois obedece a uma lista ordenada de perguntas mas sem haver condicionamento nas respostas dos entrevistados e entrevistadas e funcionando o guião sobretudo para orientação do investigador. Não esquecer porém que deve existir coerência nas perguntas colocadas aos diversos entrevistados e entrevistadas para que não percam validade científica e possam ser comparadas entre si (*Ibidem*, 2006).

Tal como referido anteriormente, este é um método bastante utilizado na investigação científica e na sociologia, que tal como todos os outros apresenta vantagens e algumas lacunas. Uma das vantagens do método reside no fato de ser possível comparar os dados recolhidos e de uma melhor estruturação dos mesmos, isto se for seguido coerentemente o guião da entrevista (Flick, 2005). Outra vantagem que pode apontar-se a este método, e contrapondo os pressupostos dos métodos quantitativos nomeadamente o inquérito por questionário, a entrevista semiestruturada permite ao investigador e entrevistado um contacto direto entre ambos, permitindo a expressão dos sentimentos e perceções de uma forma mais explícita (Quivy L. C., 2008).

Moreira (2007) aponta identicamente vantagens deste método bem como desvantagens. Em relação às vantagens, o autor considera que devido à abertura das perguntas e respostas, obtém-se uma riqueza nas informações recolhidas. Permite ao investigador acompanhar as perguntas e respostas, contrariamente ao inquérito por questionário. Facilita a compreensão dos dados obtidos através dos métodos quantitativos devido à profundidade de análise dos

métodos qualitativos. Este é um método que pode ser utilizado em todo o tipo de população, possibilitando a recolha e coleta de dados de informações que não constam em documentos (Marconi e Lakatos, 2011: 280).

Como forma de limitação deste método pode apontar-se a dificuldade que por vezes os dados recolhidos na entrevista não transparecerem imediatamente as informações, sendo necessária uma compreensão e análise mais profunda (*Ibidem*).

Para Guerra (2006) este tipo de entrevistas permite uma interação entre o investigador/a e os entrevistados/as, podendo gerar grande intimidade entre ambos pelo facto de se estar abordar temas profundamente íntimos e difíceis de partilhar com desconhecidos (*Ibidem*: 21), o que pode por vezes gerar enviesamentos.

O consumo de tempo é apontado por Moreira (2007) como um inconveniente desta técnica. A limitação na apreciação, devido à falta de observação direta e a situação do contexto atual em que se realiza a entrevista, são indicados também como desvantagem.

Para finalizar as limitações e desvantagens desta técnica, a falta de expressão, de comunicação e de passagem clara dos sentimentos por parte do entrevistado ou entrevistada, pode levar a falsas interpretações dos seus significados (Marconi & Lakatos, 2011).

4.1.2 Observação

A metodologia de observação tem sido alvo de discussão em torno da comunidade científica, principalmente sobre qual o seu papel para a investigação. “A observação é uma das atividades mais comuns da vida quotidiana” (Moreira, 2007: 177), podendo ser usada nas investigações e contribuir com importantes instrumentos para a mesma.

No caso específico da investigação em causa deste trabalho, entendeu-se que a triangulação entre as três técnicas traria valiosos contributos para o desenvolvimento da investigação. A triangulação é encarada por alguns autores como uma abordagem que tem como objetivo principal a pluralidade e a complementaridade dos dados para se proceder a uma melhor explicação dos fenómenos a estudar (Marconi e Lakatos, 2011: 283).

A observação efetuada decorre do acompanhamento durante a monitorização e intervenção técnica nos casos de VD seguidos com meios de vigilância eletrónica. Existem diversas atividades que são efetuadas pelos TPRS, não só no que diz respeito a intervenções mais técnicas com os equipamentos, como a realização de visitas de rotina e de acompanhamento dos casos que permitem a observação de determinadas situações que poderão ser pertinentes.

A técnica de observação tem como objetivo a procura e recolha de um nível de informação que dificilmente pode ser conseguido noutras técnicas. É através desta técnica que a coleta de dados alcança informações e aspetos espontâneos da própria realidade social (Marconi e Lakatos, 2011). A observação irá auxiliar o investigador a identificar e analisar todas as provas e conteúdos relevantes, permitindo um contacto mais próximo do investigador com a realidade (*Ibidem*: 275).

Procura ainda conjugar o ponto de vista do investigador e dos indivíduos analisados (Moreira, 2007). É fundamental que o investigador ao permanecer no terreno em contacto com os sujeitos estudados possa estar em constante análise de todos os comportamentos e reações dos indivíduos, para que possa recolher o maior número de informação possível, realçando que esta observação deve ser realizada pelo investigador e não confiada a pessoas (*Ibidem*, 2006: 179).

O investigador ou investigadora quando permanece no terreno e dá início à observação, deve ter em atenção as bases teóricas que serão utilizadas no trabalho de investigação, para que assim possa direccionar a sua observação para os aspetos mais relevantes, ignorando ou não dando importância a outros. Segundo Moreira (2007) deve ter-se uma posição moderada, porque o observador/a *“não parte de uma tábua rasa, mas é guiado por uma sensibilidade especial em relação a determinados conceitos”* (Moreira, 2007: 187).

Associado a esta técnica da observação, o registo de todas as informações recolhidas é um momento fundamental para que não se desperdicem detalhes que podem ser essenciais. As notas elaboradas pelo investigador ou investigadora devem conter detalhes das observações e também algumas pessoais (Moreira, 2007). Devido à limitação da memória humana, é aconselhável que se tomem as notas o mais rápido possível, para que não se percam os detalhes.

Para Marconi e Lakatos (2011) existem determinados aspetos que podem considerados vantagens nesta técnica, nomeadamente: *“estudar uma variedade de fenómenos, permitindo identificar um conjunto de atitudes e de comportamentos e pode perceber sinceridade nas respostas”* (*Ibidem*: 276). Contrariamente às vantagens, são identificadas limitações: *“apresenta uma duração variável, podendo ser demorada, uma vez que os aspetos da vida cotidiana nem sempre estão acessíveis à aplicação desta técnica”* (Marconi e Lakatos, 2011: 276).

Existem diferentes tipos de observação sendo que os mais frequentes são a observação direta ou não participante e a observação participante. Neste estudo e dado o fato de o investigador ser técnico de reinserção social podemos considerar que se trata de observação participante.

4.1.3 Análise documental

No campo das ciências sociais e mais concretamente na sociologia, observa-se um incremento no interesse e na utilização da análise de conteúdo como técnica qualitativa na recolha de dados para a investigação científica. Esta análise já é utilizada desde os anos 20 do século passado, mas só na década de 50 se começou a dar mais importância (Mozzato, 2011).

No entanto é na década de 70 do século passado que Bardin publica a sua obra *L'analyse de Contenu*, na qual explica em detalhe este procedimento metodológico. No decorrer desta década, assiste-se ao retomar do interesse pelas metodologias qualitativas, mais propriamente as que foram “beber” às conceptualizações Weberianas (Guerra, 2006: 7). Igualmente Esteves (2006: 106) defende que as metodologias qualitativas têm vindo a sofrer uma evolução nas últimas décadas, situando-se precisamente nesta evolução a análise de conteúdo documental, que para esta autora é uma técnica ou melhor, um conjunto de técnicas de investigação e representa um conjunto de procedimentos metodológicos muito frequentes em trabalhos de investigação, utilizada para designar um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida nos documentos analisados.

A análise de conteúdo tem vindo a ganhar importância e legitimidade, pois o rigor científico mostra-se cada vez mais como uma das preocupações dos sociólogos nas suas investigações. Mozzato (2011) refere que a análise de conteúdo insere-se, cada vez mais numa lógica de conquista de legitimidade nas pesquisas qualitativas, razão pela qual deve constar das investigações científicas. Ainda a mesma autora refere que esta é uma prática muito especializada que requer “*muita dedicação, paciência e tempo do investigador*” (2011:733).

Segundo Bardin (1988) a principal finalidade da análise documental, diz respeito ao esclarecimento das especificidades do campo de ação. Para esta autora, a análise documental caracteriza-se, “*por uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência*” (1998: 45).

Esta é uma técnica que quando se decide utilizar na investigação como um dos procedimentos de recolha de dados, requer que os dados recolhidos necessitem ser interpretados e trabalhados, pois os mesmos, sem essa análise e interpretação poderão não fazer sentido sociológico para a investigação.

Moreira (2007) refere que a análise documental e o uso dessa informação, independentemente da sua origem, é indispensável em qualquer investigação.

De acordo com a informação contida nos documentos investigados, a análise de conteúdo tem como principal objetivo para Bardin (1998), organizar a informação e permitir representá-la de uma outra forma, facilitando o acesso a essa mesma informação, obtendo o maior número

de informação pertinente possível e o mais fidedigna que se consiga. A análise documental é uma fase no processo de investigação, que é preliminar na constituição de um conjunto de documentos ou da criação de um banco de dados acessível à investigação (1998: 46).

Na perspetiva de Stemler in Esteves (2006: 107) a análise de conteúdo “*é uma técnica sistemática e replicável para comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras específicas de codificação*”.

Posto isto, Mozzato (2011: 734) sugere uma definição para a análise de conteúdo, como sendo “*um conjunto de técnicas de análise, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados organizados*”, permitindo assim compreender o conteúdo e os seus significados.

Bardin (1988) elenca a análise documental através de uma estrutura dividida em três fases, em que segundo o autor a primeira fase é a pré-análise, a segunda a exploração do material e a terceira como sendo o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

De acordo com estas fases descritas pela autora, destaca a codificação e categorização dos conteúdos, que por sua vez irão facilitar a utilização correta dos dados. A codificação corresponde a uma incorporação segundo procedimentos específicos da informação em bruto recolhida dos documentos, através do recorte, enumeração, agregação entre outros, possibilitando uma representação organizada e estruturada do conteúdo (Bardin, 1988: 117).

Passando agora a elucidar as três etapas segundo Bardin (1988), a pré análise remete-nos para uma etapa em que se faz uma seleção e uma organização de todo o material que se pretende utilizar, tendo como principal objetivo estrutura-lo, sistematiza-lo, tornando-se assim operacional e ordenar as ideias iniciais.

Para esta organização existem três etapas, onde na primeira se efetua a chamada “leitura flutuante”, em que se efetua a primeira leitura dos documentos e se começa a ter conhecimento do conteúdo dos mesmos.

Esteves (2006: 113) diz-nos que esta leitura flutuante “*serve para que o investigador se deixe impregnar pela natureza dos discursos recolhidos e pelos sentidos gerais neles contidos a fim de começar a vislumbrar o sistema de categorias a usar para o tratamento*”.

Depois desta leitura efetua-se a seleção dos documentos mais importantes a analisar durante a investigação. Seguidamente formulam-se hipóteses e objetivos, efetuando-se por ultimo a referenciação dos indices e elaboração de indicadores.

Como já exposto anteriormente a segunda fase é a exploração do material, aqui Bardin (1988) evidencia a necessidade da elaboração de categorias de análise, tendo em conta o conteúdo a considerar para a nossa pesquisa. Esta é considerada pela autora como uma etapa importante, porque caso não seja bem sucedida, poderá colocar em causa o sucesso da análise

dos dados, por isso mesmo consiste “*numa longa e fastidiosa fase de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente enumeradas*” (Bardin, 1988: 101).

A terceira fase, que diz respeito ao tratamento dos dados, Bardin (1988) alude que é fundamental condensar e destacar os dados para a nossa análise, é aqui que se procede à análise crítica e interpretativa das informações recolhidas, à qual o autor chama de “vigilância crítica” (1998:28). Na fase em que o investigador ou investigadora passa a ter a informação codificada à sua frente, poderá então partir para a análise e interpretação dos dados, interpretação esta que de acordo com Guerra (2006: 31) “*tenta compreender a relação entre o sentido subjetivo da ação, o ato objetivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise*”.

Os tipos de documentos mais utilizados, segundo Bauer e Gaskel in Mozzato (2011) são os materiais escritos em texto, sendo os mais tradicionais em análise de conteúdo, procedimento considerado clássico para analisar o material textual. Os tipos de documentos que podem ser utilizados para Esteves (2006) tanto podem ser, os que já existam como materiais sejam formados pelo investigador/a, estando todo este material sujeito a uma seleção criteriosa. No entanto importa aqui mencionar a definição que Moreira (2007:153) faz para o que se entende por documento, ou seja, é “*o material informativo sobre um determinado fenómeno que existe com independência da ação do investigador*”.

Este autor divide as fontes de dados em primários para se referir a entrevistas ou inquéritos obtidos pelo investigador e dados secundários que podem ser escritos e audiovisuais. Nos casos dos documentos escritos, incluem documentos institucionais, políticos e materiais. Por outro lado os documentos pessoais de carácter privado, dizem respeito a: autobiografias, diários, cartas entre outros. Relativamente aos documentos audiovisuais, são as fotografias, filmes, vídeos, discos, cd, dvd, etc, (Moreira, 2007: 154).

Uma preparação prévia do material reunido antes da análise propriamente dita, é para Bardin (1988) um passo importante, independentemente de se recorrer a uma preparação formal, por exemplo através de tratamento em programas informáticos, ou através da preparação do material manualmente.

Para que a análise dos dados coletados se possa concretizar, é necessário a descodificação desses mesmos dados, processo ao qual, o investigador ou investigadora, poderá utilizar vários procedimentos, nomeadamente análise léxica, análise de categorias, análise de enunciação e análise de conotações (Chizzotti in (Mozzato, 2011: 734)).

4.1.3.1. Articulação entre diversas técnicas de pesquisa com a análise documental

Shah e Corley in Mozzato (2011) abordam precisamente este ponto fundamental na investigação científica, que diz respeito à articulação e à complementaridade entre diversas técnicas e diversos métodos de investigação. Segundo estes autores os estudos saem muito enriquecidos com o cruzamento das diversas estratégias metodológicas.

Moreira (2007) avança mesmo com uma explicação ao falar na triangulação dos dados, isto porque defende que no caso da utilização da análise documental a utilização e cruzamento de outras técnicas, trará importantes contributos à investigação.

Mostra-se fundamental que o conhecimento de diversas técnicas de análise de dados existentes seja fulcral para o sucesso de uma investigação com base na análise documental. *“Um conhecimento profundo e amplo das diferentes técnicas de análise de dados torna-se pertinente, para que as escolhas possam ser realizadas de maneira mais apropriada”* (Perakyla in (Mozzato, 2011: 736).

A utilização das novas tecnologias, particularmente a seguir aos anos 80, têm sido uma influência positiva neste tipo de pesquisas, incorporando na utilização dos software's as pesquisas qualitativas, dando um contributo valioso ao investigador ou investigadora na análise dos conteúdos, mas nunca o substituindo (Mozzato, 2011). Apresentam-se alguns exemplos de programas que podem ser utilizados para este trabalho auxiliar de análise dos conteúdos, a saber: NUD IST; ATLAS; MAXqda.

4.1.3.2. Obstáculos e vantagens na utilização da análise documental

A discussão em torno da análise de obstáculos e vantagem de qualquer técnica pode ser sempre alvo de opiniões e teses diferenciadas. Não obstante procurar-se-á apresentar alguns exemplos quer de obstáculos quer de vantagens da análise de conteúdo.

Quivy (2008: 202) faz alusão às numerosas vantagens na recolha dos dados, no entanto existem muitos problemas que segundo o autor devem ser resolvidos previamente. Sobre estes documentos deverá incidir uma atenção especial no que diz respeito à sua autenticidade e veracidade, assim como a articulação possível entre a informação coberta pelas informações dos documentos e o campo de análise da investigação.

O facto da análise de conteúdo apresentar um conjunto de técnicas, poderá ser apresentado como uma potencialidade, isto porque o investigador deve ter conhecimento do maior número de técnicas possíveis, é este reconhecimento de várias técnicas, que segundo

Mozzato (2011: 739) “denota coerência, revelando grande potencial da pesquisa ao saber a sua opção metodológica e todo o procedimento desenvolvido na construção da sua investigação”.

Flick (2009) destaca que este método possui vantagem sobre os métodos indutivos, pois a categorização facilita a comparação entre os vários conteúdos. Esta técnica pode ser também apontada como um método de análise único que servirá de grande auxílio a pesquisas mais complexas.

Para Quivy (2008) a rápida evolução nas técnicas de recolha de material documental nas últimas décadas, tem-se verificado como uma importante vantagem para as investigações e respetiva recolha, organização e transmissão de dados.

Moreira (2007) é dos autores que enumera mais vantagens para a utilização deste tipo de procedimento que passarão a ser apresentadas sucintamente. A primeira grande vantagem apresentada pelo autor diz respeito à grande utilidade desta técnica na utilização das investigações primárias e nos estudos comparativos. Outra vantagem diz respeito ao baixo custo da utilização, dando como exemplo os meios de comunicação. A não reatividade é igualmente apresentada pelo autor como um benefício, isto porque “os documentos podem ser produzidos em contextos naturais de interação social, que devido à ausência do investigador, não haverá preocupações com reações que este possa provocar nos indivíduos investigados” (Moreira, 2007: 167). A exclusividade de determinados documentos analisados, proporciona um carácter único àquela informação, que por sua vez é também apontada pelo autor como uma vantagem. Por último a historicidade dos documentos escritos, gravados ou mesmo vozes gravadas, prolongam-se no tempo desde que bem guardados.

Apesar de todas estas vantagens apontadas anteriormente, vários autores e autoras, como Flick por exemplo, relembram que esta técnica apresenta limitações, pois o investigador não pode ter como única preocupação seguir apenas uma análise passo a passo e com isso estar sujeito às próprias limitações da técnica. Uma das críticas mais apontadas por diversos autores tem que ver com a própria organização do método em categorias, que por sua vez poderá esconder outras interpretações nos conteúdos analisados (Mozzato, 2011: 739).

Thompson in Mozzato (2011) aponta ainda a falta de uma visão interdisciplinar entre esta técnica e outras existentes, como outra limitação da análise documental.

A recolha de documentos de forma textual poderá ser, segundo Quivy (2008: 203-204), um obstáculo à investigação, principalmente se esses documentos provierem de organismos ou instituições públicas. Outro entrave enunciado por este autor neste método de recolha de dados é o facto de por vezes os dados não são recolhidos pela equipa de investigação mas sim por terceiros, ficando assim sujeitos a manipulações ou alteração dos mesmos.

As lógicas mais tradicionais de técnicas de análise de conteúdo podem fragmentar o discurso de acordo com as categorias estruturadas dos conteúdos recolhidos na análise dos documentos, ocultando categorias subjacentes (Guerra, 2006: 29).

Do mesmo modo Moreira (2007) assinala alguns inconvenientes da análise de conteúdo, de entre os quais a sua seletividade, isto é, os investigadores/as podem cair na “tentação” de enviesamento na seleção dos documentos. A natureza secundária do material documental é *“segundo alguns autores, um enorme inconveniente, isto porque os dados não devem constituir uma única referência na produção de conhecimento”* (Moreira, 2007: 168). A interpretabilidade múltipla e mutável do material documental surge identicamente como um inconveniente, uma vez que pode haver manipulação de dados e informações contidas nos documentos ao longo do tempo.

Como mencionado previamente, nas últimas décadas no campo da investigação científica, nomeadamente no âmbito sociológico, têm-se verificado profundas alterações nas técnicas de pesquisa e de recolha de dados, onde a escolha de múltiplas técnicas se mostra cada vez mais importante para o sucesso das investigações científica.

Mozzato (2011: 745) refere que a análise de conteúdo poderá remeter o investigador para uma pesquisa mais ampla, para isso deve procurar constantemente fazer uma investigação coerente, ética, reflexiva, flexível e crítica.

4.2 Contextualização da recolha de dados empíricos

4.2.1 Caracterização da equipa de vigilância eletrónica

A equipa de vigilância eletrónica onde decorreu a pesquisa está enquadrada num conjunto de 10 equipas operacionais distribuídas geograficamente a nível nacional incluindo as ilhas.

A vigilância eletrónica está dependente da jurisdição penal dos tribunais e hierarquicamente dependente da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica e da Direção Geral de Reinserção e Prisionais, mostrando-se como um dos principais meios de resposta alternativa ao contexto prisional e à sobrelotação dos estabelecimentos prisionais.

A VE foi consagrada como um meio de controlo à distância para fiscalizar e monitorizar medidas de proibição de contactos entre vítimas e agressores/as com recurso aos meios tecnológicos de controlo - geo-localização que verificam a possível violação da proibição de contactos entre agressores/as e vítimas (DGRSP, 2015).

As equipas de VE monitorizam ainda a posição de vigiados e vigiadas em determinados locais (normalmente em casa para os casos de obrigação de permanência na habitação dos agressores) e outras situações como a pena de prisão na habitação ou a adaptação à liberdade condicional e modificação de execução de penas.

Estas equipas regem-se por uma identidade de controlo mas ao mesmo tempo de acompanhamento dos indivíduos, com a finalidade de proporcionar uma ressocialização e reinserção social dos indivíduos vigiados.

Concretamente em relação à equipa de VE da Guarda, no momento da realização da pesquisa e do desenvolvimento da dissertação, é constituída por sete técnicos e técnicas, dos quais uma coordenadora que desempenha simultaneamente as funções de técnica superior e seis técnicos e técnicas profissionais de reinserção social. A Coordenadora/TSR é quem tem competência na assessoria aos tribunais e domina a jurisdição penal, para além de uma grande capacidade de relacionamento interpessoal e de liderança.

Essas equipas funcionam ininterruptamente durante 24 horas, uma vez que a monitorização não pode ser interrompida. Este cenário só é possível porque os TPRS trabalham em regime de turnos por forma assegurar as 24 horas de monitorização. A equipa da Guarda tem sede em local e morada confidencial, sendo que apenas poderão ser fornecidos contactos de fax e telefone.

Relativamente aos técnicos e técnicas, são quem estão mais diretamente relacionados com o controlo e fiscalização dos meios de controlo à distância, sendo imprescindível possuírem uma capacidade de autocontrolo na gestão de crises com os vigiados e vigiadas, capacidade para trabalhar em equipa bem como conhecimentos no manuseamento de equipamentos eletrónicos e informáticos.

4.2.2 População alvo e amostra

Em qualquer estudo que seja desenvolvido na área das Ciências Sociais, o contacto direto com as pessoas é muito importante para valorizar a fonte de informação que está disponível para o investigador ou investigadora.

A população aqui em estudo é constituída por pessoas que têm em comum a problemática da violência, uns porque estão envolvidos diretamente, como as vítimas e agressores, e outros porque trabalham no seu controle, a equipa técnica que faz o acompanhamento dos casos durante a utilização dos meios de VE. Dadas as limitações temporais da pesquisa decidiu-se desde logo circunscrever a pesquisa à equipa da Guarda e aos casos por esta acompanhados. A amostra que logramos obter após as diligências de recolha de dados é constituída por 25 processos. Em dez destes processos conseguimos obter entrevista da vítima e do agressor num

total de 20 entrevistas a intervenientes dos processos. A amostra constitui-se ainda pelos 7 técnicos e técnicas de reinserção social que constituem a equipa de vigilância eletrónica da Guarda. Relativamente à análise documental foram trabalhados os 25 processos. A aplicação da técnica da observação que permitiu a recolha de informações em várias etapas do acompanhamento dos casos, nomeadamente, no momento da instalação dos equipamentos, em visitas de rotina, em visitas para substituição de equipamentos ou outras situações. A observação decorreu de Fevereiro a Agosto de 2015 tendo sido utilizado um diário de bordo onde o investigador anotava todas as observações pertinentes para o modelo de análise construído.

4.2.3 Modelo de análise e instrumentos de recolha de dados

De acordo com a problemática escolhida para esta investigação tornou-se necessário o recurso a diversos instrumentos de recolha de dados baseados no modelo de análise desenvolvido.

O modelo de análise que é apresentado seguidamente e de acordo com Quivy e Campenhoudt (2008: 109) é uma ferramenta fundamental que estabelece um relacionamento entre a problemática em estudo pelo investigador e o seu trabalho de campo efetuado de forma precisa e rigorosa.

Criaram-se 3 guiões de entrevista: um para agressores, um para vítimas e outro para técnicos e técnicas.

O guião para agressores tem 23 questões, o das vítimas é o mais longo com 28 questões e o da equipa técnica tem apenas 15 questões (todos em anexo). Iniciando pela caracterização sociodemográfica e profissional, todos os guiões abordam as duas variáveis em estudo, a saber VD e VE, sendo que os indicadores do modelo de análise que foram apresentados a cada grupo envolvido está diretamente relacionado com o papel que desempenha na situação.

A análise documental e a observação direta foram efetuadas com base numa grelha composta pelos indicadores criados tal como consta no documento em anexo.

Tabela 2 - Modelo de análise

<i>Conceitos</i>	<i>Dimensões</i>	<i>Sub-dimensões</i>	<i>Indicadores</i>
Violência Doméstica	Processo	Circunstâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Causas da violência; • Processo queixa-crime;
		Características	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil sociodemográfico dos intervenientes; • Idades; • Sexo; • Estado civil; • Agregado familiar; • Situação perante o emprego; • Habilitações; • Profissão; • Vínculo profissional;
			<ul style="list-style-type: none"> • Tipo ou tipos de violência; • Duração; • Presença de Marcas; • Ameaça à vida; • Intensidade; • Reincidência; • Repercussões na Vida social; • Repercussões no Emprego; • Repercussões na Família;
		Atitudes e percepções	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude face à VD; • Atitudes face ao processo-crime; • Eficácia das políticas;
Utilização dos meios vigilância eletrónica	Circunstâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão judicial; • História da aplicação da medida; 	
	Perceção dos técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança na medida; • Confiança nos equipamentos; • Fatores de sucesso e insucesso; • Resultados práticos na vida dos intervenientes; • Papel dos técnicos; • Complementaridade com outros meios; • Durabilidade da medida; 	
	Perceção dos intervenientes (Vítimas e agressores)	<ul style="list-style-type: none"> • Uso efetivo; • Sentimento de segurança; • Participação ativa dos técnicos; • Recusa/obstáculos na utilização; • Receio de exposição espaço público/implicações na privacidade; • Repercussões no contexto profissional; • Repercussões no contexto profissional; • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; • Alterações nas rotinas diárias. 	

Capítulo V - Apresentação e discussão dos resultados

Neste ponto serão exibidos e discutidos os dados recolhidos durante a investigação, com o propósito de credibilizar o desenvolvimento desta dissertação assim como as respetivas considerações e conclusões finais. A recolha dos dados é segundo Moreira (2007) um procedimento fundamental que revela diferentes sensibilidades ao investigador, onde os dados requerem uma sistematização coerente para a sua melhor compreensão. O mesmo autor menciona ainda que não se pode menosprezar ou ignorar a literatura já existente sobre a matéria em análise, colocando no primeiro patamar os dados recolhidos. O ideal será efetuar uma articulação fundamentada entre aquilo que já existe e a matéria que resulta dos dados recolhidos (*Ibidem*, 261).

Todas as entrevistas realizadas foram inicialmente escritas em papel e posteriormente transcritas integralmente e de acordo com os respetivos discursos na primeira pessoa das entrevistadas e entrevistados para as grelhas de análise em anexo. As entrevistas foram efetuadas por telefone sem recurso a gravação, uma vez que as primeiras vítimas questionadas sobre a possibilidade de gravar a entrevista, manifestaram algum desconforto ou mesmo recusa, tendo-se optado por não gravar telefonicamente as mesmas. Estas foram realizadas com recurso ao telefone devido aos distanciamentos geográficos em que as vítimas e agressores se encontravam relativamente ao investigador.

As sinopses são uma “*síntese dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados*” (Guerra, 2006: 73). As entrevistas foram analisadas com recurso a análise de conteúdo temática. Os dados recolhidos por observação e análise de dados foram igualmente sujeitos a análise de conteúdo após um processo de categorização dos elementos que não constavam pelo menos diretamente da grelha inicial. Quer no caso das vítimas, agressores, bem como os TPRS, será mantida a confidencialidade de todas as identidades bem como qualquer dado que os possa identificar, de modo a proteger a sua privacidade e o dever de sigilo identitário. Ao longo desta análise e discussão dos dados, será feita referência às vítimas, agressores, aos TPRS e processos de acordo com a seguinte tipificação:

Tabela 3 - Catalogação vítimas, agressores, técnicos/as e processos

<i>Vítimas</i>	<i>Agressores</i>	<i>Técnicos</i>	<i>Processos</i>
Vítima 1 - V1	Agressor 1 - A1	Técnico 1 - T1	Processo 1 - P1
Vítima 2 - V2	Agressor 2 - A2	Técnico 2 - T2	Processo 2 - P2
Vítima 3 - V3	Agressor 3 - A3	Técnico 3 - T3	Processo 3 - P3
...
(Vítima 25 - V25)	(Agressor 25 - A25)	(Técnico 7 - T7)	Processo 25 - P25

5.1. Um panorama nacional

Neste ponto apresentamos os dados recolhidos sobre os processos de vigilância eletrónica de violência doméstica a nível nacional.

Em 2014 foram recebidos 327 pedidos de relatório social para aplicação de vigilância eletrónica para proibição de contactos. Este valor representa um aumento de 33,45% relativamente aos 245 pedidos em 2013. Relativamente à tipologia dos crimes registados, o crime de violência doméstica representou um aumento de 10,25% em relação ao ano de 2013 (SIRS, 2015).

Tabela 4 - Penas e medidas em execução com VE

<i>Penas e medidas em execução</i>	
<i>Data</i>	Nº
2009	3
2010	20
2011	51
2012	116
2013	210
2014	288
2015 (set)	397

FONTE: SIRS (2015)

As penas e medidas distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 5 - Penas e medidas aplicadas e findas

<i>Penas e medidas aplicadas e findas</i>	
<i>Aplicadas</i>	827
<i>Findas</i>	536

FONTE: SIRS (2015)

As taxas de revogação apresentam um valor relativamente baixo desde 2012 com particular destaque para o ano de 2013.

Tabela 6 - Taxa de revogações

<i>Taxa de revogações</i>	
<i>Data</i>	Tx
2011	8,60%
2012	3,50%
2013	0,70%
2014	4,30%
2015 (set)	4%

FONTE: SIRS (2015)

Focando agora a distribuição das medidas por sexo, faixa etária e nacionalidade constatamos que é um fenómeno quase exclusivamente masculino, de pessoas de nacionalidade portuguesa e de maioritariamente meia-idade.

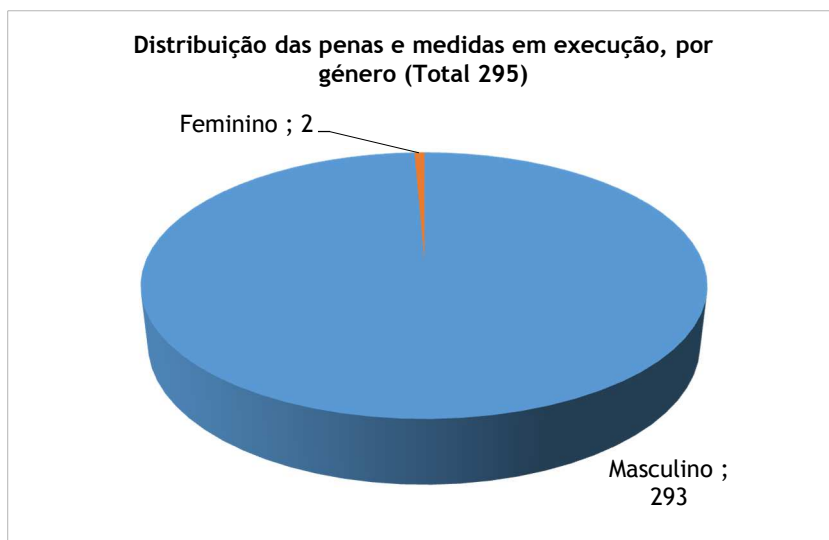


Gráfico 1 - Distribuição das penas e medidas em execução, por género

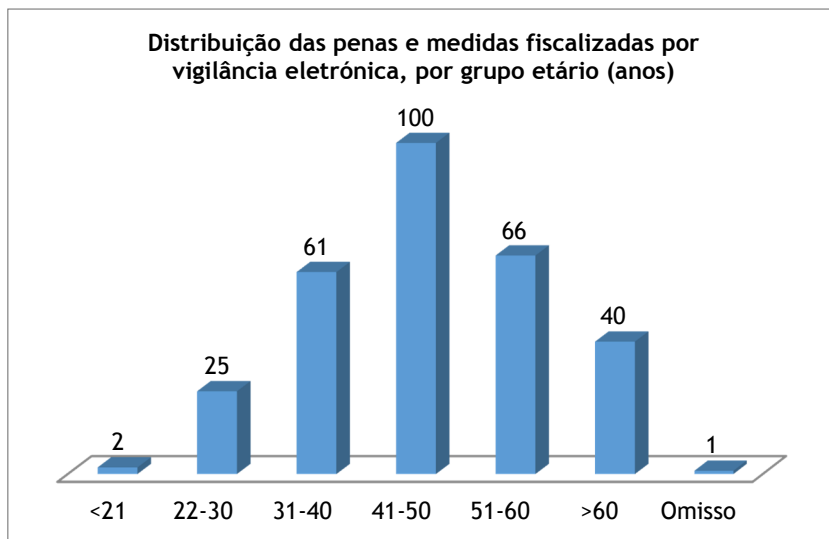


Gráfico 2 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por grupo etário (anos)

É interessante verificar a distribuição geográfica da medida onde se constata uma forte incidência no norte do país.

Tabela 7 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, grupo concelho

<i>Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por grupo concelho</i>	
<i>Porto</i>	134
<i>Lisboa</i>	83
<i>Coimbra</i>	51
<i>Mirandela</i>	35
<i>Setúbal</i>	27
<i>Guarda</i>	26
<i>Ponta Delgada</i>	15
<i>Funchal</i>	11
<i>Évora</i>	8
<i>Faro</i>	7

FONTE: SIRS (2015)

Por fim apresentamos as categorias e sub categorias de crimes registados.

Tabela 8 - Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por categoria e subcategoria de crimes registados (VD)

<i>Distribuição das penas e medidas fiscalizadas por VE, por categoria e subcategoria de crimes registados (crimes VD)</i>	
<i>Crimes contra as Pessoas</i>	312
<i>Crimes contra a vida</i>	2
<i>Crimes contra a liberdade pessoal</i>	7
<i>Crimes contra a honra</i>	2
<i>Outros crimes contra a vida</i>	1
<i>Crimes contra o património</i>	2
<i>Crimes contra a propriedade</i>	2
<i>Crimes contra a vida em sociedade</i>	7
<i>Crimes de perigo comum</i>	5
<i>Crimes contra a segurança nas comunicações</i>	2
<i>Crimes contra o Estado</i>	2
<i>Crimes contra autoridade pública</i>	2
<i>Crimes previstos em legislação avulso</i>	28
<i>Crimes de condução sem habilitação legal</i>	28
<i>Outros crimes</i>	2
<i>Dado omissio</i>	6

FONTE: SIRS (2015) “Registo de crimes de acordo com a Tabela oficial de Crimes registados para as entidades da Administração Pública”.

5.2. Os casos estudados

Neste ponto, passar-se-á analisar o conteúdo resultante das entrevistas efetuadas aos técnicos e técnicas, às vítimas e aos agressores, da análise documental e da observação.

Como sabemos e por aquilo que diversos autores e autoras mencionam relativamente à técnica de entrevista esta *“é uma das mais utilizadas na investigação científica”* (Moreira, 2007: 181). Sendo muito importante dar voz às pessoas num fenómeno relativamente novo e em que se pretende perceber as perceções dos diferentes atores envolvidos, considerou-se porém que dada a sensibilidade da temática era importante triangular os dados. Essa triangulação foi feita a dois níveis: mediante o confronto das vozes dos três intervenientes nos processos - vítima, agressor, técnico e técnica através das técnicas suplementares acionadas. Considera-se com esta opção ter cumprido o objetivo de conseguir uma exaustividade de informação sobre os casos estudados (Marconi e Lakatos, 2011).

5.2.1 Caracterização da equipa técnica

Cabe agora ainda neste ponto em que apresentam e analisam os dados relativos há vítimas e agressores, efetuar uma breve caracterização de outro grupo interveniente nesta análise que são os técnicos e técnicas entrevistados, os quais possuem todos mais de 5 anos de experiência na equipa de vigilância eletrónica da Guarda.

Relativamente à idade dos TPRS, estes encontram-se concretamente em duas faixas etárias, na dos 25-35 anos em 3 técnicos e técnicas e na dos 35 - 55 anos em 4 técnicos e técnicas. Dos 7 técnicos e técnicas que fizeram parte da investigação e relativamente à sua distribuição de género, 2 (28%) são do sexo feminino e 5 (72%) do sexo masculino, tabela 9 e gráfico 3.

No que diz respeito às suas habilitações literárias, pode concluir-se após análise dos dados que 3 técnicos e técnicas possuem 12º ano de escolaridade, 3 possuem Licenciatura e 1 técnico referiu possuir outro tipo de formação, tal como se pode verificar na exemplificação gráfica 4 e na tabela 10.

Tabela 9 - Idade e sexo dos técnicos e técnicas

<i>Idade dos técnicos e técnicas</i>	<i>Nº</i>	<i>Sexo</i>	<i>Qtd</i>
<25 Anos	0	Masculino	2
25 - 35 Anos	3	Feminino	5
35 - 55 Anos	4		
> 55 Anos	0		

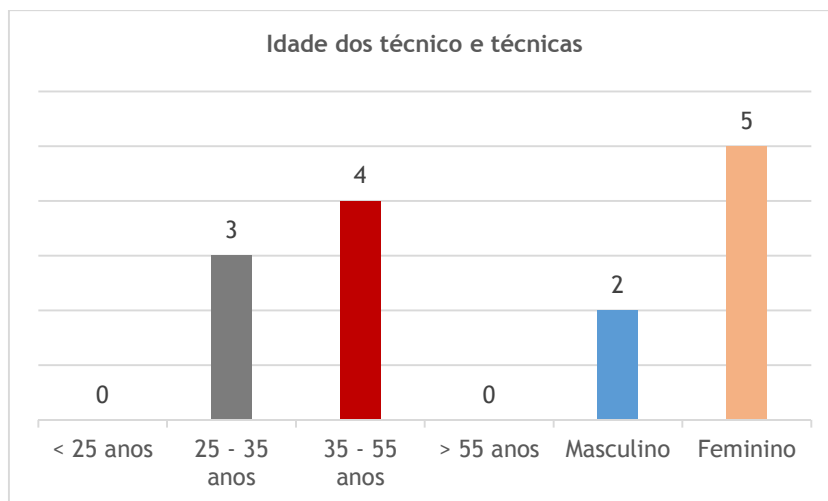


Gráfico 3 - Idades dos técnicos e técnicas

Tabela 10 - Habilitações literárias dos técnicos e técnicas

<i>Habilitações Literárias</i>	
<i>12º Ano</i>	3
<i>Licenciatura</i>	3
<i>Mestrado</i>	0
<i>Outra</i>	1

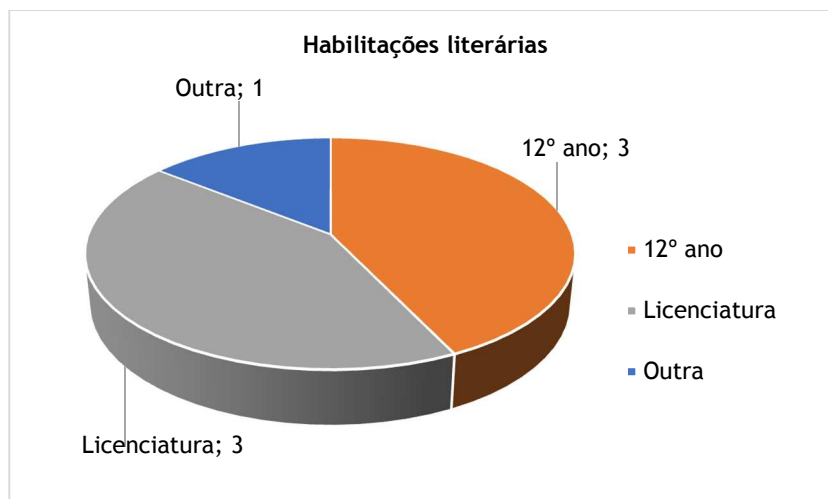


Gráfico 4 - Habilitações literárias dos técnicos e técnicas

5.3. Violência doméstica

Relativamente à operacionalização do conceito de violência doméstica enquanto variável de investigação, importa recordar que esta é uma problemática de difícil análise e pode ser investigada mediante diversas formas, tendo em conta os diferentes contextos sociais e históricos.

A VD pode ser vista como *“qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas - crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos - a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital”* (Machado e Gonçalves, 2003).

A recolha de dados sublinhou a pertinência das diferentes visões sobre este fenómeno visto que os nossos resultados permitiram ligações às várias teorias explicativas da VD. Por exemplo a ligação à teoria do conflito é evidente no relato do A4 *“Foram alguns anos de desentendimentos, agressões, sim violência, física sim e berros, mas sabe, ela não ajudava em nada”*. A violência surge aqui caracterizada como um tipo de comportamento que visa *“atingir diretamente outrem por qualquer meios e fazer com que os outros se comportem para seu próprio proveito”* (Sprey in Dias, 2010: 182). Outra perspetiva relaciona-se com a teoria da subcultura da violência, onde é encarada como norma da vida em sociedade enraizada em padrões culturais. Esta perspetiva pode verificar-se nas palavras do T3 *“Deve-se à subjugação emocional; preconceito cultural e dependência económica”*, como uma das causas da VD.

Apresentaremos agora para cada variável nas suas diferentes dimensões e indicadores, as informações obtidas de acordo com as três técnicas de recolha de dados acionadas e junto dos três grupos de informantes.

A primeira variável, violência doméstica, é constituída por duas dimensões, 1) processo e 2) atitudes e perceções dos e das intervenientes.

5.3.1 Primeira dimensão - processo de violência doméstica

Esta dimensão comporta as sub-dimensões das circunstâncias e das características. Os indicadores elencados foram: processo queixa-crime; idades; sexo; estado civil; habitação; agregado familiar; situação perante emprego; habilitações; profissão e vínculo profissional.

Ao nível da distribuição etária verifica-se que a idade das vítimas está compreendida entre 23 e os 80 anos e nos agressores entre os 32 e os 85 anos, como se pode observar no gráfico nº 5 e na tabela 11. Foi possível apurar uma média de idades de aproximadamente 48 anos nos agressores e uma média de idades de aproximadamente 45 anos nas vítimas. A amostra demonstra uma maior incidência nas faixas etárias dos 25-44 anos e 45-64 anos com mais de 50% em ambos os casos, nas restantes a distribuição é pouco significativa.

Tabela 11 - Idades e sexo de vítimas/agressores

Idades/Sexo	Feminino	Masculino
< 18	0	0
18-24	1	0
25-44	14	9
45-64	8	14
65 ou +	2	2

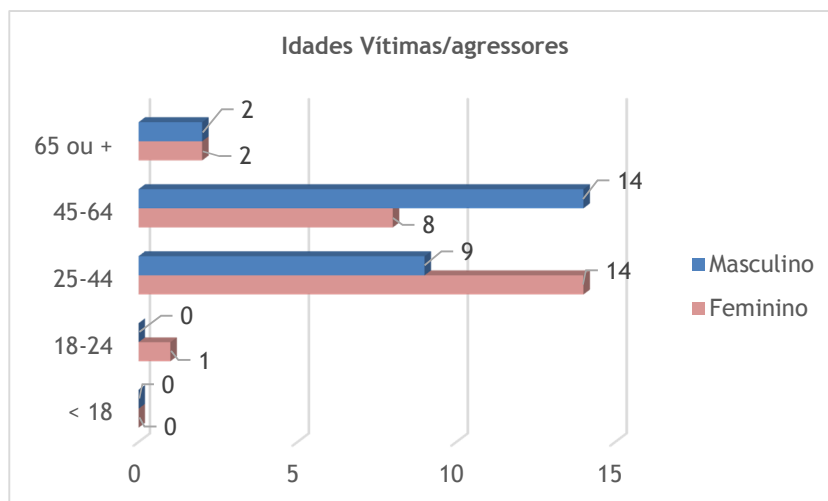


Gráfico 5 - Idades e sexo de vítimas/agressores

No que respeita ao nível de escolaridade de vítimas e agressores, pode concluir-se que a maioria apresenta níveis de escolaridade baixos, com mais expressividade nos agressores com 11 casos com o 4º ano, sendo que as vítimas estão representadas com 7 casos com a mesma escolaridade. O escalão que representa o 9º ano de escolaridade, para as vítimas assume 12 casos e para os agressores em 6 situações. O 6º ano é representado nos agressores em 5 casos e 3 nas vítimas, antecedendo em termos de expressão o 12º ano com 1 caso nos agressores e 2 nas vítimas. Apenas 2 agressores e 1 vítima revelaram não saber ler nem escrever, podendo todos estes elementos ser vistos nos gráficos 6 e 7 e tabela 12. Estes dados permitem referir que a violência doméstica é um fenómeno abrangente independentemente dos níveis de escolaridade, sendo que no caso da amostra deste estudo, a maioria das situações apresentam níveis baixos de escolaridade como já referido anteriormente.

A gestão das expectativas em relação aos níveis de escolaridade, indica-nos que quando existem níveis de escolaridade idênticos entre os géneros, a gestão dos conflitos pode ser facilitada, caso contrário as situações de conflitos tendem a agravar-se (Torres, 2004: 130)

Tabela 12 - nível escolaridade de vítimas e agressores

Nível de Escolaridade	4º Ano	9º Ano	6º Ano	12º Ano	Ns ler/escrever
Agressores	11	6	5	1	2
Vítimas	7	12	3	2	1

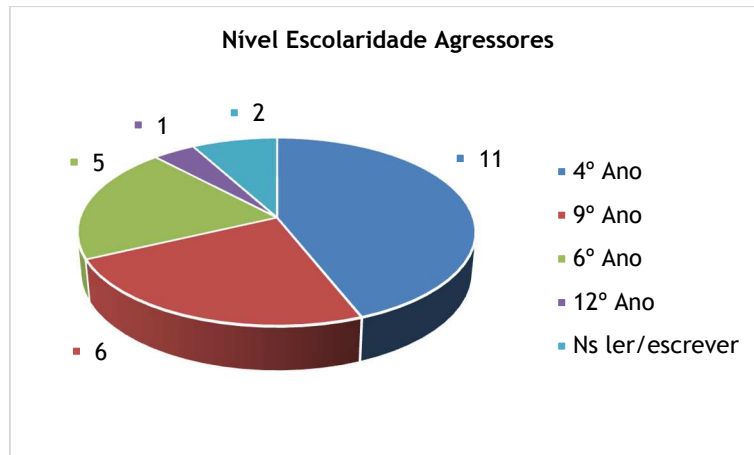


Gráfico 6 - Nível escolaridade Agressores

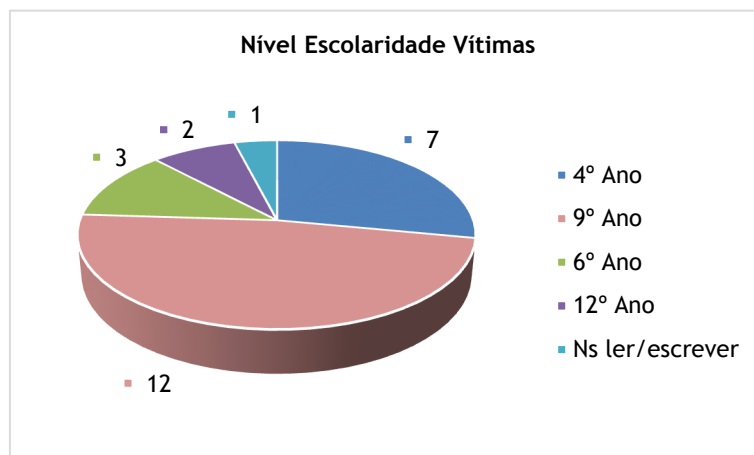


Gráfico 7 - Nível escolaridade vítimas

Como é possível verificar no gráfico 8, a representatividade relativamente ao sexo, demonstra, claramente, um valor total (100%) de vítimas do sexo feminino, o que permite concluir e confirmar que as mulheres continuam a ser o maior número de vítimas identificadas e sinalizadas.

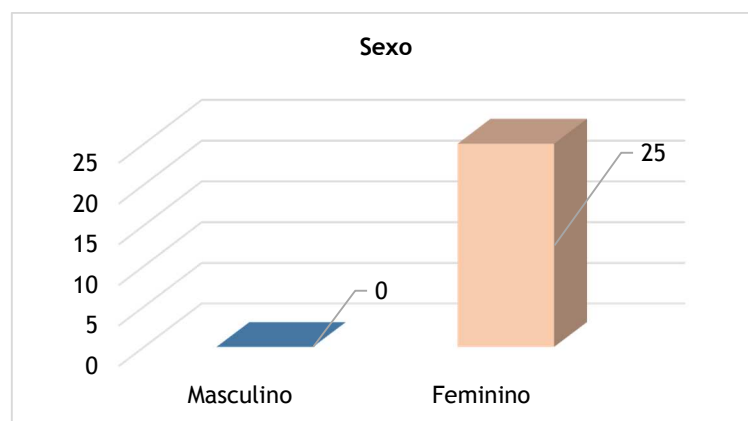


Gráfico 8 - Sexo das vítimas

No que diz respeito ao estado civil da amostra antes e durante o acompanhamento com vigilância eletrônica, antes da VE, pode observar-se na tabela 13 e no gráfico 9 que 7 agressores eram solteiros e 4 vítimas apresentavam a mesma condição. A representação da condição de casado/união de facto antes da VE representa o mesmo valor em vítima e agressores de 6 casos. Quanto à condição de divorciado (a) / separado (a), 12 agressores encontravam-se nesta situação e 15 vítimas. Durante a VE em 20 casos, vítimas ou agressores continuavam na condição de casados sendo a situação maioritária, 5 na condição de companheiros, 14 ex-maridos e 11 casos eram ex-namorados, vendo-se no gráfico 10, tabela 14.

No que concerne ao número de filhos quer da relação do casal quer de outros relacionamentos anteriores, apenas 2 vítimas e 3 agressores não apresentam qualquer filho. Nos restantes casos o número de filhos varia entre 1 e 10, ou seja, em média vítimas e agressores têm 2 filhos atribuindo importância relativa a este valor. Estes valores podem levar-nos a questionar ou conjecturar que os filhos, numa ou noutra situação poderão já, ter assistido a situações de violência doméstica, podendo igualmente ser apontados como possíveis vítimas devido à sua exposição perante esses episódios.

Tabela 13 - Estado civil antes da VE

<i>Estado civil antes da vigilância eletrónica</i>	<i>Agressor</i>	<i>Vitima</i>
Solteiro(a)	7	4
Casado(a)/União facto	6	6
Divorciado (a)/Separado	12	15
Viúvo	0	0
Total	50	

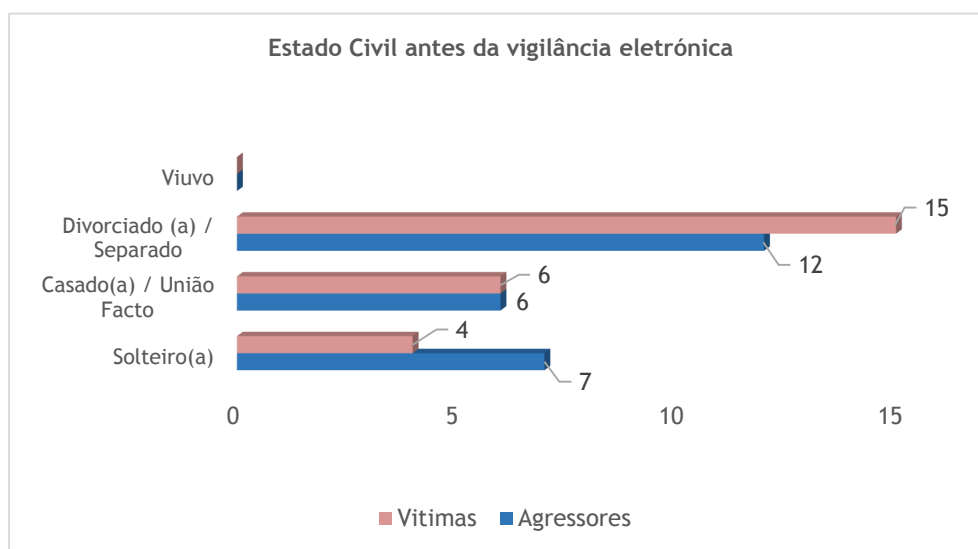


Gráfico 9 - Estado civil antes da VE

Tabela 14 - Estado civil durante VE

<i>Relação durante acompanhamento</i>	
Casados	20
Companheiros	5
Namorados	0
Ex-maridos	14
Ex-namorados	11
Total	50

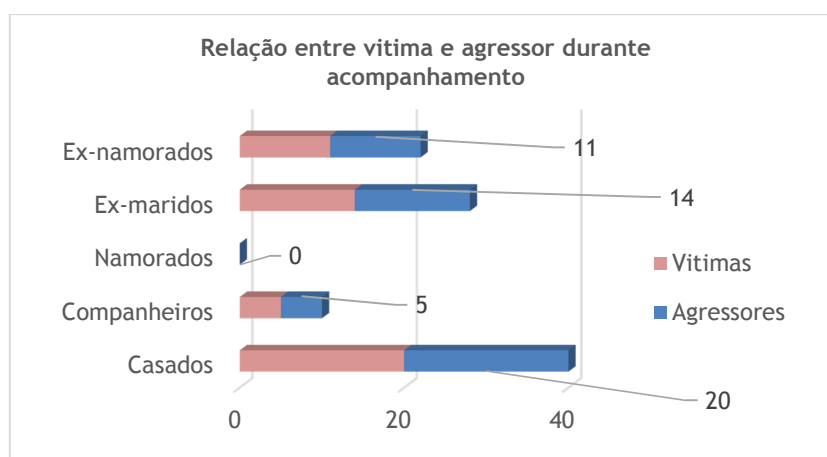


Gráfico 10 - Relação entre vítima e agressor durante acompanhamento

Quanto à situação profissional atual das vítimas e agressores, divide-se em quatro situações diferentes como podemos observar nas tabelas 15 e nos gráficos 11 e 12: empregado/a; desempregado/a; reformado/a e outras situações. Em 14 (56%) casos, os agressores encontram-se empregados, 8 (32%) desempregados, 2 (8%) reformados e 1 casos noutra situação. No caso das vítimas 17 (68%) encontram-se empregadas, 3 (12%) desempregadas, 4 (16%) reformadas e 1 noutra situação.

Tabela 15 - Situação profissional agressores/vítimas

<i>Situação profissional atual dos agressores</i>		<i>Situação profissional atual das Vítimas</i>	
Empregado	14	Empregada	17
Desempregado	8	Desempregada	3
Reformado	2	Reformada	4
Outra	1	Outra	1

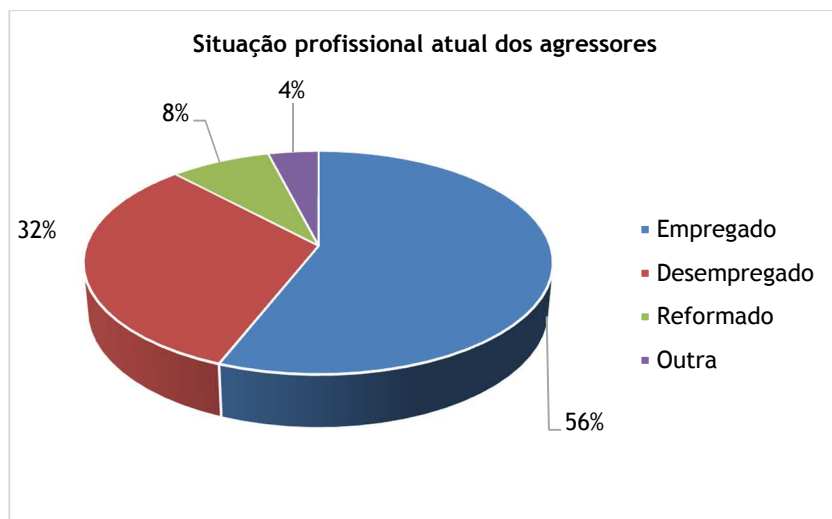


Gráfico 11 - Situação profissional atual dos agressores

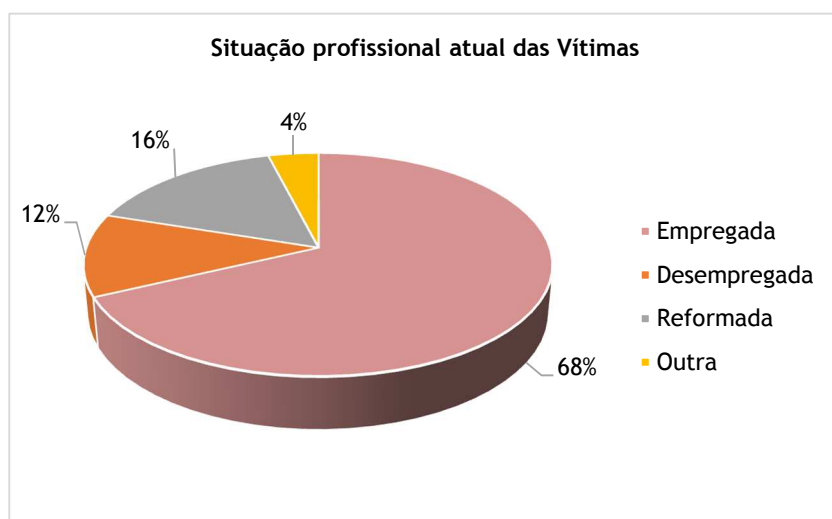


Gráfico 12 - Situação profissional atual vítimas

No seguimento do aspeto acima analisado, importa agora verificar os dados recolhidos relativamente aos vínculos profissionais das vítimas e agressores assim como as suas profissões. A análise do vínculo profissional divide-se em contrato efetivo, a prazo, trabalhador temporário e outro. Dos 14 agressores que se encontram a trabalhar, 5 usufruem de contrato efetivo comparativamente a 2 casos nas vítimas. Contratos a prazo estão identificados em 4 casos nos agressores e 5 nas vítimas, que também apresentam o maior número de trabalhadoras temporárias com 5 casos em comparação com 3 dos agressores. Em relação a outras situações, agressores e vítimas apresentam 2 casos e 5 casos respetivamente.

Tabela 16 - Vínculo profissional agressores/vítimas

Vínculo profissional dos agressores		Vínculo profissional das vítimas	
<i>Contrato efetivo</i>	5	<i>Contrato efetivo</i>	2
<i>Contrato a prazo</i>	4	<i>Contrato a prazo</i>	5
<i>Trabalhador temporário</i>	3	<i>Trabalhador temporário</i>	5
<i>Outro</i>	2	<i>Outro</i>	5

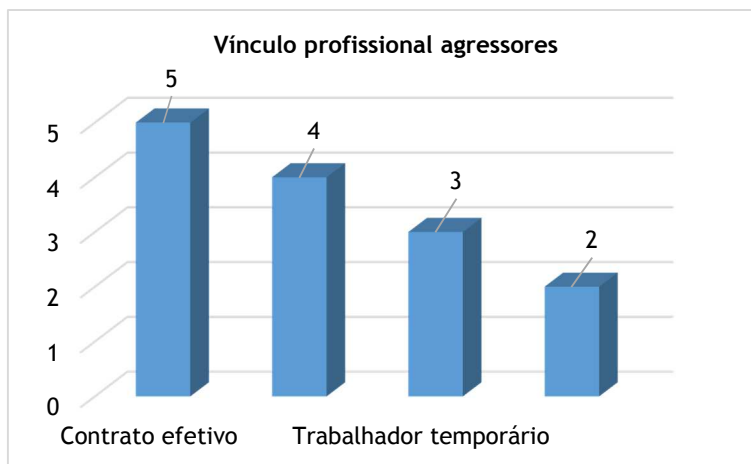


Gráfico 13 - Vínculo profissional dos agressores

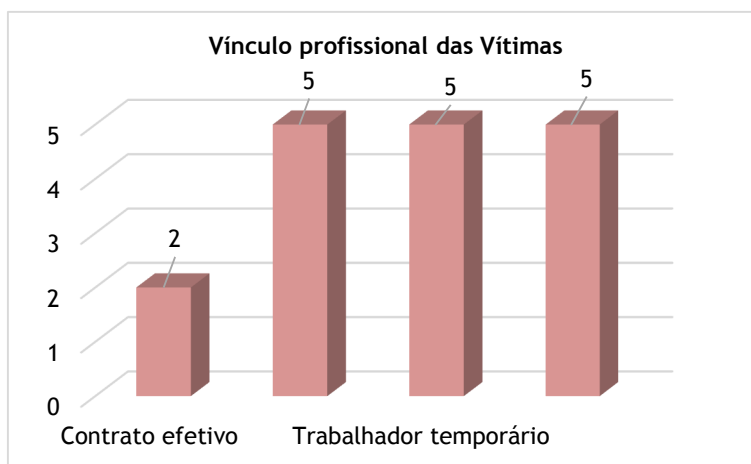


Gráfico 14 - Vínculo profissional das vítimas

De todos os 25 casos analisados, e de acordo com informações dos processos jurídicos provenientes dos tribunais bem como das informações recolhidas nas entrevistas, foi possível sinalizar as profissões dos diversos intervenientes, vítimas e agressores, mesmo que em alguns casos não estão a exercer a profissão ou desempenham outro tipo de funções. É fundamental referir que as profissões identificadas foram agregadas por grupos profissionais segundo a Classificação Nacional das Profissões (CNP, 2015). Quanto às vítimas, em praticamente metade dos casos (48%) a profissão identificada pertence ao grupo do pessoal de limpeza e similares em 12 situações. Igualmente em 6 (24% + 24%) situações as vítimas pertencem ao pessoal de

serviços, restauração e similares e assistentes de saúde e similares. Unicamente em 1 situação (4%) a vítima pertence ao grupo dos agricultores e similares n/qualificados.

Nos casos dos agressores, a maioria deles (52%) pertence ao grupo dos operários e trabalhadores da construção civil com 13 casos, seguidamente com 4 (16%) casos ao grupo dos agricultores e similares n/qualificados e com o mesmo número de 3 (12% + 12%) casos, pertencentes aos grupos de pessoal de proteção e segurança e técnico e técnicas e profissionais intermédios. Por último e para representar o grupo profissional de operadores de instalações e máquinas, temos 2 (8%) situações representadas, como mostra o gráfico 15, tabela 17.

Tabela 17 - Profissões vítimas/agressores

Profissões	Vítimas	Agressores
<i>Pessoal de limpeza e similares</i>	12	0
<i>Pessoal de serviço restauração e similares</i>	6	0
<i>Agricultores e similares n/qualificados</i>	1	4
<i>Operadores de instalações e máquinas</i>	0	2
<i>Operários e trabalhadores da construção civil</i>	0	13
<i>Pessoal de proteção e segurança</i>	0	3
<i>Assistente de saúde e similares</i>	6	0
<i>Técnico e técnicas e profissionais intermédios</i>	0	3
<i>Quadros superiores</i>	0	0

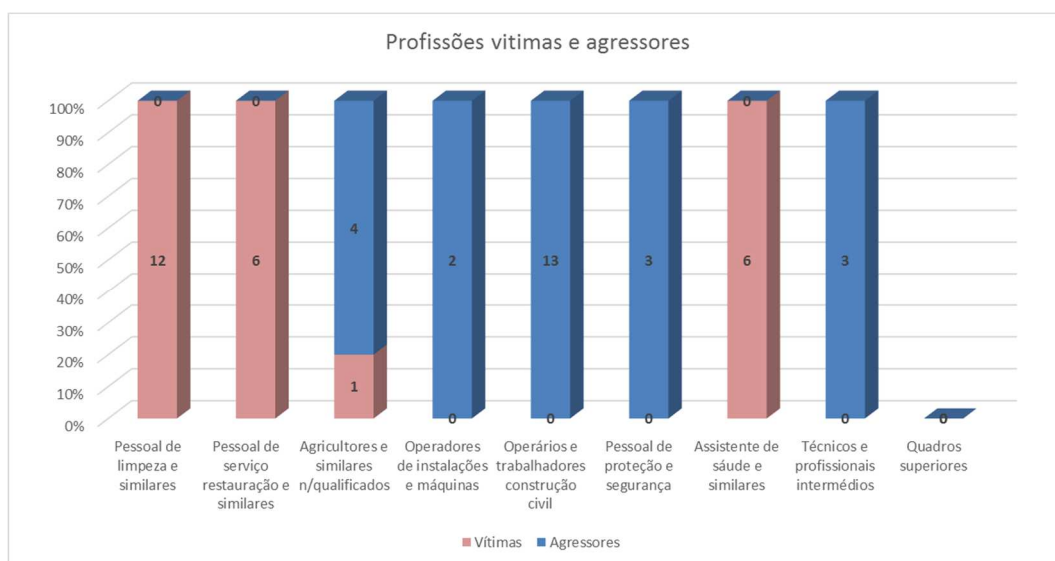


Gráfico 15 - Profissões vítimas/agressores

A efetivação e formalização da queixa é o aspeto que aqui se analisa com recurso à tabela 18 e ao gráfico 16. Na grande maioria das queixas formalizadas decorre da intenção das vítimas em que 17 (68%) casos foram estas que procederam à denúncia. Nos restantes casos, 3 (12%) partiram de órgãos de polícia criminal, 5 (20%) de desconhecidos e 4 (16%) casos derivaram de outras situações não especificadas.

Tabela 18 - Formulação de queixa

<i>Formulação de Queixa</i>	
<i>Vítima</i>	17
<i>Órgão de Policia Criminal</i>	3
<i>Ministério Público</i>	0
<i>Desconhecidos</i>	5
<i>Outros</i>	4

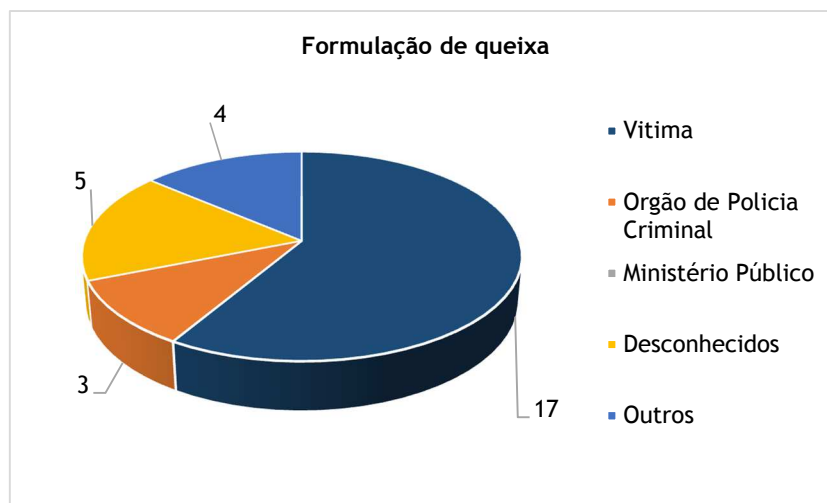


Gráfico 16 - Formulação de queixa

No seguimento da análise à formulação da queixa, relaciona-se o aspeto onde se analisa os antecedentes criminais dos agressores. Aqui podemos verificar que 12 (48%) agressores apresentam antecedentes criminais e 13 (52%) que não apresentam nenhum registo, dados que se podem corroborar no gráfico 17 e na tabela 19.

Tabela 19 - Antecedentes criminais

<i>Antecedentes criminais</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
	12	13

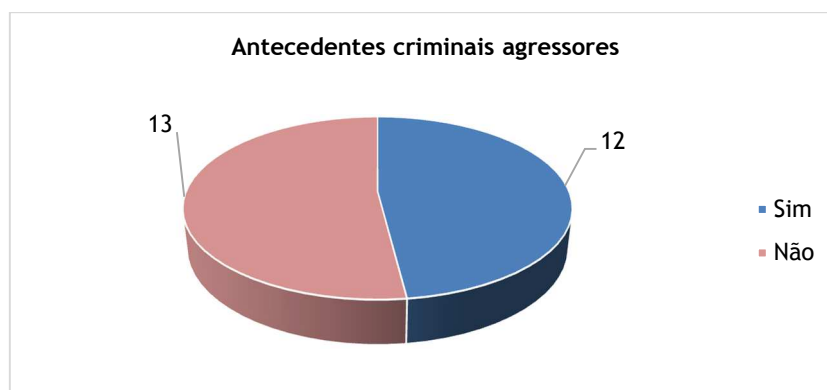


Gráfico 17 - Antecedentes criminais

No que toca à tipologia dos crimes de acordo com os antecedentes criminais registados nos processos judiciais dos agressores, observa-se na tabela 20 e no gráfico 18 vários crimes diferentes, incluindo em 3 (25%) situações o crime de violência doméstica. Os restantes são os crimes de: ofensas à integridade física com 1 (8%) caso, condução sem habilitação legal em 1 (8%) caso, furtos em 2 (16%) casos, falsificação de documentos em 1 (8%) caso e por último o tipo de crime que representa a maioria dos casos e com um peso significativo para esta análise, que é a condução sob efeito do álcool com 8 (66%) situações, sendo que em alguns casos os agressores podem ter mais do que um tipo de crime de antecedentes criminais, por exemplo violência doméstica e condução sob efeito de álcool.

Tabela 20 - Tipologia dos crimes

<i>Tipologia dos crimes</i>	
<i>Ofensas à integridade física</i>	1
<i>Condução sem habilitação legal</i>	1
<i>Condução sob efeito de álcool</i>	8
<i>Violência doméstica</i>	3
<i>Furtos</i>	2
<i>Falsificação documentos</i>	1

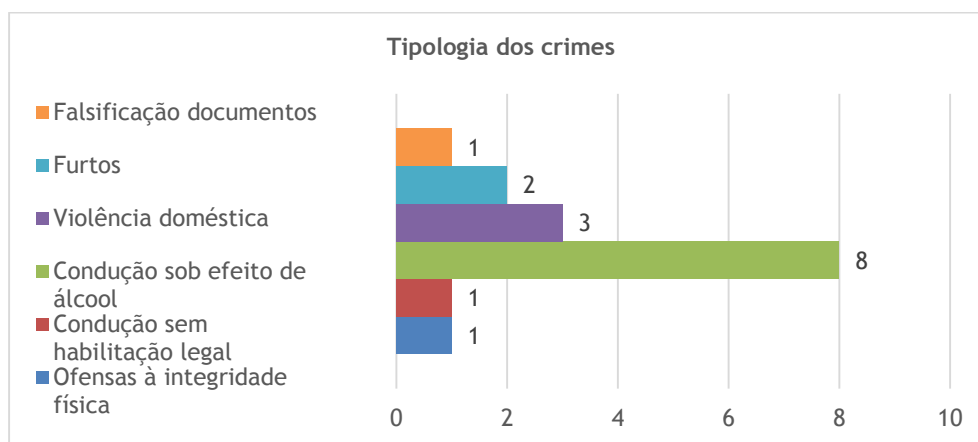


Gráfico 18 - Tipologia dos crimes

Analisa-se ainda neste ponto, em parte relacionado com o aspeto abordado anteriormente, o tipo de crime sob o qual os agressores estão indiciados ou foram condenados no âmbito do processo de VD que deu origem à utilização dos mecanismo de controlo com vigilância eletrónica para monitorizar a proibição de contactos entre vítima e agressor. Foi possível constatar dos dados recolhidos que na totalidade dos 25 agressores, estes estão indiciados/acusados do crime de violência domestica. Em 4 das situações os agressores estão indiciados/acusados do crime de tentativa de homicídio, 5 casos de ofensas à integridade física, 4 de maus tratos e 1 caso de crime contra a propriedade, tabela 21 e gráfico 19.

Tabela 21 - Tipo de crime indiciado/condenado e Meios utilizados na prática do crime

<i>Tipo de crime condenado/indiciado</i>	<i>Violência doméstica</i>	<i>Tentativa Homicídio</i>	<i>Ofensa à integridade física</i>	<i>Maus Tratos</i>	<i>Contra Propriedade</i>
	25	4	5	4	1
<i>Meios utilizados na prática do crime</i>	Sem arma	Arma branca/fogo	Machado/Barra ferro	Chicote	
	15	9	4	2	

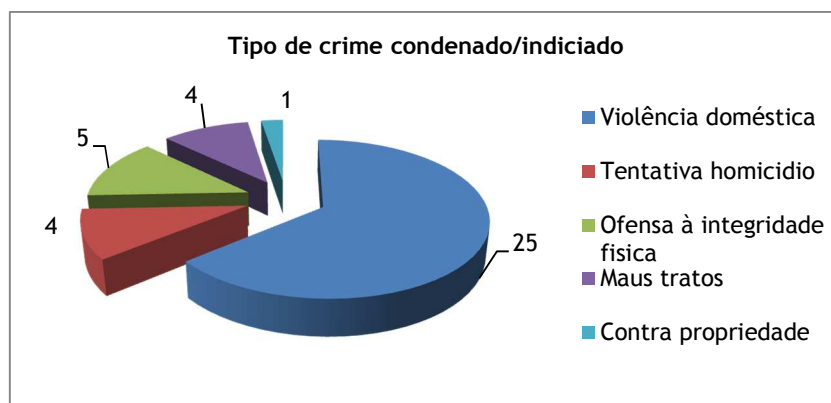


Gráfico 19 - Tipo de crime condenado/indiciado

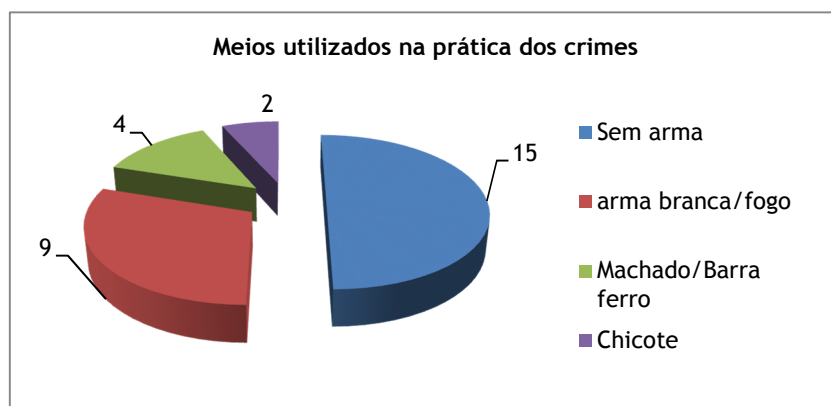


Gráfico 20 - Meios utilizados na prática do crime

Os meios utilizados para nos atos de VD são arma branca/fogo em 9 casos, 4 Machado/barra de ferro, 2 chicote e 15 não utilizaram nenhum meio, tabela 21, gráfico 20.

Neste ponto são analisados os dados recolhidos no que concerne ao tipo de violência exercida sobre as vítimas. A violência física e psicológica, nas 25 vítimas analisadas, não só nas entrevistas como complementando com os processos, em 24 das vítimas identificaram a violência física e 23 a psicológica como tendo sido alvo, representando 96% e 92% dos casos respetivamente, podendo referir-se que a junção destas duas tipologias leva a concluir que praticamente na generalidade dos casos, as vítimas sofrem violência física e psicológica em

simultâneo. A violência do tipo perseguição foi identificada em 14 vítimas, tendo uma representação de 56%. Quanto aos restantes tipos de violência, a social em 9 (36%) casos, a sexual em 6 (24%) e por último a financeira em 4 (16%) casos, tabela 22.

Tabela 22 - Tipo de violência praticada pelo agressor

<i>Tipo de violência</i>	<i>Qtd</i>	<i>%</i>
<i>Física</i>	24	96
<i>Psicológica</i>	23	92
<i>Financeira</i>	4	16
<i>Sexual</i>	6	24
<i>Perseguição</i>	14	56
<i>Social</i>	9	36
<i>Total</i>	25	100

Quando se analisaram os dados recolhidos relativamente aos problemas associados à prática dos crimes de violência doméstica, foi evidente verificar que praticamente a totalidade dos agressores apresentam alguma dessas problemáticas associadas, com exceção de 2 agressores que não apresentam ou não constam no processo qualquer tipo de problema como podemos comprovar no gráfico 21 e na tabela 23.

Em 19 (76%) casos verificou-se a presença da problemática do consumo excessivo de álcool, sendo que grande parte destes casos estão vinculados pelo tribunal a frequentar programas de desabilitação alcoólica ou estão indicados para esse tipo de tratamento. Quanto às restantes problemáticas não apresentam valores tão significativos como o anterior, pese embora os problemas psiquiátrico/saúde mental estejam presentes em 7 (28%) casos, consumo de drogas/estupefacientes em 2 (8%), e 3 (12%) casos apresentam problemas físicos ou de doença.

Perante esta situação e de acordo com o corpo teórico exposto anteriormente neste trabalho, esta situação vai de encontro ao que nos diz essa mesma teoria no que respeita aos perfis tradicionais de agressores, em que apresentam problemas relacionados com alcoolismo, desemprego, baixa-auto estima e sintomas de problemas relacionados com doenças do foro psiquiátrico/psicológico (Costa in (Alves, 2005)).

Tabela 23 - Problemas associados

<i>Problemas associados</i>	<i>Álcool</i>	<i>Psiquiátricos/saúde Mental</i>	<i>Drogas/Estupefacientes</i>	<i>Físicos</i>	<i>Nenhum</i>
	19	7	2	3	2

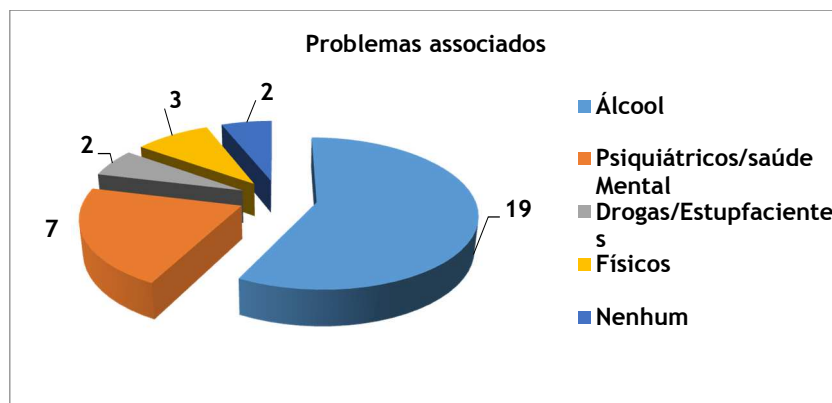


Gráfico 21 - Problemas associados

A situação familiar de coabitação antes da VE e durante a VE, é o aspeto que que analisado neste ponto e que é possível examinar na tabela 24 e nos gráficos 22 e 23. Daquilo que foi possível recolher e se pode identificar pelos dados, antes da VE, 2 vítimas e 2 agressores viviam sós, 23 vítimas e 23 agressores coabitavam enquanto cônjuge/companheiros e apenas 1 caso nas vítimas e 1 caso nos agressores habitavam com os pais ou com os filhos/as. Durante a VE o panorama revelou-se bastante diferente, sendo que 10 vítimas e 15 agressores passaram a viver sozinhos, 2 vítimas e 1 agressor com outro companheiro/cônjuge, 3 vítimas e 5 agressores com os pais, 6 vítimas passaram a viver com os filhos/as e 3 agressores em situação igual e 2 vítimas a viver com irmão/ã. De salientar ainda as 2 vítimas que passaram a viver temporariamente em casas abrigo, opção que está disponível para as vítimas de VD no caso de estas assim o desejarem. Por último, 1 dos agressores encontra-se a residir num lar de idosos.

Tabela 24 - Situação familiar antes e durante VE

<i>Situação familiar antes da VE</i>	<i>Vítimas</i>	<i>Agressores</i>	<i>Situação familiar durante VE</i>	<i>Vítimas</i>	<i>Agressores</i>
<i>Só</i>	2	2	<i>Só</i>	10	15
<i>Cônjuge/companheiro(a)</i>	23	21	<i>Cônjuge/companheiro(a)</i>	2	1
<i>Com pais</i>	1	1	<i>Com pais</i>	3	5
<i>Com filhos (as)</i>	1	1	<i>Com filhos (as)</i>	6	3
<i>Com sogros</i>	0	0	<i>Com sogros</i>	0	0
<i>Com irmão (s)</i>	0	0	<i>Com irmão (s)</i>	2	0
<i>Casa abrigo</i>	0	0	<i>Casa abrigo</i>	2	0
<i>Outras</i>	0	0	<i>Outras</i>	0	1

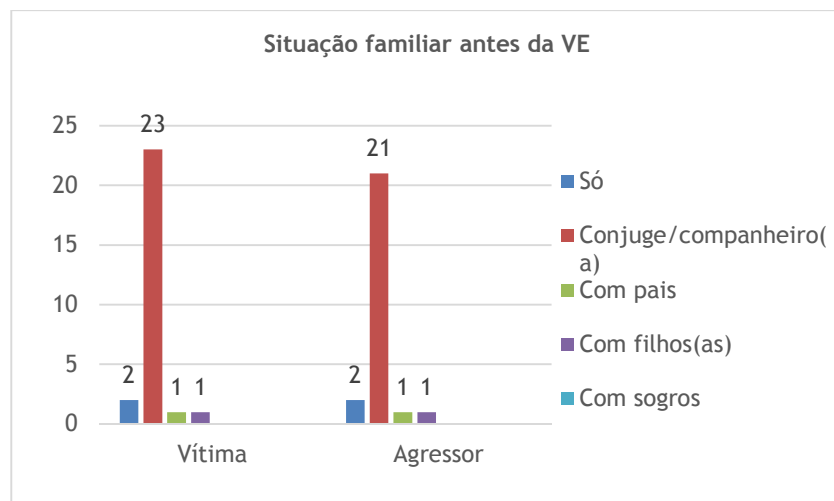


Gráfico 22 - Situação familiar antes da VE

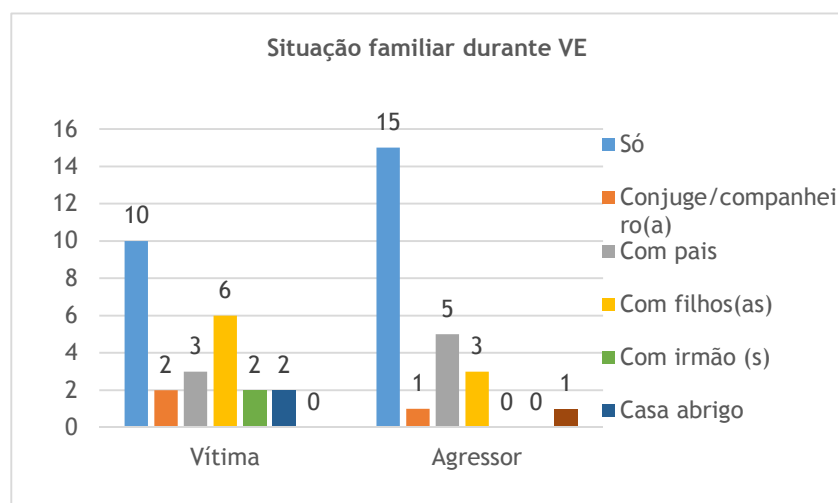


Gráfico 23 - Situação familiar durante VE

Quando analisados os dados que mostram a tipologias de marcas que ficaram ou ainda estão presentes nas vítimas com origem na violência doméstica, verificou-se que existem essencialmente dois grandes tipos, as marcas físicas em 13 (52%) vítimas e as psicológicas em 14 (56%) vítimas, destas apenas uma (2%) assumiu que o processo revelou marcas nos filhos/as.

Quanto às marcas físicas, destacam-se os hematomas em 7 vítimas, as equimoses em 4 e escoriações em 3 casos, verificando-se na tabela 25.

Tabela 25 - Marcas deixadas pelo processo VD

<i>Marcas deixadas pelo processo de VD</i>			
Psicológicas	14	Hematomas	7
Físicas	13	Equimoses	4
Filhos	1	Escoriações	3

O primeiro indicador da sub-dimensão “circunstâncias” são as “causas da violência”. Quanto a esta questão, e daquilo que nos diz a teoria, podemos referir que as raízes históricas e culturais têm um peso fundamental neste fenómeno. Foi possível obter dados relacionados com este elemento dos técnicos e técnicas com base na questão 6 - “*Qual a sua perspetiva técnico e técnicas sobre as principais causas na origem da VD?*”. Dos resultados obtidos foi possível verificar que todos e todas referem os ciúmes como causa originária da VD, indicando ao mesmo tempo outros fatores importantes para esse tipo de comportamentos como o álcool e o poder/dominação, referido por 6 técnico e técnicas, seguidamente e de forma menos significativa os baixos rendimentos, o desemprego e o consumo de estupefacientes.

A questão do poder nas relações violentas pode ser analisada segundo a perspetiva do conflito. Para esta corrente, o conceito de poder tem um papel fundamental na gestão dos conflitos e das tensões entre os casais. A capacidade que cada interveniente tem dentro da relação para controlar determinadas situações concretas, irá determinar a gestão dos momentos de tensão entre os membros do casal (Dias, 2010: 181).

Quanto às vítimas e tendo em consideração este indicador, foi possível obter dados que permitem refletir sobre esta situação na questão 15 - “*Na sua opinião, o que causou a situação de VD? Qual o seu sentimento em relação a esta situação?*”. Analisando as respostas das vítimas, pode constatar-se a obtenção à primeira vista de duas causas apontadas, que vão de encontro à opinião dos técnicos e técnicas, nomeadamente a questão do álcool e dos ciúmes, onde 8 das 10 vítimas questionadas, referem a problemática do consumo excessivo de bebidas alcoólicas como causa da VD, como se pode verificar, por exemplo, nos testemunhos da V2, V8, V11: “ (...) as bebidas alcoólicas (...); (...) O consumo excessivos de álcool (...); (...) Foi o álcool, quando não bebe é uma maravilha (...) ”. Os dados relativos aos ciúmes enquanto causa da VD podem ser verificados na V2, V3 e V4: “ (...) Acho que foi os ciúmes (...); Supostas relações extraconjugais (...) ”; (...) Foi os ciúmes e o comportamento com os filhos (...); (...) Não queria que eu trabalhasse.” A discussão do mercado de trabalho tem sido analisada e produzida teoria sobre isso, temos assistido à progressiva participação da mulher no mercado de trabalho, no entanto as desigualdades em termos de participação laboral continuam a existir (Coelho, 2010). Hoje em dia assistimos a uma diminuição destas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, originando no caso das mulheres a “dupla jornada de trabalho”, onde são assumidas as tarefas profissionais e domésticas em simultâneo (*Ibidem*, 2004: 6). A inconsistência de status também se revela um fator importante nas relações conjugais e pode levar à vontade do homem de que a mulher não trabalhe para não se sentir ameaçado por esta.

Em relação à opinião dos agressores sobre as causas da VD, as respostas foram menos objetivas porque os mesmos recorreram a argumentos de desculpabilização referindo que estão inocentes e que a problemática não dependia só deles. Sentimentos de revolta e injustiça são igualmente revelados pelos próprios nos seus discursos, culpabilizando nalgumas situações as vítimas, os filhos e filhas ou outros familiares para a situação que originou o processo jurídico,

sendo verificado nos discursos seguintes: “ (...) *Sinto-me revoltado comigo mesmo (...) A2* “*Sinto-me revoltado e injustiçado, estou a pagar por um crime que não fiz. Estou inocente. Ela batia nos miúdos e não fazia o jantar (...)*” A3 “*A culpa é dela e do filho (...)*” A13 “*Batia muito nos filhos (...)*” A20. A divisão das tarefas domésticas e do cuidar das crianças é uma das questões sugeridas pela teoria para justificar os atritos e os conflitos existentes no casal, tal como refere um estudo de Torres (2004).

Pelo contrário, foi possível observar casos em que os agressores assumem a culpa dos seus atos, simultaneamente com sentimentos de arrependimento, como refere o A4: “ (...) *Foram alguns anos de desentendimentos, agressões, sim violência, física sim e berros (...)*”, o A8, “ (...) *Ela tem razão porque eu tinha outras mulheres e por causa do álcool (...)*”, e por último o A11, “ (...) *Estou arrependido, foi o álcool sinto desespero por vê-la a sofrer porque é doente. Não quero voltar a fazer. (...)*”. O tipo de violência física aqui retratado no testemunho da A4 vai em certa forma de encontro ao que foi possível verificar na teoria revista anteriormente, isto porque este tipo manifesta-se como o mais agressivo, onde o agressor perde o controlo e passa ao uso da força com o objetivo de causar danos à vítima e em casos extremos pode originar a sua morte (Manita et al, 2009: 17).

Dos dados obtidos da análise dos processos relacionando-os com o indicador que está aqui a ser alvo de reflexão, foi possível identificar que no processo 1, identificado de P1 e assim sucessivamente ao longo desta análise, verificou-se que este agressor apresenta uma grande instabilidade emocional associada às problemáticas da toxicodependência e doença do foro psiquiátrico, podendo ser apontadas como potenciais causas da VD, uma vez que a vítima durante as visitas efetuadas, referiu que os comportamentos violentos ocorriam nos períodos em que o agressor estava alcoolizado ou desequilibrado em relação à doença mental.

A análise documental foi encarada neste trabalho como uma ferramenta importante, resultante da observação foi possível verificar que o agressor do P3 demonstrou perante os técnicos e técnicas uma atitude de resistência em admitir a existência de comportamentos aditivos que estiveram na origem da violência doméstica e do processo.

O próximo indicador a ser analisado remete-nos para a origem do “processo queixa-crime”, ou seja, o objetivo foi tentar compreender como foi desencadeado e encaminhado para as autoridades e para o tribunal o processo que originou a utilização dos meios de VE. A análise documental, segundo Quivy (2008: 202) por vezes apresenta alguns obstáculos que devem ser resolvidos previamente. Um deles é a veracidade e autenticidade dos documentos utilizados. No caso desta investigação tratam-se de documentos provenientes diretamente dos tribunais responsáveis pelo processo judicial pelo que o obstáculo não se coloca.

Os dados obtidos para confrontar este indicador foram conseguidos por meio da análise documental dos processos, onde foi possível verificar que a grande maioria das queixas foi apresentada junto das autoridades pelas próprias vítimas (16 casos; 68%), seguidamente por

peças desconhecidas em 5 casos (20%) a construírem a denúncia. Os restantes casos resultaram de outro tipo de denúncias não identificadas em 4 casos (16%) e 3 (12%) casos pelos OPC. Os dados resultantes dos processos, segundo Bardin (1988) devem ter uma lógica organizada em três fases, opção que foi seguida no caso desta pesquisa, onde inicialmente se efetuou uma pré-análise, seguidamente explorou-se o material existente e por último efetuou-se uma sistematização dos dados e procedeu-se ao seu tratamento e interpretação.

O indicador que refere a “tipologia da violência” ou os seus “tipos” foi verificado através da informação recolhida nas entrevistas e através da técnica da observação. Apresentam-se os resultados no gráfico seguinte:

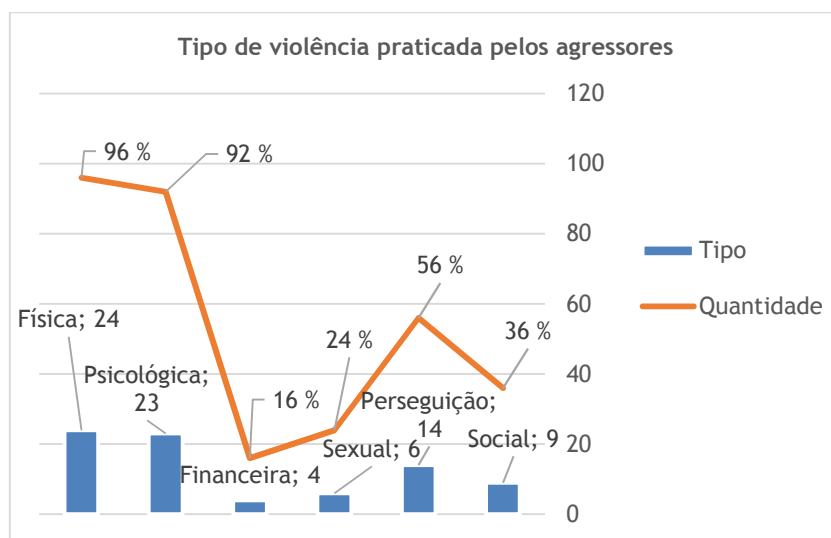


Gráfico 24 - Tipo de violência praticada pelos agressores

Os dados mostram que 24 vítimas assumem ter estado sujeitas a violência física e 23 expostas a violência psicológica, sendo que os 23 casos correspondem a situações em que os dois tipos de violência coexistem. Este resultado corrobora a tendência para um agravamento das relações violentas, prolongadas por longos períodos, em que determinadas famílias sujeitam-se à coexistência dos vários tipos de VD com as consequências que daí podem advir para todos os membros envolvidos (Dias, 2006).

O terceiro tipo de violência mais praticada pelos agressores é a perseguição em 6 situações, a social em 9, a sexual e a financeira com 6 e 4 casos respetivamente.

Da aplicação da observação para confrontar este indicador, apurou-se que nalgumas das vítimas abordadas nas visitas de rotina bem como noutra tipo de acompanhamento, foi possível identificar nestas e através das suas manifestações, indícios de alterações psicológicas e de terem sido alvo de perseguições como no caso da vítima do P3 e do P7. Recorde-se que a violência psicológica o tipo de violência que tende a ser mais ignorada pelas vítimas e as que geralmente sofrem perseguições, são incorporadas neste tipo de violência (Manita et al, 2009).

A “presença de marcas” foi outro indicador delineado na estrutura do modelo de análise, sobre o qual foi possível obter dados nas entrevistas às vítimas e na análise dos processos judiciais onde constam algumas informações a este respeito. Após um olhar atento às entrevistas, pode verificar-se que mais de metade das vítimas demonstram sinais ou apresentam simultaneamente marcas físicas e psicológicas em 14 e 13 casos respetivamente. Apenas 1 vítima assumiu a existência de marcas deixadas a filhos/as. As marcas físicas mais assinaladas e identificadas são hematomas, equimoses e escoriações como se pode ver no gráfico seguinte:

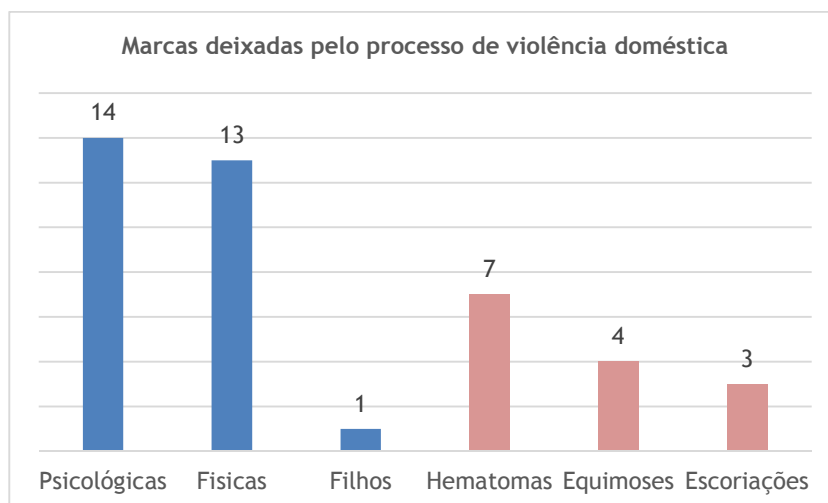


Gráfico 25 - Marcas deixadas pelo processo de VD

Daquilo que foi possível retirar da análise documental e da observação, para além de já ter sido referido da existência de marcas físicas, no caso da vítima do P1, foi possível verificar na face da mesma marcas de uma das agressões que o agressor provocou tendo dado origem a internamento hospitalar. A informação que consta nos processos, principalmente nos documentos judiciais provenientes dos tribunais, descrevem detalhadamente informações que vão de encontro às marcas que já foram analisadas anteriormente, como os hematomas, equimoses e escoriações.

Sobre o indicador “duração” identificou-se nas entrevistas das vítimas bem como na análise dos processos que se verificaram os comportamentos violentos sobretudo no seio familiar e durante um período de tempo prolongado. Quando a V5 menciona “ (...) *todo o casamento foi assim* (...) ”; ou a V2: “ (...) *sofri muito durante anos* (...) ”; ou a V7 “ (...) *foi durante anos muito violento* (...) ”; ou a V8: “ (...) *foram 25 anos e cheguei ao limite* (...) ”. Podemos estar aqui perante situações em que os agressores perpetraram os comportamentos agressivos para com as vítimas durante décadas ou mesmo durante todo o período em que coabitaram maritalmente. Mediante a exploração dos processos foi possível constatar que as vítimas na maioria dos casos, mantiveram e prolongaram relações conjugais praticamente sempre disfuncionais pelos mais diversos motivos, quer por dependência económica, afetiva ou

mesmo a própria situação de vulnerabilidade psicológica da vítima. Esta questão da dependência permite-nos relacionar com a teoria que identifica o modelo patriarcal com o homem como provedor com uma condição favorável à ocorrência de VD (Ferreira, 2005)

Dissecam-se agora os indicadores “ameaça à vida” e “intensidade”, sobre os quais foi possível obter dados da análise documental, das entrevistas e da observação.

Sobre a informação que consta nos processos, foi possível averiguar em relação as vítimas que estas na sua maioria demonstraram sentimentos de ameaça à sua integridade física, assim como foi possível constatar isso das suas atitudes quando estavam na presença dos técnicos e técnicas da equipa técnica.

No que se refere às entrevistas, e dando voz às vítimas, grande parte refere que sentiam, algumas ainda sentem, medo dos agressores e dos seus comportamentos, como V3 “*eu tinha medo dele “ou, “era violento”; “Batia, ralhava e não havia diálogo”*”. A V7 associa os comportamentos do agressor ao consumo de estupefacientes ao dizer que “*foi as drogas e era muito violento*”. Relembrando a interpretação interacionista (Dias, 2010), cada interação que ocorre tem um determinado significado atribuído pelos atores sociais para determinada mulher um ato violento pode ser percecionado como impensável, para outra pode ser admitido como normal e desculpabilizado por um fator, como aqui o consumo de drogas. Noutra situação e por forma a aferir o indicador “ameaça à vida”, refere a V21: “*Não estou morta porque tive muita ajuda*”.

Quanto ao indicador da “reincidência” de acordo com as perspetivas feministas, a manutenção dos atos de violência com as mulheres no seio familiar, poderá ser explicado pelo apoio das instituições legais, políticas, económicas e religiosas, isto porque simultaneamente reconhecem ao homem a sua autoridade e dominação sobre a vítima e em alguns casos aprovam o uso da força (Dias, 2010).

As vítimas assumem já terem retirado queixas-crime e desistido delas quando a legislação ainda o permitia, como nos apresenta a V9 e V21: “*(...) Cometi o erro de retirar a queixa e nunca mais (...); (...) Já retirei queixa há muitos anos e não volto a fazê-lo (...)*”. A análise deste aspeto torna-se mais perceptível ao investigar os dados recolhidos dos processos sendo que em 12 casos já havia antecedentes criminais, dos quais 3 casos com reincidência e já condenados pelo mesmo crime de violência doméstica.

Ainda na análise efetuada e do que foi sendo possível observar e anotar do P3, verificou-se uma atitude de desculpabilização e minimização dos seus atos, tal como a atitude ambivalente da vítima do P17 simultaneamente a lamentar os condicionalismos do agressor e a necessidade deste não reiterar os seus comportamentos violentos, podendo estes ser elementos desencandadores de comportamentos reincidentes. No oposto das condutas que podem levar à reincidência, analisou-se as posturas dos intervenientes do P11 e P12 demonstrando esforços

no sentido de reorganizarem as suas vidas de forma diferente. A vítima do P12 coloca-se numa posição positiva perante a medida, referindo que passou a ter vida mais organizada e sem sobressaltos, e nunca mais ter sido incomodada pelo agressor.

Passar-se-á agora a analisar os indicadores que aludem às “repercussões na vida social, no emprego e na família”. A exploração destes indicadores foi possível devido à recolha de dados em todas as técnicas metodológicas aplicadas nesta investigação, entrevistas, observação e análise documental.

Quanto ao primeiro indicador, respeitante ao impacto na vida social dos e das intervenientes com as questões relacionadas pelo processo de VD, foi possível apurar que maioritariamente as vítimas e os agressores, não consideram ter problemas na sua vida social que estejam relacionados com o processo, nomeadamente quando a V3 refere: *“Não tenho problemas na vida normal”*, V4: *“Socialmente e pessoal não faz diferença”*; V8: *“Eu faço uma vida normal”*, V9: *“Não, porque no meio onde vivo é pequeno e toda a gente sabe”* ou no que respeita aos agressores, o A5: *“Nos amigos, alguns sabem, outros não”* ou o A12: *“Com os amigos, eles sabem e tudo bem, eu expliquei o que era”*.

A equipa técnica apresenta uma perspetiva relativamente diferente, pois entendem que o processo de VD pode gerar alguns sentimentos inibidores e provocar impactos sociais no quotidiano dos agressores e vítimas, nomeadamente estigmatização e por vezes em certos casos a exclusão dos agressores de certos aspetos do dia-a-dia, isto porque por exemplo o T2 entende: *“ (...) Em alguns casos esta medida cria uma esfera de inibição e vergonha (...) ”*.

Os dados resultantes da análise dos processos e da observação permitiram verificar que quanto às repercussões na vida social o agressor do P8 apresenta uma situação bastante fragilizada por motivos de saúde e insuficiência de recursos económicos.

Há alguns casos porém em que se assinalam problemas: no caso do P10 a vítima evita sair de casa por receio do agressor, tal como verbaliza aos técnicos e técnicas em cada visita efetuada. Os agressores por vezes também apresentam situações complicadas como foi o caso presente no P12, onde o A12 ficou com um enquadramento familiar complicado no início do cumprimento da medida, ficando a pernoitar na rua ou com amigos porque o decurso do processo de VD deixou-o sem habitação.

Em relação ao segundo indicador, alusivo às repercussões no emprego dos agressores e vítimas no âmbito do processo de violência doméstica, daquilo que foi possível apurar das entrevistas das vítimas, não se conseguiu recolher nenhum dado significativo e concreto relativo a possíveis repercussões no seu local de trabalho na efetiva procura de emprego, derivado do processo de VD. Referem sim impactos relacionados com a utilização dos equipamentos propriamente dita, como por exemplo que *“apita no trabalho (...) causa embaraço mas só com os utentes”* V4 ou *“quando estou fora enerva-me porque está a apitar”*V11.

Em dois processos os agressores aproximaram-se por várias vezes excessivamente da vítima alegadamente por motivos profissionais mas informando sempre os técnicos e técnicas da VE.

Outra questão diz respeito à vítima do P9 em que por vezes não utiliza o equipamento no trabalho porque alegadamente a incomoda, tal como foi possível observar numa das deslocações ao seu local de trabalho. Para o agressor do P16 a utilização da VE é encarada como um incentivo à possibilidade de reorganizar a sua atividade profissional. Em jeito de conclusão deste indicador, o agressor do P18 permitiu observar nos seus comportamentos e atitudes demonstradas aos técnicos e técnicas que não sente qualquer tipo de estigmatização devido à sua situação processual no seu local de trabalho.

O próximo indicador relacionado com as “repercussões na família”, remete-nos para um assunto que nos trouxe dados mais significativos para a investigação. As vítimas são unânimes no entendimento de que o processo de violência doméstica acarretou para as suas vidas complicações, não só para elas, como para os seus filhos e filhas e familiares mais próximos. Segundo a V7 “*Tentei tudo para resolver*”, ou seja, a entrevistada entende que fez todos os possíveis para que o seu relacionamento prosseguisse na esperança da resolução do problema. Ainda a V9 refere que a sua vida familiar em conjunto com o agressor era condicionada pelas atitudes do mesmo, ao referir: “*Não tinha vida própria*”. Já a V11 considera que a sua qualidade de vida se deteriorou depois do processo de VD, dizendo “*A minha vida piorou porque me afastou dele*”. Neste caso é relevante referir que esta vítima em concreto assume uma dependência económica e afetiva face ao agressor. Esta dependência é uma das características identificadas no perfil das vítimas de violência doméstica, isto porque a maior parte das vezes, estas não têm quaisquer recursos e dependem inteiramente dos companheiros (Dias, 2004). A dependência afetiva pode estar aliada à económica, como sucede neste caso.

Em relação aos agressores a posição destes no que respeita a este indicador, nos casos em que existe, é de se manifestarem arrependidos e reconhecendo as alterações familiares que a situação do processo VD causou, como o A12 refere: “*Estou arrependido pelos meus filhos*”. O fato pelo qual os agressores demonstram estar arrependidos corresponde segundo Machado (2003) a um dos elementos respeitantes ao perfil do agressor, onde a culpa e os remorsos fazem parte do processo dos sucessivos pedidos de desculpas às vítimas.

Entretanto, noutros casos os entrevistados demonstram estar inconformados com a sua situação processual, uma vez que foram grandes as alterações familiares que sofreram, como é testemunho disso o A4 ao dizer: “*Não deviam deixar as pessoas como cães, sem saber se têm para onde ir, comer e dormir*”, ou o A12: “*(...) fiquei sem nada, sem casa e ninguém ajudava, fiquei no meio da rua e ninguém se importou (...)*” e ainda o A20 justificando que a sua vida familiar foi alterada: “*Sim, sabe eu tive que sair de casa e estou a viver sem eletricidade*”.

Os filhos e filhas quando existem são a principal razão de contacto entre o agressor e a vítima nos casos analisados por vezes na modalidade de intermediadores como nos diz a V11 *“os nossos filhos é que comunicam entre nós”*. Já os técnicos e técnicas entendem, que na maioria dos casos das vítimas, as suas rotinas e o seu quotidiano sofre alterações devido ao processo de VD, mas muitas vezes estas alterações são positivas porque definiram um percurso de vida autónomo. Já para os agressores, os processos de VD podem proporcionar a mudança de comportamentos como demonstra a opinião do T5: *“ (...) faz com que o agressor passe a ter outras rotinas no seu dia-a-dia e vai provocando outros hábitos (...) ”*

Sobre as repercussões na família, foi possível analisar por exemplo o caso do P3 em que o divórcio e separação de bens dos intervenientes se revelou um problema, bem como a regulação do poder paternal. O agressor considera que lhe trouxe condicionamentos à sua autonomia o regresso forçado a casa dos pais para habitar com eles. Muitos dos intervenientes foram efetivamente forçados a reorganizar as suas vidas face ao processo de VD, por exemplo o agressor do P5 passou a viver com a sua filha e o P19 foi obrigado a arranjar alternativa de morada.

No caso do agressor do P20, a regulação do poder paternal e as visitas aos filhos, que demonstra vontade em realizar, têm sido motivo de grande estabilidade emocional o que fica patente durante as visitas.

5.3.2 Segunda dimensão - atitudes e perceções

A dimensão que se apresenta a seguir é intitulada de atitudes e perceções, a qual contém concretamente três indicadores que fazem parte da estrutura do modelo de análise, a saber: “atitude face à VD”; “atitudes face ao processo-crime” e “eficácia das políticas”.

Relativamente ao indicador da “atitude face à VD” e das “atitudes face ao processo-crime”, na conceção das vítimas e de uma forma geral, a sua posição relativamente à criminalização da VD é considerada benéfica, sendo uma forma de terem conseguido uma rutura relacional e um afastamento efetivo dos agressores, tal como podemos verificar no relato da V2 *“é uma maneira de os afastar e de não baterem nas mulheres”*, onde esta vítima tenta fundamentar com o processo VD o principal motivo para os agressores se afastarem destas e não praticarem mais atos de violência.

Quanto aos agressores, apesar de manifestarem uma desculpabilização face aos comportamentos de violência, apresentam ao mesmo tempo uma postura por vezes de rejeição sobre os principais motivos para se encontram nesta situação, principalmente quando o A3 refere: *“Sinto-me revoltado comigo e injustiçado. Estou inocente; Previne e ajuda a provar*

que não fiz nada”. É possível verificar que para os agressores com esta posição de negação, a VD aconteceu imputando as responsabilidades aos outros, quer sejam a própria vítima ou familiares. Referem ainda questões mais específicas do foro íntimo do casal e do relacionamento familiar, acusando as vítimas de não cumprirem certas tarefas domésticas ou similares, como se pode demonstrar na descrição do A5: *“Não se importava com a casa e comigo. Só queria dinheiro, não fazia nada em casa”*. Esta questão monetária, analisada segundo a perspetiva da teoria geral dos sistemas, poderá explicar o motivo para que tenham existido conflitos neste casal, sendo fonte de tensão (Morgan in (Dias, 2010: 194)).

Ainda em relação à questão dos recursos, mais propriamente ao que ao dinheiro diz respeito, para a teoria dos recursos, no interior dos casais sempre que se verifica um défice de rendimentos por parte do homem, estes tendem a usar com mais frequência a força física (Dias, 2010).

Contrariamente à perspetiva da teoria dos recursos, as feministas criticam claramente estes pressupostos, considerando os mesmos uma falácia interpretativa e justificativa da assimetria de poderes entre homens e mulheres (*Ibidem*, 2010)

Dos resultados obtidos da análise dos processos e daquilo que foi possível observar, quanto aos intervenientes do P1, e de acordo com o que nos diz a teoria produzida por (Marconi e Lakatos, 2011) tendo esta técnica como principal objetivo o acumular de informações na proximidade que existe entre quem observa e quem é observado, permitiu verificar que mantêm postura adequada com o serviço e uma boa relação interpessoal com os técnicos e técnicas, acatando as orientações inerentes ao processo, não se registando ocorrências relativamente a aproximações.

Verificou-se que os agressores do P2 e P3 têm cooperado com a decisão judicial e foram recetivos em relação à VE. Porém o agressor do P3 demonstra claramente uma dificuldade de interiorização da sua conduta criminal, situação que é perceptível nas visitas e após o mesmo demonstrar reiteradamente o não reconhecimento dos seus atos.

Os agressores e vítimas do P7, P10, P13, P16 tendem a acatar esta medida. Por outro lado, o agressor do P4 e do P14 demonstraram resistência no momento da instalação dos equipamentos considerando a medida excessiva.

O caso em que a insatisfação é maior é demonstrada pelo agressor do P21, em que este apresenta grande revolta perante esta situação com comportamentos provocatórios e intimidatórios para com as funcionárias do lar de terceira idade onde está institucionalizado, situação que pode ser observada pelo técnico, não só no momento da instalação do equipamento como em outras deslocações de rotina efetuadas ao local.

Por outro lado, e numa posição contrária, no P12 foi possível averiguar uma postura de auto culpabilização relativamente à sua situação, contrariando posições típicas como as do agressor do P24, que recusa a acusação e culpabilizando e imputando as falhas inteiramente à vítima

O último indicador desta dimensão e da variável da violência doméstica sugere a discussão dos dados obtidos em torno da “eficácia das políticas públicas”. Uma vez que na análise dos processos não foi possível obter informação relevante em relação a este indicador, a informação recolhida resulta apenas do questionamento direto dos três grupos de intervenientes.

Dos discursos dos técnicos e técnicas conclui-se que na globalidade consideram que as políticas existentes no combate à VD não são ainda suficientes para a resolução do problema ou mesmo a sua atenuação. Alguns técnicos e algumas técnicas argumentam que deveriam existir outras políticas que englobassem intervenções mais abrangentes, como se verifica na explicação do T3: “ (...) *existe a necessidade de grupos multidisciplinares para agressores e vítimas (...)* ” ou do T7 que diz apenas “ *Ainda são insuficientes*”. O reforço de instituições ou locais onde se possa intervir tecnicamente com as vítimas e agressores, não só na fase anterior ao acompanhamento com VE como durante e, essencialmente depois, tendo em vista a dissuasão dos comportamentos violentos, é uma das sugestões apresentadas.

Quanto aos agressores, conclui-se que a maioria (7 em 10) consideram que as políticas públicas são na generalidade positivas e adequadas. Dos que não consideram adequadas o A19 refere que “ *é excessivo*”, possivelmente por considerar-se injustiçado com a sua situação processual e efetuar uma extrapolação na avaliação dos casos em geral. Os outros dois casos não podemos considerar que sejam críticos das políticas, a sua resposta relaciona-se com um perfil de ausência de pensamento crítico e reflexivo “*Não entendo nada disso; Não sei muito disso*”A4.

As vítimas por sua vez mencionam o carácter positivo das políticas e que se adequam às especificidades dos casos de VD, particularmente nos discursos exemplificativos da V2, V3: “*Sim, são boas*”; “*Acho que são boas*”. No caso da V4, para além de considerar igualmente as políticas positivas, exemplifica ainda referindo o apoio que tem vindo a receber da instituição APAV estar a ser importante. Por outro lado, a V9, considera que não são eficazes e que não está de acordo, pois no seu caso considera que a medida ou política mais adequada seria a prisão efetiva do agressor.

5.4. Utilização dos meios e vigilância eletrónica

A segunda variável que vai ser aqui objeto de estudo diz respeito à “utilização dos meios de vigilância eletrónica”.

A mesma foi trabalhada em três dimensões. A primeira dimensão das circunstâncias tem presente na estrutura do modelo de análise dois indicadores, que são “a decisão judicial e história da aplicação”. Por outro lado, a dimensão das “perceções dos técnicos e técnicas” engloba um número mais elevado de indicadores devido à importância que se considera ter esta dimensão para a investigação. Os indicadores desta dimensão são: “confiança na medida e confiança nos equipamentos; fatores de sucesso e insucesso; resultados práticos na vida dos intervenientes; papel dos técnicos e técnicas; complementaridade com outros meios; durabilidade da medida”.

No que se refere à dimensão da perceção dos e das intervenientes (vítimas e agressores), foram formulados igualmente o número de indicadores passíveis de recolher dados fundamentais para este trabalho, a saber: “uso efetivo; participação ativa dos técnicos e técnicas; recusa/obstáculos na utilização; obstáculos e dificuldades na utilização dos equipamentos; receio de exposição no espaço público ou implicações na privacidade; repercussões no contexto profissional; eficácia no afastamento entre agressor/vítima e alterações nas rotinas diárias”.

5.4.1 Primeira dimensão - circunstâncias

Inicia-se agora a reflexão à volta da dimensão das “circunstâncias” da VE, começando por dissecar o indicador “decisão judicial”. Para este indicador, e para sua melhor compreensão, utilizou-se unicamente a análise dos processos para a recolha de informação, pretendendo-se perceber qual o tipo de decisão judicial a que os vigiados estão sujeitos e como a mesma foi aplicada. A decisão judicial decorre inteiramente da responsabilidade do tribunal onde o processo decorre e distinguem-se duas situações: a primeira refere-se a uma fase pré-sentencial onde para acautelar os perigos eminentes derivados da situação de VD, o tribunal aplica uma medida de coação com vigilância eletrónica para a proibição de contactos entre vítima e agressor até ao início do julgamento ou até o tribunal entender continuarem a existir os pressupostos que estiveram na origem desta medida, uma vez que as medidas de coação são revistas trimestralmente. A segunda situação diz respeito a uma fase pós-sentença em que os agressores, após serem julgados, condenados e depois do trânsito em julgado da sentença, é-lhes aplicada uma pena de prisão, que praticamente na totalidade dos casos é convertida em

pena suspensa na sua execução, acrescentando uma pena acessória de proibição de contactos assegurada com aplicação dos meios de vigilância eletrónica para a sua fiscalização.

No caso concreto da equipa de VE da Guarda e de acordo com os 25 processos analisados e onde foi possível recolher informações relativamente a este indicador, foi possível concluir que em 14 (56%) casos são medidas de coação com VE. Por outro lado, os restantes 11 (44%) casos são penas acessórias onde os agressores estão proibidos de contactar e de se aproximar das vítimas pelo período a que foram condenados.

De acordo com o que consta nos processos, muitas vezes, quer em medidas de coação quer nos casos em que os indivíduos já estão condenados, estes são obrigados a frequentar consultas e programas de recuperação apropriados com variadas terapêuticas, dependendo da tipologia da sua problemática. Como por exemplo no P1, o agressor está obrigado pelo tribunal a frequentar as consultas de psiquiatria, psicologia e ação social no CRI (Centro de Respostas Integradas), toma metadona para controlo de consumos: o P17 efetua a toma da metadona, e não tem qualquer tipo de consumo de estupefacientes desde a aplicação da medida de VE, como foi possível observar em documentos médicos. Neste aspeto e de acordo com a vítima do P1, foi possível observar que esta considera uma evolução positiva no agressor. Relativamente ao P3, que corresponde ao A3, frequenta consultas no CRI para acompanhamento da problemática do álcool, tendo sido possível observar em várias oportunidades de presenças junto ao mesmo, que este desvaloriza a problemática e não admite o seu comportamento aditivo com substâncias alcoólicas. Igualmente o A8, correspondente ao P6, apresenta necessidade de intervenção terapêutica relacionada com a alcoologia, tendo já o mesmo efetuado vários tratamentos mas desvaloriza as intervenções.

No caso dos agressores do P7 e P15, estão vinculados à frequência de PAVD's (Programas para Agressores de Violência Doméstica) e frequentam também consultas de psiquiatria. No P10, foi possível recolher informação relativa à necessidade deste agressor procurar tratamento alcoólico, fator pelo qual o mesmo argumenta para não utilizar os equipamentos corretamente. Já o agressor do P11 correspondente ao A11 efetua consultas no CRI para acompanhar o seu alcoolismo mas por vezes tem sido necessário intervenções e deslocações ao local podendo observar-se a sua instabilidade e o consumo abusivo de álcool. No P12, P13 e P23 foi igualmente possível identificar os consumos excessivos de álcool nomeadamente nas deslocações efetuadas para intervenções a nível dos equipamentos.

O indicador da “história da aplicação da medida” operacionalizado na sua antiguidade vai permitir compreender desde quando é que vítimas e agressores estão a utilizar os equipamentos de vigilância eletrónica. Para este indicador e da mesma forma que o anterior, recolheu-se e analisou-se a informação proveniente dos processos dos intervenientes conjuntamente com o questionamento direto nas entrevistas aquando da história da aplicação dos equipamentos.

Posto isto, e após a análise dos dados recolhidos foi possível verificar que nos 10 agressores e nas 10 vítimas entrevistadas, para além dos outros 15 intervenientes em que unicamente foram analisados os processos, 40% utilizam os equipamentos de VE num período compreendido entre os 6 meses a 1 ano. Seguidamente em 7 (28%) casos, a aplicação da medida com VE é recente decorrendo desde 3 meses e os 6 meses. Depois existem situações com 3 (12%) casos para o período temporal entre 1 a 2 anos e outras duas situações com 3 (12%) casos para o período temporal até 3 anos. As restantes 2 situações dizem respeito a um caso em que utilizam os equipamentos de VE entre 2 a 3 anos e o outro caso já utiliza os equipamentos há mais de 3 anos. Verifica-se que os casos mais antigos são aqueles em que a utilização do mecanismo é mais descontrainda quer para vítimas quer agressores, pois familiarizaram-se com o equipamento e as idiosincrasias do seu funcionamento. Os casos recentes evidenciam maior cuidado e receio por parte da vítima que leva algum tempo a confiar no mecanismo.

5.4.2 Segunda dimensão - percepções dos técnicos e das técnicas

Passando de seguida a analisar a dimensão da “percepção de técnicos e técnicas”, inicia-se este ponto com o primeiro indicador que diz respeito à “confiança na medida”. A confiança da equipa técnica neste tipo de medida é genericamente positiva, uma vez que entendem ser um meio disponível que é satisfatório para atingir os objetivos da aplicação.

No entanto, ressalvam que existem aspetos e variáveis que podem fazer oscilar a própria medida e que devem ser melhorados e complementados com outro tipo de intervenção técnica, nomeadamente que deveria ser *“conjugado com equipas multidisciplinares para agressores e vítimas”* T3 sobretudo *“a nível emocional”* T7. Esta técnica refere que sobretudo os agressores recorrem à equipa técnica para *“desabafar”* sentindo que não têm outra pessoa para os apoiar. Mencionam ainda que para as vítimas esta medida permite um maior nível de segurança desde que os equipamentos sejam utilizados adequadamente. Esta preocupação com a correta utilização está ligada ao indicador “confiança nos equipamentos”, podendo ser analisado essencialmente através da questão 11 - *“No seu entender, como avalia a confiabilidade da tecnologia utilizada na VE e quais os aspetos que pode evoluir tecnologicamente?”*

Os técnicos e técnicas destacam que pelo facto de estarmos a falar de uma tecnologia, é comum estes equipamentos permanecerem em constante mutação e evolução, contudo, genericamente consideram a tecnologia à disposição da VE confiável, como demonstra a informação recolhida *“ (...) tem vindo a evoluir de forma positiva, é fiável na maioria dos casos (...)”* T1; *“ (...) quando utilizada corretamente é uma ferramenta importante (...)”* T3; *“ (...) a confiabilidade é boa (...)”* T5; *“ (...) Considero a tecnologia fiável (...)”* T7. As melhorias

tecnológicas assinaladas prendem-se com: o tamanho dos equipamentos que deve diminuir, aumentar a autonomia da bateria e melhorar a captação do sinal GPS, que por vezes falha. Um aspeto operacional que a equipa referiu contudo foi a disponibilidade de equipamentos que é reduzida em determinados períodos.

Destaca-se nesta questão que praticamente todos e todas referem que é fundamental o equipamento ser bem utilizado e que tal não acontece muitas vezes. Curiosamente nos casos respondentes das entrevistas deste estudo a má utilização é uma minoria.

Relacionando esta questão com o indicador fatores de sucesso e insucesso da medida, a equipa técnica considera que a correta utilização dos equipamentos pelas vítimas e agressores é um aspeto crucial que falha em alguns casos e que poderia melhorar se a tecnologia evoluísse para uma “*única pulseira (uma agressor e outra para vítima) para não depender apenas da colaboração*”^{T3}. À semelhança do que referiram os intervenientes nas entrevistas, a observação e a análise dos processos permitiu demonstrar que algumas vítimas apresentam alguma relutância em relação aos equipamentos. De acordo com o indicador dos “fatores de sucesso e insucesso”, foi possível recolher informação proveniente das diferentes técnicas de recolha utilizadas.

De salientar nesta questão que os dados recolhidos permitem dizer que praticamente todos os técnicos e técnicas encontram fatores que acham determinantes para que a oscilação entre o sucesso e o insucesso da medida, particularmente, mostram que as questões de dependência financeira por parte das vítimas para com os agressores é fator de muita relevância para a determinação das vítimas em reatar a relação como se pode constatar na resposta do T1, T2 e T4: “ (...) *o homem é o pilar da casa (...); (...)* *existe dependência financeira da vítima (...); (...)* *falta de recursos económicos (...)* ”. Nestas situações o sucesso da medida está comprometido.

Este aspeto da importância do papel do homem no seio familiar vai de encontro ao que a teoria diz em relação ao papel predominantemente de chefe de família do homem (Ferreira, 2005).

Outra questão que é transversal à maioria dos técnicos e técnicas é a existência de filhos e filhas em comum, sendo justificação para a determinação em retomar as relações. O T7 refere que em situações de maiores vulnerabilidades afetivas, familiares e sociais, podem potenciar que as vítimas fiquem perante uma situação difícil, onde o reatar da relação é a única saída viável.

Outro aspeto que poderá fazer variar o sucesso ou insucesso da medida tem que ver com o que os técnicos e técnicas consideram a falta de formação proveniente do serviço de VE, dificultando a intervenção em determinadas especificidades de cada caso, assim como nos é

possível verificar no discurso do T1: *“Apesar da falta de formação na área considero que enquanto técnico faço tudo que o processo tenha sucesso”*.

Nos processos e através da observação dos comportamentos, reações e atitudes dos intervenientes, foi possível coletar variada informação em relação a esta matéria, nomeadamente agressores que cumprem as suas obrigações da medida imposta, como no P2 e P4 por exemplo, a intervenientes com fatores que fazem diversificar-se os níveis de sucesso e insucesso. O agressor do P3 desvaloriza a necessidade de tratamento alcoólico para resolver essa problemática associada, fator pelo qual poderá ser suscetível de novos comportamentos incorretos.

Outra situação que por vezes ocorre está relacionada com a manutenção de contactos entre vítimas e agressores, situação que é assumida no P4. Porém verificam-se igualmente vítimas que demonstram comportamentos assertivos ao adotarem posturas preventivas sempre que surgem alarmes ou mensagens no seu equipamento de proteção, como é o caso no P10.

Outra questão que pode fazer oscilar os fatores de sucesso e insucesso da medida está relacionada com o interesse manifesto no reatamento das relações, como foi possível observar e analisar no P11, em que à semelhança da vítima, o agressor verbaliza e observa-se nas visitas de rotina, intenção em reatar o relacionamento, demonstrando saudades e sentimentos de arrependimento. É assumido pela vítima deste processo à semelhança da vítima do P17 a existência de uma vulnerabilidade económica e financeira o que as coloca numa posição de dependência face aos agressores.

O indicador que se segue respeitante aos “resultados práticos na vida dos intervenientes”, possibilitou agregar dados que facilitaram atestar que é comum a todos os técnicos e técnicas a conceção da melhoria da qualidade de vida das vítimas baseada sobretudo na perceção de segurança que os equipamentos de VE lhes dão, como confirma o testemunho do T1: *“ (...) para algumas vítimas a qualidade de vida melhora muito (...) ”*, para o T2: *“ (...) esta medida pode ser eficaz para garantir maior segurança às vítimas e autonomia (...) ”* e por último o T7: *“ (...) na grande generalidade as vítimas consideram que têm um quotidiano mais tranquilo e conseguem reorganizar a vida (...) ”*.

Mas apesar de se verificar esta situação, é fundamental, segundo as técnicas e os técnico, uma responsabilização das vítimas para a adequada utilização dos equipamentos, pois só assim permitem um efetivo controlo e monitorização dos movimentos do agressor e evitar possíveis aproximações.

No que concerne à análise dos processos, verificou-se que existe de facto uma alteração dos comportamentos dos intervenientes do P2, P5 e P7. A construção de novos projetos de vida bem como a sua reorganização foi possível verificar essa intenção na análise dos processos referidos.

Verifica-se ainda a existência de resistências face à separação efetiva e à desvinculação bem como a separação de bens, como foi possível comprovar no P9. Evidencia-se no P18 o caráter dissuasor da utilização dos equipamentos de VE que permitiram ao agressor alterar o seu comportamento.

No que concerne ao indicador que pretende refletir sobre o “papel dos técnico e técnicas”, particularmente foi possível reunir informações da questão 9 - *“Quais os contributos a dar, enquanto técnico e técnica, para que a medida de acompanhamento com VE tenha sucesso, e não se verifique reincidência no período posterior à medida?”* e na questão 14 - *“Dos casos que já acompanhou, considera ter sido determinante para aqueles em que a intervenção teve sucesso?”*, onde foi possível verificar de uma maneira geral, que as técnicas e os técnicos indicam que, os contributos a dar e perante as ferramentas que dispõem, passam por transmitir uma mensagem de responsabilização perante os fatos do processo e que os agressores entendam e compreendam a necessidade em encontrar alternativas de vida, por forma a ultrapassar esta situação.

Tal como diz o T7, é necessário: *“ (...) ajudar a assumir e identificar as causas da violência, e apoiar na opção de outras alternativas na resolução dos conflitos (...) ”*. No entanto, é referido pelo T1 a falta de formação ministrada pela DGRSP ou outra entidade acreditada e com competências para tal, questão que nos parece muito pertinente e à qual regressaremos.

Enquanto interlocutores diretos no processo de acompanhamento, os relatos dos técnicos e técnicas permitiriam ainda refletir e perceber melhor este aspeto que todos e todas consideram ter já contribuído de alguma forma para que a intervenção tivesse ou tenha sucesso, principalmente quando tentam interceder a nível emocional e motivacional perante vítimas e agressores para que se consiga alterar comportamentos e rotinas por forma a acabar com os comportamentos penalizadores para ambos. Estes apontamentos concluídos são possíveis confirmar nas respostas do T2, T3, T4 e T7: *“ (...) Sim, uma intervenção responsável é determinante para o sucesso do caso de VD (...); (...) Sim. Permitiu que se reorganizem emocionalmente (...); (...) Sim. A intervenção em alguns casos fez com que abram novos horizontes (...); (...) Na generalidade sim (...) ”*.

De acordo com o indicador “complementaridade com outros meios”, os técnicos e técnicas apresentam posições claras sobre aquilo que entendem ser um complemento para acoplar à utilização dos meios de VE na aplicação da medida pelo tribunal, principalmente através de outras intervenções técnicas mais abrangentes e especializadas.

Não obstante, os técnicos e técnicas identificam os aspetos em que conjugados com a VE poderiam funcionar com mais sucesso na evolução dos casos, como podemos verificar na resposta do T7 *“ (...) A VE faz parte da questão que é o aspeto físico. A nível emocional devem ser complementadas com intervenção técnica especializada, havendo programas específicos*

(...) ”, ou ainda o T3 “ (...) *conjugado com equipas multidisciplinares para agressores e vítimas* (...) ”.

A análise dos processos faz transparecer informações e orientações que vão de encontro ao que foi dito anteriormente, ou seja, a complementaridade do acompanhamento com outros programas mostra-se essencial para o sucesso da medida e para a possível resolução dos conflitos. Foi possível verificar que existem vítimas a ser acompanhadas pela APAV, como a do P2, e outras que são orientadas e aconselhadas a solicitar esse apoio uma vez que demonstram receio relativamente ao agressor, caso da vítima do P5. Os agressores por vezes manifestam vontade em frequentar quer os programas de desabilitação alcoólica quer os PAVD como é os casos do P11, P18, P21.

Como último indicador da dimensão da perceção das técnicas e dos técnicos, surge “a durabilidade da medida”, aspeto que foi possível analisar mediante a interrogação direta aos técnicos e técnicas na questão 15 - “*Na sua opinião e de acordo com a experiência dos processos que seguiu ou segue, o que vem a seguir à VE? A resolução do problema ou teria que haver VE para sempre?*”.

Pretendia-se abordar umas das discussões fundamentais do ponto de vista desta investigação, sobre o que fazer no momento em que o processo judicial fica resolvido, sejam os agressores condenados, absolvidos ou sujeitos a outro tipo de injunções.

Neste aspeto, os técnicos e técnicas foram bastante objetivos nas abordagens à questão, pois enunciaram várias diretrizes a seguir de acordo com as suas opiniões, considerando que se deve “*pensar o antes de a seguir à vigilância*” T1. Desde possibilitar ao agressor uma reintegração social com apoio no aspeto profissional e pessoal, a manter a VE até ser feita uma avaliação do risco por parte de equipas especializadas de técnicos e técnicas, “*A VE nos casos de VD deve manter-se até a avaliação do risco ser diminuta. A intervenção técnica deve prolongar-se no tempo, permitindo consolidar adoção de comportamentos normativos*” T3. São algumas das estratégias ou métodos que poderiam ser adaptados, tal como comprovam os depoimentos dos técnicos e técnicas T1: “*(...) dar-lhe apoio necessário para a sua vida, profissional, familiar e saúde* (...) ” e, ou por último da T7: “*Por vezes propomos vigilância mais algum tempo. Noutros casos sugerimos a retirada dos equipamentos de VE*”.

Aquilo que foi possível obter da análise dos processos e da observação aos intervenientes, leva de encontro à perspetiva que a grande maioria das vítimas pretende dar continuidade à utilização dos equipamentos o mais tempo possível, isto porque a vítima do P2, demonstra vulnerabilidade e quer continuar com os equipamentos de VE, tal como a do P4 e do P13, vítimas estas que demonstram muitas reservas no momento da retirada dos equipamentos em relação ao agressor e aos seu comportamento.

5.4.3 Terceira dimensão - percepção dos intervenientes (vítimas e agressores)

Esta dimensão acarreta indicadores que permitiram a recolha de dados provenientes das três técnicas em análise neste trabalho, a relembrar, entrevistas, análise documental e observação.

Analisando os dados recolhidos das entrevistas dos agressores relativamente ao indicador “uso efetivo”, foi possível o confronto do tipo de comportamento que estes demonstram em relação, não só ao uso dos equipamentos no dia-a-dia, como o uso adequado.

Quanto ao uso dos equipamentos, verifica-se que enquanto alguns agressores entendem e manifestam posturas de uma boa utilização dos mesmos noutros casos os agressores reconhecerem que por vezes quando estão no período da sua atividade laboral, não transportam o equipamento junto a si, como foi possível averiguar pelo relato do agressor A2: *“no trabalho ando com ele no bolso e às vezes fica na carrinha perto de mim”*, ou ainda pelo que nos disse o A12: *“Às vezes no trabalho não trazia no bolso e vocês ligavam -me para ir buscá-lo ”*.

Noutros casos os agressores referem que os equipamentos lhes causam transtorno por que não podem ir para determinados sítios trabalhar como diz o A8 *“Só no trabalho é que faz mais transtorno, porque não posso ir trabalhar para certos sítios”*.

Quanto às vítimas foi possível obter informações de vários tipos às quais se podem chamar ambivalentes, ou seja, apuraram-se dados que apontam no sentido de vítimas que usam sempre o equipamento e de forma adequada, outros casos que referem usar apenas em algumas situações admitindo que já se deslocaram para localizações distintas sem se fazerem transportar pelo equipamento que lhes permite a sua proteção.

Estas situações podem verificar-se na questão 24 - **“Alguma vez entendeu não ser necessário a utilização do mesmo para sua proteção e não transportou consigo? Porquê?”**, nos casos em que usam efetivamente e corretamente o equipamento, nomeadamente quando a V2 refere: *“Ando sempre com ele. Sempre na carteira junto ao telemóvel”* ou a V3: *“Não, ando sempre com ele”*, ou a V5: *“Não. Eu levo sempre. É a primeira coisa que coloco na carteira”* e por último a V19: *“Não, ando sempre com ele e nunca pensei deixar em casa”*. Com uma postura consideravelmente diferente encontram-se as vítimas em que admitem já ter deixado o equipamento em casa intencionalmente, como refere a V4: *“Sim, já deixei o equipamento em casa e encontrei-me com ele, para ver o filho e levar alimentação”*.

As técnicas e os técnicos têm a percepção da existência de vítimas que intencionalmente não utilizam os equipamentos ou não o transportam consigo, mesmo que estas não admitam essa situação, pois caso as mesmas deixem o equipamento em casa, por exemplo, é de difícil

avaliação para os técnicos e técnicas perceber se o equipamento está com elas ou não. Os discursos dos técnicos e técnicas aludem em vários pontos a essas situações da má utilização dos equipamentos ou o seu não transporte, como refere o T1: *“as vítimas não utilizam corretamente o equipamento”*, ou o T4: *“Dependendo das vítimas há má utilização dos equipamentos, não os transportando consigo”*.

Por forma a completar esta reflexão em relação a este indicador, daquilo que foi possível avaliar da análise dos processos, pode concluir-se que de forma geral utilizam os equipamentos corretamente, como nos casos do P1, P2, P3, P8, no entanto, existem exceções e muitos aspetos a melhorar na responsabilização das vítimas sobretudo.

A vítima do P17 refere não transportar por vezes o equipamento, por considerar desconfortável, comportamento que pode colocar a sua segurança em causa. Observa-se e é motivo de intervenções e repreensões aos agressores por vezes, pelo fato de se afastarem do equipamento ou não o colocarem a carregar devidamente.

O indicador seguinte do “sentimento de segurança” foi aplicado apenas às vítimas uma vez que são estas objeto de proteção pela medida aplicada pelo tribunal. Não obstante, foi possível recolher uma posição de um agressor que entende sentir-se mais seguro por utilizar os equipamentos, situação que se explica mais adiante.

Quanto às vítimas e daquilo que foi possível investigar dos seus discursos, conclui-se que praticamente na totalidade dos casos, sentem maiores níveis de segurança no seu quotidiano após a instalação dos equipamentos de VE, como narra a V4: *“Acho que a pulseira foi muito bom”*, a V11: *“ Por segurança a gente está melhor”*, a V2: *“Sinto-me segura”*, ou a V7: *“Sim. Tenho mais segurança com os equipamentos”*.

Relativamente ao A13 que afirmou sentir-se com mais segurança com os equipamentos, pode explicar-se pelo facto de este se sentir monitorizado e controlado pelos meios de VE, possibilita que consiga manter um comportamento equilibrado e ser dissuadido das aproximações ou eventuais conflitos com a vítima, ora por sua vez entende que por isso se sente mais seguro, ao dizer *“Foi a melhor coisa que me aconteceu, assim cumpro regras”*.

Em relação ao que sabemos dos processos e do que foi possível avaliar, é praticamente unanime a posição das vítimas em referirem que se sentem mais seguras, motivo pelo qual, não quer dizer que não seja perceptível observar alguns sentimentos de receio. A vítima do P1, P3 e P9, está mais segura e manifesta que a tecnologia em causa lhe tem permitido manter um quotidiano mais tranquilo, tal como foi possível verificar no P10.

Por outro lado, vítimas do P20 e P22 exprimem e foi possível observar, que mesmo com os equipamentos de VE não se sentem totalmente em segurança, onde uma delas numa situação

de aproximação do agressor afirma ter sido empurrada por este, pelo que foi necessária intervenção dos OPC solicitada pela equipa de VE.

Outra questão abordada pelas vítimas refere-se ao momento em que será a discussão da regulação do poder paternal, no caso de existirem filhos, e da divisão dos bens, momento do agudizar da tensão e do risco, o que tem sido possível verificar pelos técnicos e técnicas ao longo dos anos em que este tipo de medida é aplicada.

O indicador “participação ativa dos técnicos e técnicas” pretende compreender essencialmente a opinião das vítimas e agressores relativamente à atitude dos técnicos e técnicas perante as suas situações e se participam ativamente e interventivamente com vista à resolução do problema.

No caso dos agressores e depois de analisadas as respostas à questão 22 - *“Sente apoio por parte dos técnico e técnicas para ter todo o tipo de apoio relacionado com a utilização dos equipamentos?”* e da questão 23 - *“Sente que a equipa técnica o apoia neste processo?”*, verifica-se uma opinião positiva dos agressores indicando de uma maneira geral que sentem apoio por parte dos técnicos e técnicas, como se demonstra nos discursos do A8 e o A11: *“Sim, não posso dizer o contrário. Sempre me apoiaram. Ligo para vocês quase todos os dias para tirar dúvidas”, “Tenho tido muito apoio em tudo e já cá vieram falar comigo várias vezes”*.

Apesar de manifestarem atualmente esse sentimento de apoio, em alguns casos referem que no início do cumprimento da medida foi um relacionamento mais complicado pois não compreendiam qual era a função dos técnicos e técnicas para o cumprimento da medida, como nos relatou o A4 *“Poucas vezes, no início pensava que queriam prejudicar-me, só falavam quando ia a tribunal. Agora já está melhor, mas ajudam mais a ela do que a mim”*, ou o A3: *“Sabe que no início não foi fácil. Era mais uma coisa a nível do processo, depois foram vendo quem eu era e ajudaram”*.

Em relação ao que as vítimas acham acerca desta situação, e após averiguação dos seus discursos, foi possível chegar à conclusão que todas entendem ter apoio dos técnicos e técnicas quer em relação ao processo propriamente dito, V8 e V9 *“Sim, têm ajudado em tudo; Sim, tenho sido muito bem apoiada, questões que poderiam ser complicadas, depois de falar ficaram simples”*, quer em relação ao esclarecimento sobre a utilização dos equipamentos, como informou a V3, V5, V8 *“Sim. Os técnicos e técnicas sempre me ajudaram a funcionar com os equipamentos; Fui informada na instalação e qualquer dúvida ligo e sou informada; Senti apoio e ajuda no funcionamento do equipamento, principalmente no início”*.

Quanto a esta questão dos equipamentos, as vítimas referem que no momento da instalação as técnicas e os técnicos explicaram o funcionamento dos mesmos, no entanto no decurso da medida vão surgindo dúvidas que vão sendo explicadas por estes. De salientar ainda a posição ligeiramente diferente de algumas vítimas relativamente ao apoio que obtiveram por

parte da equipam técnica do serviço de vigilância eletrónica, designadamente quando a V7 expressou: *“No início não tive tanto apoio”*, ou a V2: *“Eu tinha advogada que ajudou. A coordenadora e os técnicos e técnicas ajudaram em algumas coisas”*.

No que alude à posição dos técnico e técnicas daquilo que entendem ser o seu papel ativo e participativo no relacionamento com as vítimas e agressores não só relativamente aos equipamentos, mas de uma forma geral, foi possível detetar nos seus discursos entenderem ter uma posição interventiva, esclarecedora e preventiva, fundamentada pela opinião do T2: *“Uma VE responsável e rigorosa tratar as pessoas de forma correta”*, ou a posição do T3: *“Discurso preventivo, educativo, corretivo e fiscalizador, conjugado com as obrigações do tribunal”*.

Da observação e dos processos foi ainda possível apurar mais algumas informações que permitem corroborar o que foi dito anteriormente em relação a este indicador, sobretudo na relação que os agressores e vítimas mantêm com os técnicos e técnicas, que na grande maioria se traduz numa relação cordial e apropriada.

Os dois indicadores que se seguem “recusa/obstáculos na utilização dos equipamentos” e “obstáculos e dificuldades na utilização dos equipamentos” serão objeto de estudo em simultâneo por se entender que se interligam e são transversais às questões das entrevistas que permitiram obter dados relativamente a estes aspetos, apesar do indicador da recusa estar mais direcionado para os técnicos e técnicas.

No que concerne às vítimas, 4 delas encontram obstáculos na utilização dos equipamentos de VE, quando refere a V2: *“Sim. Deixei de ir a casa da minha mãe que é onde ele vive”* ou a V4: *“Apita no trabalho, mas os colegas sabem da situação”*, este aspeto da emissão sonora do equipamento quando transmite algum tipo de mensagem (bateria, GPS) ou alarmes de aproximação, parece ser um dos obstáculos que as vítimas mais referem. No sentido oposto, as restantes referem que não encontram obstáculos na utilização dos equipamentos como nos dizem a V3, V5, V19: *“Não tenho problemas”*; *“Não. Nunca tive qualquer tipo de problema”*; *“Não tenho problema porque os meus amigos sabem. No trabalho tudo corre bem”*.

O indicador das dificuldades foi explorado mediante a questão 22 - *“Quais as suas maiores dificuldades na utilização dos equipamentos de VE, e como acha que poderiam funcionar melhor?”*. Esta questão permitiu perceber que entre as 10 vítimas entrevistadas, 7 manifestaram não sentir qualquer dificuldade na utilização dos equipamentos, nomeadamente na compreensão das mensagens e dos alertas que surgem no seu equipamento, como diz a V2, V5 e V8 por exemplo: *“Não tenho dificuldades; Nunca tive dificuldade; Não tenho problemas. Às vezes a bateria manda mensagens”*.

As restantes mencionam que têm poucas dificuldades ou tiveram no início da utilização dos equipamentos, sendo que uma delas refere que tem dificuldades em efetuar e atender chamadas telefónicas através do equipamento, pelo que recorrentemente utilizam o telemóvel

para aceder ou efetuar contactos com a equipa de VE. Existe uma situação que é transversal a todas vítimas e que é apontada pelas mesmas, que tem que ver com a autonomia da bateria do equipamento, como exemplificativamente diz a V7: *“A bateria deveria durar mais e ter mais autonomia”*.

Nos processos e no decurso da aplicação da técnica da observação foi possível concluir que os aspetos referidos nas entrevistas são basicamente os mesmos que foram abordados nos processos. Os intervenientes consideram que os equipamentos têm pouca autonomia e sugerem que deveria ser necessário efetuar menos carregamentos, referindo ainda a questão das falhas de GPS que faz com que o equipamento emita sinais cada vez que essa falha surge.

Outra das situações considerada como obstáculos relaciona-se com o que consta no P19 em que a vítima manifesta intenção em abordar o agressor telefonicamente para resolver alguns assuntos com este, o que vai impedir a efetiva proibição de contactos a que está obrigado o agressor pelo tribunal.

Já o agressor do P21 mostra-se incapaz de carregar o equipamento no seu local de residência uma vez que este não possui energia elétrica, aspeto que foi igualmente referido nas entrevistas.

Quanto às dificuldades que os intervenientes apresentam na utilização dos equipamentos referem-se essencialmente à dificuldade em responder ou efetuar contactos telefónicos a partir do equipamento de VE, sendo que a maior parte das vezes esses utilizam-se o telemóvel, situação que se pode verificar, não só pela análise dos P21 e P23, como pela observação efetuada durante o acompanhamento.

Quanto à recusa na utilização do equipamento avaliou-se este indicador mediante a questão 24 - *“Alguma vez entendeu não ser necessário a utilização do mesmo para sua proteção e não transportou consigo? Porquê?”*. Aqui duas das vítimas denotam posições diferentes em relação às demais, ou seja, uma delas assume que já deixou o equipamento em casa e não se fez transportar com ele intencionalmente, por forma deslocar-se para junto do agressor, pois para a V4: *“Sim. Já deixei o equipamento em casa para o meu filho poder ver o pai”*, tendo sido uma atitude que a poderia ter colocado em risco perante a exposição ao agressor. A V11 refere que só transporta o equipamento consigo por que é imposto pelo tribunal, isto acontece porque neste caso vítima e agressor pretendem reatar a relação, logo os equipamentos são um forte obstáculo a essa vontade manifesta de ambos, tal como narra: *“Não porque não posso. Só não deixo em casa por causa do tribunal. Por mim andava sem ele, tenho a certeza que ele não me faz mal nenhum”*.

As restantes vítimas manifestam claramente vontade em levar sempre consigo o equipamento, uma vez que sentem maiores níveis de segurança podendo comprovar-se essas posições através do que disseram a V3, V5, V8 e V9: *“ (...) ando sempre com o equipamento*

(...)”; *“Não. Eu levo sempre”*; *“Não. Ando sempre com ele”*; *“Não arrisco mesmo sair sem equipamento”*.

Os agressores dizem que os equipamentos não lhes causam nenhum tipo de obstáculo na sua utilização, apesar de ao mesmo tempo referirem a questão dos sons emitidos pelo equipamento ou pelo facto de não poderem deslocar-se para determinados locais próximos da vítima. O A8 menciona expressamente que analisa os equipamentos como um obstáculo para não poder realizar tarefas profissionais em determinados locais, *“Só no trabalho é que me faz mais transtorno porque não posso ir para certos sítios trabalhar”*.

Quer o A19, quer o A20, referem igualmente que foi devido à utilização dos equipamentos de VE que tiveram que modificar rotinas e comportamentos da sua vida, nomeadamente o A12 a dizer que *“Não tenho problemas em andar com isto”*, ou quando o A19 expressa a sua posição perante os equipamentos: *“Por vezes faço alterações dos meus percursos”*.

Quanto à recusa na utilização, neste aspeto os agressores têm noção das suas obrigações em utilizar sempre o equipamento e fazer com que este esteja sempre carregado, bem como aceder aos contactos efetuados pelos técnicos e técnicas da VE, pese embora, por vezes verifica-se o não cumprimento destas obrigações sendo reconhecido por alguns agressores, como são os casos do A2, A4, A12 *“ando sempre com ele no bolso e outras vezes fica na carrinha perto de mim”*; *“(…) às vezes é a bateria, um homem fica sem saber onde carregar e depois vocês ligam e ficamos nervosos (...)”*; *“às vezes no trabalho não trazia no bolso e ligavam-me para ir busca-lo”*.

No que diz respeito às dificuldades que estes sentiram ou sentem na utilização dos equipamentos, pode verificar-se que praticamente todos os entrevistados referem não ter dificuldades na utilização dos equipamentos, com exceção do aspeto que é mencionado por quase todos os agressores na questão técnica da bateria e das falhas de GPS, como podemos verificar pelos discursos do A8, A11, A2 e A19: *“Não tive grandes dificuldades”*; *“Nunca tive dificuldade”*; *“A bateria dura pouco tempo”*; *“As maiores dificuldades é ter que andar sempre a carregar a bateria e a falta de GPS”*.

No entendimento dos técnicos e técnicas, a má utilização dos equipamentos quer pelas vítimas quer pelos agressores, é um dos obstáculos ao correto funcionamento da medida de acompanhamento com VE, bem como uma falta de responsabilização dos intervenientes e encararem este tipo de medidas como uma questão importante na alteração dos seus percursos de vida e comportamentais. Tal como já referido na análise de outros indicadores, é a desvalorização da vítima e não transportar o equipamento, bem como o afastamento dos equipamentos e a falta de resposta a contactos dos técnicos e técnicas por parte dos agressores que correspondem aos obstáculos e à má utilização dos equipamentos.

De acordo com os processos, foi possível verificar esta situação da recusa na utilização dos equipamentos estando patente na análise do P4 e do P21, onde no primeiro processo, a vítima muitas das vezes recusa-se a utilizar o equipamento, apresentando uma posição ambivalente em relação à medida. No caso da vítima do P21, esta pode dizer-se que recusa o transporte do equipamento, inclusive mesmo de efetuar os carregamentos alegando que este consome muita energia.

Outro aspeto importante a analisar no possível impacto que a utilização dos meios de VE possa ter nas vítimas, relaciona-se com o indicador “receio de exposição no espaço público ou implicações na vida privada”. Este indicador foi somente analisado mediante os dados obtidos das entrevistas e dos processos/observação, visto que nas entrevistas dos técnicos e técnicas não constava informação relevante, motivo pelo qual foi considerado fundamental questionar diretamente os técnicos e técnicas.

Após as entrevistas efetuadas, as vítimas disseram na sua grande maioria que não têm qualquer tipo de problema quando estão expostas em espaços públicos ou no foro da sua vida privada, como comprova o discurso da V3, V5 e V8: *“Não tenho problemas na vida normal”*; *“Sim, sim. Ando na rua à vontade”*; *“Eu faço uma vida normal e já saio com amigas. Vou a todo lado”*. Pese embora, sabe-se e também pode verificar-se no discurso de algumas vítimas que em certas situações, sentem-se incomodados principalmente em espaços públicos com os sinais sonoros que o equipamento emite, como prova o que diz a V11: *“quando estou fora enerva-me porque está apitar, no hospital e no médico”*.

A maioria dos agressores demonstram nas entrevistas sentimentos idênticos aos das vítimas ao referir que não sentem grandes problemas nem têm receio de exposição pública perante a sua situação, como narra o A2, A5: *“Noutros sítios não tenho problemas, quando apita já sei o que fazer”*; *“Os amigos, alguns sabem outros não”*, ou ainda o A13 ao dizer *“ (...) tanto colegas como no café, todos sabem e às vezes até brincam comigo (...)”*.

Não obstante, em dois casos, os agressores manifestaram outra posição ao relatarem que se sentem transtornados derivado aos equipamentos, como demonstra o A19 dizendo *“Os sons dentro dos locais públicos causam-me embaraço”*.

Pelo que foi possível deduzir da análise documental e da observação a vítima do P17 demonstra grandes vulnerabilidades a nível pessoal e nos momentos em que permanece em espaços públicos. Quanto à vítima do P7 sente-se desconfortável com a situação em que o agressor tem que visitar os filhos de ambos.

Sobre o indicador das “repercussões no contexto profissional”, apuraram-se dados a partir das entrevistas dos agressores e vítimas bem como dos processos/observação à semelhança do indicador anterior, não recolhendo dados dos técnicos e técnicas por não conterem informações que se considerassem relevantes para este elemento de análise.

Com exceção do A8 que refere: *“Só no trabalho é que me incomoda porque não posso ir para certos sítios trabalhar”*, todos os outros dizem claramente que não apresentam qualquer tipo de problema no seu local de trabalho devido a utilização e funcionamentos dos meios de VE, como dizem por exemplo o A4, A5 e A12: *“No trabalho não.”*; *“Não, não, no trabalho não tenho problemas e em casa também não”*; *“Não, no trabalho ando sempre com ele, nunca tive problemas”*.

Do lado das vítimas, estas também referem que no local de trabalho, não têm problemas de maior, pois contam que colegas e responsáveis na maioria das vezes sabem das suas situações. Já a V21, diz que *“É assim, no trabalho nem toda a gente sabe”*, que pode ser sinónimo da vontade da vítima em manter assim a situação perante os colegas de trabalho.

Por forma a poder medir e avaliar os níveis de “eficácia no afastamento entre vítima e agressor” com utilização dos equipamentos de VE, recolheram-se dados de todas as fontes metodológicas consideradas para este trabalho.

Em relação às vítimas e do que proveio das suas entrevistas, foi possível verificar que todas entendem ser o tipo de medida adequada para estas situações uma vez que permitiu como diz a V2: *“É uma maneira de os afastar e de os homens não baterem nas mulheres”*, a V3 *“Acho que são boas”* e a V4 *“(…) a pulseira foi muito bom (…)”*. Ainda que a V9, ache a medida com VE insuficiente, relatando que *“A mim não é o mais eficaz. Acho que devia ir preso”*.

Outro ponto de vista que pode ser analisado e que teve como principal elemento causador dessa situação tem a ver com a reorganização das suas vidas, inclusive a possibilidade novas relações conjugais, assim como nos refere a V5: *“Estou satisfeita. Permitiu a minha autonomia e reorganizar-me e já arranjei um novo companheiro”*.

Constatou-se ainda que a V21, mesmo com os equipamentos continua a ter medo e *“só tem sossego quando ele está em Aveiro”*.

Verificou-se novamente neste indicador, à semelhança do que analisou a “durabilidade da medida” na dimensão da “perceção dos técnicos e técnicas”, que certas vítimas apresentam alguma apreensão no momento da possível retirada dos equipamentos, prova disso foi o que disse a A21: *“Tenho receio de quando retirar o equipamento”*.

Este indicador permitiu ainda compreender que os agressores pensam que de certa forma a medida está a ser positiva para a sua vida em geral, nomeadamente ao atuar como atenuadora de possíveis aproximações ou novos comportamentos violentos, sendo que podemos observar esta questão nas declarações do A2: *“Acho que é a melhor coisa”* ou o A13 *“Foi a melhor coisa que me aconteceu”*. Segundo os seus discursos, os agressores reconhecem que os equipamentos lhes permitiram repensar comportamentos e atitudes, possibilitando encarar uma reorganização das suas vidas de forma mais estruturada, afastando-os, vítima e agressor,

sem que possa haver comportamentos inadequados. Para o A5 os meios de VE são eficazes no afastamento porque: *“estamos proibidos de estarem perto e de contactar. Estão todos em segurança”*.

Apesar de não existirem posições totalmente homogêneas, para o A4 *“Não é o meio mais eficaz”*, isto porque este agressor refere que as vítimas têm a possibilidade de não transportar o seu equipamento e aproximarem-se destes.

Neste âmbito, a conceção dos técnico e técnicas emergiu de uma forma unanime, onde, apesar de entenderem que a medida não permite garantir com total certeza o afastamento e evitar os comportamentos violentos por partes dos agressores, continua a ser ainda o meio mais eficaz, tal como comprova a resposta do T1: *“ (...) até à data é (...) ”*, e do T3: *“ (...) é o que acautela melhor neste momento o risco (...)”*.

Por conseguinte, da análise efetuada aos processos pode verificar-se na opinião geral e sem particularizar, este tipo de medida tem proporcionado o afastamento entre vítimas e agressores, e muitos deles reorganizarem as suas vidas, tal como foi possível observar no P1.

A vítima do P2 refere que nunca mais foi perturbada pelo agressor, proporcionando-lhe uma desvinculação efetiva da relação conjugal que mantinha com o agressor. Situação idêntica foi possível examinar no P3.

Contrariamente a estas posições, e comprometendo o afastamento entre os intervenientes, percebeu-se o comportamento da vítima do P4 em que esta adota um comportamento de risco em deixar equipamento em casa e deslocar-se para junto do agressor.

No caso do P11 e do P17, verifica-se que não tem havido aproximações entre vítima e agressor, apesar de no momento da instalação dos equipamentos, as vítimas demonstraram muito receio em relação ao agressor e no efetivo afastamento do mesmo, tendo sido casos sinalizados com alto risco para o acompanhamento.

O último indicador do modelo de análise integrado na dimensão da perceção dos intervenientes vai investigar as *“alterações nas rotinas diárias”* destes, com base na recolha de dados efetuada nas três técnicas em utilização na investigação.

Seja assim, as vítimas no que concerne ao seu quotidiano e às suas rotinas, consideram na globalidade que estão mais calmas e mais tranquilas com os equipamentos, uma vez que se apercebem sempre que passam perto do agressor e podem alterar os percursos ou adquirir comportamentos preventivos, tal como refere a V9: *“Opto por comportamentos preventivos”*.

Nas palavras do A2, a vigilância eletrónica *“Foi bom para ela”* e para a V4: *“A vida quotidiana é mais tranquila”*. A V2 assumiu ainda que teve alterar algumas rotinas diárias devido à permanência do agressor naquela localização, ao dizer que *“deixei de ir a casa da*

minha mãe que é onde ele vive. Isto apitava e tinha medo. Neste aspeto alterei a minha vida e as rotinas”.

Em relação aos agressores, verifica-se maiores alterações nas suas rotinas, até porque são estes que estão proibidos de contactar as vítimas e de se aproximar das zonas proibidas pelo tribunal, logo acarreta mudanças significativas nas suas vidas. Recorrentemente são os agressores que têm que abandonar os locais de coabitação e procurar um novo local para viverem, tal como nos diz o A12: “ (...) *Fiquei sem nada, sem casa e ninguém ajudava, fiquei no meio da rua (...)* ”, ou ainda o A20: “ *Sabe, eu tive que sair de casa e estou a viver sem eletricidade*”.

Quanto ao posicionamento dos técnicos e técnicas em relação a esta questão, avaliam a alteração das rotinas diárias como um aspeto essencial para a reformulação dos projetos de vida de ambos os intervenientes no processo, vítima e agressor, uma vez que na opinião do T5: “ *Devem tentar fazer com que o agressor refaça a sua vida*” e permitem segundo o T6 “*Manter o afastamento no contacto*”, através da alteração das rotinas. O T7 reforça ainda esta ideia, dizendo que os técnicos e técnicas devem “*apoiar na opção de outras alternativas na resolução correta dos conflitos*”.

Nos processos, conseguiu-se reunir informação que vai de encontro a esta orientação dos técnicos e técnicas e daquilo que vítimas e agressores disseram nas entrevistas. É assumido pelas vítimas e por alguns agressores que tiveram que alterar às suas rotinas diárias, nomeadamente os percursos, devido aos condicionamentos do cumprimento rigoroso desta medida de proibição de contatos e de aproximação, situação que é apresentada no P2, P3, P9, entre outros.

As vítimas assumem uma nova aprendizagem dos seus quotidianos e dos seus hábitos, verificando-se uma maior serenidade. Quanto aos agressores também estes devido aos condicionamentos impostos pelos tribunais são obrigados a alterar muitas vezes os percursos e os locais que frequentam, sendo necessário efetuar uma gestão cuidadosa e criteriosa nas aproximações às zonas proibidas.

Capítulo VI - Considerações finais

Esta investigação tinha o objetivo de contribuir para conhecimento científico sobre a problemática da violência doméstica visto ser uma questão com implicações sociais acentuadas e graves consequências para as pessoas. A pesquisa empírica permitiu-nos confirmar a acentuada complexidade desta situação social ficando patente no cruzamento da informação recolhida junto da equipa técnica, agressores e vítimas e também dos processos a contradição e ambiguidade de sentimentos e atitudes inerente à VD.

Sendo a vigilância eletrónica uma medida recente e ainda pouco estudada, afigurou-se-nos particularmente pertinente analisar um conjunto de casos de aplicação da mesma, procurando ter sobre estes casos uma visão o mais abrangente possível e para tal recorrendo ao cruzamento de perspetivas dos diferentes atores envolvidos.

O objeto de estudo desta pesquisa, a equipa de vigilância eletrónica da Guarda, tem a competência de efetuar o controlo e a monitorização dos casos de violência doméstica sujeitos à utilização da VE na área geográfica delimitada para a equipa da Guarda e que é das maiores do país. A equipa de VE da Guarda, à semelhança das restantes a nível nacional, tem ainda um papel fundamental na reinserção social dos indivíduos e na sua ressocialização. Compete-lhe contribuir para a prevenção ou a redução dos comportamentos reincidentes por parte dos agressores/as, nomeadamente nas situações de VD, as quais foi dado enfoque primordial neste trabalho.

Relativamente aos objetivos inicialmente delineados para este trabalho empírico, definiram-se dois grandes objetivos gerais e quatro objetivos específicos que permitiram ao investigador ter um fio condutor por forma a orientar o sentido da investigação.

Em relação ao primeiro objetivo geral que pretendia *caracterizar e compreender o processo de vigilância eletrónica na proibição de contatos com recursos a meios de controlo à distância em contexto de violência doméstica*, podemos dizer que foi possível compreender a um nível mais profundo as experiências e sentidos atribuídos pelos intervenientes, no que diz respeito à aplicação deste tipo de medida e às implicações práticas na sua vida.

Este objetivo estava dividido em dois objetivos específicos, primeiro *caracterizar as dinâmicas de funcionamento do mecanismo aferindo a sua capacidade de proporcionar uma efetiva melhoria na qualidade de vida, segurança e autonomia das vítimas bem como a reinserção social dos agressores*.

De acordo com este objetivo específico e tendo em conta os dados recolhidos no trabalho de campo, permite referir e concluir que na generalidade das vítimas se sentem mais seguras e mais tranquilas com a utilização dos equipamentos de VE. No entanto ao mesmo tempo que referem sentir-se mais seguras e com uma vida mais tranquila, dizem continuar a recear e ter medo de possíveis atitudes dos agressores. Adicionalmente sendo a medida temporária, as vítimas não sabem exatamente o que vai suceder no final da aplicação da VE.

Alguns agressores referiram igualmente sentir-se mais seguros com os equipamentos, isto porque segundo eles o controlo permanente permite-lhes o cumprimento de regras e comportarem-se normativamente chegando a haver quem afirme *“foi a melhor coisa que me sucedeu na vida”*^{A13} ou *“disse logo que queria a pulseira no tribunal”*^{A2} ou ainda uma postura fortemente normativa como a do A8 que afirma que *“os casos mais graves deviam ir presos”*. Foi possível verificar que a maioria dos agressores conseguiram reorganizar as suas vidas alterando comportamentos, rotinas e modos de vida, o mesmo aplicando-se às vítimas embora o nível de satisfação com a sua vida atual não seja correspondente aos atingimentos conseguidos pelos agressores.

Numa postura mais valorativa os técnicos e técnicas consideram que a melhoria significativa da qualidade de vida das vítimas é um fato, no entanto dão grande destaque à má utilização dos equipamentos relembrando que pode condicionar o bom funcionamento da medida, visto que é estritamente necessário e essencial a colaboração de ambas as partes - agressor e vítima - para que este processo de acompanhamento tenha sucesso.

Esta situação referida vai de encontro ao que delineou o segundo objetivo específico ao pretender: *Compreender como vítimas, agressores e técnicos percecionam o controlo e vigilância no seu quotidiano.*

Para além das condicionantes da utilização dos equipamentos que proíbe os agressores de se aproximarem das vítimas e de determinadas zonas de exclusão, foi possível concluir que a generalidade dos mesmos ao longo do decorrer da medida de acompanhamento, alteram percursos, quer seja por motivos profissionais pessoais ou sociais e evitam frequentar determinados pontos que estavam habituados, como cafés, festas entre outros.

As vítimas procuram manter posturas e atitudes preventivas nas deslocações diárias, tentando encontrar percursos alternativos àqueles que sabem existir a possibilidade de encontrar os agressores. Não obstante os casos de incumprimento existem e condicionam o sucesso da medida, o que os técnicos e técnicas associam à ambiguidade do problema social que é a violência doméstica mas manifestando em simultâneo alguma frustração por as vítimas não utilizarem adequadamente os equipamentos, por vezes não os transportando e encontrando-se com os agressores ou manifestarem intenção disso, colocando-se numa situação de risco e comprometendo a própria medida com VE.

A falta de formação na área da VD é apontada pela equipa técnica como uma dificuldade acrescida para lidar com a situação, acabando por o seu desempenho profissional assentar no “*conhecimento da vida, o ouvir e o acompanhamento do dia-a-dia*”^{A2}. Este aspeto é particularmente relevante quando se percebe o papel de suporte que a equipa de VE representa para os intervenientes, particularmente para os agressores que os procuram regularmente em busca de apoio emocional.

Quanto ao segundo grande objetivo geral: *Compreender se as políticas existentes se mostram eficazes no combate à violência doméstica*, concretamente em todo o enquadramento à medida de vigilância eletrónica nestes casos, os casos analisados apontaram para a satisfação dos intervenientes com a medida aplicada pelo tribunal. A análise dos processos permite também compreender que estas aplicações se têm pautado na maioria por regularidade e cumprimento da medida.

Especificando de seguida os conteúdos e momentos das políticas o terceiro objetivo específico focava o *papel da equipa técnica no acompanhamento e sucesso da utilização dos meios de controlo à distância, conhecendo as suas perceções e experiências face ao mecanismo*.

Quanto ao papel que os técnicos e técnicas entendem desempenhar nestes processos todos da vigilância eletrónica, estes consideram-no determinante e as vítimas e agressores tendem a concordar com esta visão.

Já quanto às perceções dos técnicos e técnicas face à utilização dos equipamentos de VE, foi clara a posição destes considerando ser o meio mais eficaz disponível no momento e aquele que mais se adequa às situações de VD.

Como ultimo objetivo específico fez-se a análise de *potenciais obstáculos à eficácia da vigilância eletrónica, do ponto de vista de quem é vigiado e quem vigia*.

Com este objetivo pretendia-se chegar aos motivos que poderiam estar relacionados com a utilização dos meios de VE. Em relação aos obstáculos que colocam em causa a eficácia da vigilância eletrónica e o efetivo afastamento entre vítimas e agressores, são variadas as situações que foram apontadas por vítimas e agressores bem como pelos técnicos e técnicas, sendo que coincidem nalgumas delas.

Os aspetos em que são referidos por todos e todas os intervenientes referem-se a situações de cariz tecnológico relacionadas com os próprios equipamentos, nomeadamente no que diz respeito à falta de autonomia das baterias, às falhas na captação do sinal de GPS e os sons emitidos pelos equipamentos aquando da receção de mensagens de avisos ou alertas de aproximação.

Quanto a outros obstáculos à eficácia da medida, são referidos pelos técnicos e técnicas, principalmente a má utilização dos equipamentos, dos quais se destacam o não transporte, a falha de carregamento ou a não resposta aos contactos.

Esta aparente contradição em que por um lado ambos mostram sinais evidentes da intensão do cumprimento da medida e do uso correto dos equipamentos, demonstrado nos maiores níveis de segurança das vítimas, por outro verifica-se uma evidente resistência interiorizada em ambos os atores quanto ao tipo de medida aplicada encontrando na equipa técnica solução através do aumento da vigilância das vítimas.

Fazendo agora um balanço da abordagem metodológica utilizada na investigação pode concluir-se que a triangulação utilizada das três técnicas de recolha de dados trouxe um contributo valioso para o estudo, nomeadamente na confrontação entre os testemunhos das vítimas, agressores, técnicos e técnicas, pois só assim foi possível analisar perspectivas diferenciadas sobre a mesma problemática da VD.

Numa investigação futura entende-se ser pertinente a incorporação de uma outra fonte importante de dados relativos à monitorização dos casos de VE, ou seja refere-se à análise do sistema informático de monitorização onde surgem todos os eventos em tempo real dos casos de violência doméstica, assim como todos os registos que são efetuados pelos técnicos e técnicas no momento dos eventos.

O desafio que o investigador encarou no seu duplo papel de investigador e técnico, foi extremamente enriquecedor porque permitiu experienciar a dificuldade da tentativa de afastamento do objeto de estudo e das ideias prévias sobre o mesmo. Não foi tarefa fácil a separação entre o trabalho enquanto técnico e do papel enquanto investigador de uma questão tão complexa e ambígua como é a VD. Por outro lado consideramos que o conhecimento “de dentro” da realidade que o investigador tinha facilitou a compreensão mais rápida das informações recolhidas bem como uma maior acuidade às pistas de investigação encontradas.

Consideramos que esta pesquisa ao sublinhar a ambivalência de sentimentos e atitudes das vítimas em relação ao mecanismo de VE, em linha com a ambiguidade que a literatura nos informa em relação à VD, sublinhou contribuir para a premência de encontrar estratégias que permitam envolver as vítimas na sua proteção e prevenção de reincidências.

No nosso entender emerge uma constatação profundamente curiosa para a reflexão sociológica sobre a vigilância em situações de violência: a forte conformidade dos intervenientes com a medida, que não foi formalmente contestada em nenhum dos casos, não obstante ser sub-repticiamente boicotada em vários casos não tanto pelo vigiado mas pela vítima, pessoa em proteção a qual se vigia. A solução para aumentar o nível de cooperação das vítimas passaria, na opinião dos técnicos e técnicas por alargar a vigilância às vítimas tornando-as assim alvo do mesmo ou idêntico mecanismo aplicado aos seus agressores.

Referências Bibliográficas

- Abbott, P., & Wallace, C. (1997). *Introduction to Sociology: Feminist Perspectives*. London: Routledge.
- Alarcão, M. (2006). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alves, C. (2005). Violência Doméstica. (F. d. Coimbra, Ed.) *Fontes de Informação Sociológica*, pp. 1-23.
- Alvim, F. (2006). *Relatório da Campanha Acabar com a Violência Sobre as Mulheres - Mulheres (In)Visíveis*. Lisboa: Amnistia Internacional - Portugal.
- APAV. (2001). *Estatísticas 2000 - Totais Nacionais*. APAV.
- APAV. (2015). *Estatística APAV - Relatório Anual 2014*. APAV.
- Bardin, L. (1988). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70.
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, XLIII, pp. 579-601.
- Celina Manita (Coord), C. R. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir - Guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*. Lisboa: CIG.
- Celina Manita (Coord), C. R. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir - Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Lisboa: CIG.
- CIG. (2014). *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017*. Porto: Comissão Igualdade de Género.
- Coelho, L. (2010). *Mulheres, Família e Desigualdades em Portugal - Tese de Doutoramento*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia.
- Correia, L. M. (2012). *Violência Doméstica: Quando em lugar do afecto surge agressão*. Viseu: ESSV.
- Costa, R. G. (Fevereiro de 2014). Gênero, fábulas e verdades jurídicas: Reconstruindo o tempo e o sentido de processos judiciais de violência doméstica contra as mulheres. *Gênero e Direito*, pp. 79-101.
- DGAI. (2014). *Violência Doméstica - Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: DGAI.

Dias, I. (2004). A Violência Doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. IV Congresso Português de Sociologia (pp. 1-15). Porto: APA.

Dias, I. (2010). Violência na Família - Uma Abordagem Sociológica. S. Maria da Feira: Afrontamento.

Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. Sociologia: Revista do departamento da FLUP, XX, pp. 245-262.

Duarte, M. (2013). O lugar do Direito na violência contra as mulheres nas relações de intimidade. Gênero e Direitos, pp. 25-45.

Empreendedorismo, G. d. (14 de Agosto de 2015). Cidade das profissões. Obtido de <http://cdp.portodigital.pt/profissoes/classificacao-nacional-das-profissoes-cnp>

Equality, E. I. (2012). Review of the implementation of the Beijing Platform for Action in the EU Member states: Violence against Women - Victim Support. Luxembourg: Publications Office of the European.

Europeu, C. E. (2012). Erradicação da violência doméstica contra as mulheres. Bruxelas.

Ferreira, M. E. (2005). Da Intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal. Lisboa: Almedina.

Flick, U. (2005). Métodos Qualitativos na Investigação Científica (1ª ed.). Lisboa: Monitor - Projetos e Edições, Lda.

Fuchs, C. (Jul/Dez de 2011). Como podemos definir vigilância. Matrizes, pp. 109-136.

Garcia-Moreno, C., Jansen, H. A., Elisberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). Who Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Switzerland: World Health Organization.

Giddens, A. (2009). Sociologia (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Goffman, E. (2002). A representação do eu na vida cotidiana (10ª ed.). (M. C. Raposo, Trad.) Petropolis: Vozes.

Guerra, I. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso (1ª ed.). Estoril: Principia Editora, Lda.

Guerra, I. C. (2002). Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação - O Planeamento em Ciências Sociais . Cascais: Principia.

- Interna, M. d. (2014). *Violência Doméstica - 2013. Relatório anual de monitorização*. Lisboa: DGAI.
- Lyon, D. (1992). *A Sociedade da Informação - Questões e Ilusões*. (R. S. Machado, Trad.) Oeiras: Celta.
- Lyon, D. (1994). *El ojo electrónico - El auge de la sociedad de la vigilancia*. Madrid: Alianza Editorial.
- Lyon, D. (1994). *Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society*. Cambridge: Polity Press.
- Machado C., R. A. (2003). *Violência e Vitimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Manuel Lisboa (coord), Z. B. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: CIG.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas S.A.
- Marques, A. P. (2009). *A Violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projetos de vida alternativos, Um estudo de caso*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciencias Sociais e Políticas.
- Mozzato, A. R. (Jul/Ago de 2011). *Análise de conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. ANPAD, 15, pp. 731-747.
- Nélson Lourenço, M. L. (1996). *Violência contra as mulheres no quadro conjugal em Portugal. Práticas e Processos da Mudança Social* (pp. 1-7). Coimbra: APS.
- Penal, C. (2007). *Assembleia da República Portuguesa - Código Penal*. Lisboa: Priberam.
- Quivy, L. C. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, T. (2013). *A importância das vitimas e a reparação da violência doméstica*. (C. d. Coimbra, Ed.) Barómetro Social.
- Rights, E. U. (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. Luxembourg: Publications office of the European Union.

Saúde, O. P.-A. (2010). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher - Acção e produção de evidência. Washington, D.C: Organização Mundial de Saúde.

Schouten, M. J. (2011). Uma Sociologia do Género. V.N. Famalicão: Húmus, Lda.

Schouten, M. J., & Araújo, E. (2012). O Tempo Livre em família - Uma abordagem de Género. (A. P. Sociologia, Ed.) Congresso Português de Sociologia, pp. 1-13.

Souza, B. d. (2013). O monitoramento eletrónico como medida alternativa à prisão preventiva. Rio Grande Sul: Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Torres, A. (1996). Divórcio em Portugal - Ditos e interditos. Em A. Torres. Oeiras: Celta.

Torres, A. (2002). Casamento em Portugal - Uma Análise Sociológica (1ª ed.). Oeiras: Celta.

Torres, A. (2004). Vida Conjugal e Trabalho - Uma Perspectiva Sociológica. Oeiras: Celta.

UMAR. (2014). OMA - Observatório de mulheres assassinadas da UMAR. Lisboa: UMAR.

Villas-Boas, S., Sales Oliveira, C., & Las Heras, S. (2014). Terefas domésticas e género: representações de estudantes do ensino superior. Ex-aequo, pp. 113-129.

Anexos

Anexo 1 - Entrevista Técnicos e técnicas de Reinserção Social

Entrevista Técnicos de Reinserção Social

Esta entrevista semiestruturada faz parte integrante da investigação que está a ser realizada no âmbito de uma dissertação de Mestrado, intitulada de *"Violência doméstica e meios de controlo à distância"*.

Esta dissertação está sob a orientação da Profª Dr.ª. Catarina Sales docente na Universidade da Beira Interior no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e tem como principal objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a violência doméstica e a utilização dos meios de controlo à distância na monitorização da proibição de contactos entre vítimas e agressores/as. Pretende-se com esta investigação produzir contributos de relevância significativa para a problemática em questão.

A informação recolhida nesta entrevista é confidencial e será apenas utilizada no contexto da investigação, sem por qualquer forma divulgar dados dos intervenientes.

A sua colaboração é essencial e de extrema importância, pelo que é solicitado o preenchimento do seguinte documento na totalidade, pois só assim será possível prosseguir com a investigação e propor formas de prevenção e intervenção.

Obrigado pela sua colaboração

1 – Idade (anos)

☐ < 25 ☐ 25-35 ☐ 35-55 ☐ > 55

2 – Sexo

☐ Masculino ☐ Feminino

3 – Habilitações Literárias

☐ 12º ano ☐ Licenciatura ☐ Mestrado Outra ☐: Qual? _____

4 – Qual a sua função na equipa de vigilância eletrónica da Guarda?

☐ Técnico Profissional de Reinserção Social

☐ Técnico Superior de Reinserção Social

☐ Coordenador

Outra? _____

5 – Tempo de serviço na equipa de vigilância eletrónica?

☐ Inferior a 3 anos ☐ entre 3 e 5 anos ☐ Mais de 5 anos

6 – Qual a sua perspetiva enquanto técnico sobre as principais causas na origem da violência doméstica? (pode assinalar várias opções)

☐ Álcool

☐ Baixos rendimentos

☐ Desemprego

☐ Poder/dominação

☐ Doenças

☐ Ciúmes

☐ Consumo de estupefacientes

☐ Outras _____

7 - Acha que as políticas existentes de combate à violência doméstica se mostram eficazes? Porquê?

8 - Porque é que as vítimas de violência doméstica muitas vezes pretendem manter ou reatar a relação com os “agressores/as”?

9 - Quais os contributos a dar, enquanto técnico, para que a medida de acompanhamento com vigilância eletrónica possa ter sucesso na resolução do problema, e não se verifique reincidência no período posterior à medida?

10 - Relativamente à vigilância com pulseira eletrónica, acha que é o meio mais eficaz para manter o afastamento entre a vítima e agressor/a e influenciar os comportamentos e práticas do agressor para com a vítima? Justifique?

11 - No seu entender, como avalia a confiabilidade da tecnologia utilizada nos meios de controlo com vigilância eletrónica e quais os aspetos em que pode evoluir tecnologicamente?

12 - Qual a sua perceção para a melhoria da qualidade de vida, segurança e autonomia das vítimas com a utilização dos meios de controlo à distância?

13 - No seu entender, quais os principais obstáculos para uma maior eficiência na utilização dos meios de controlo à distância para a proteção das vítimas?

14 - Dos casos que já acompanhou, considera ter sido determinante para aqueles em que a intervenção teve sucesso?

15 - Na sua opinião e de acordo com a experiência dos processos que já seguiu ou segue, o que vem a seguir à vigilância? A resolução do problema ou teria que haver vigilância para sempre?

Obrigado pela colaboração!

Anexo 2 - Entrevista Vítimas

Entrevista vítima

Esta entrevista semiestruturada faz parte integrante da investigação que está a ser realizada no âmbito de uma dissertação de Mestrado, intitulada de "*Violência doméstica e meios de controlo à distância*".

Esta dissertação está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Catarina Sales docente na Universidade da Beira Interior no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e tem como principal objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a violência doméstica e a utilização dos meios de controlo à distância na monitorização da proibição de contactos entre vítimas e agressores/as. Pretende-se com esta investigação produzir contributos de relevância significativa para a problemática em questão.

A informação recolhida nesta entrevista é confidencial e será apenas utilizada no contexto da investigação, sem por qualquer forma divulgar dados dos intervenientes.

A sua colaboração é essencial e de extrema importância, pelo que é solicitado o preenchimento do seguinte documento na totalidade, pois só assim será possível prosseguir com a investigação e propor formas de prevenção e intervenção.

Obrigado pela sua colaboração

CARACTERIZAÇÃO SOCIO DEMOGRÁFICA

(vítima ☐ agressor/a ☐)

1 – Idade (anos) _____

2 – Sexo ☐ Masculino ☐ Feminino

3 – Habilitações Literárias

☐ Ns ler/escrever ☐ Sabe ler/escrever mas não tem nenhuma habilitação ☐ 4º ano ☐ <6º Ano

☐ <9º Ano ☐ 12º Ano ☐ Licenciatura Outra ☐ Qual _____

4 – Estado Civil

☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a)/ União de Facto ☐ Divorciado(a) / Separado de Facto ☐ Viúvo

5 – Número de filho/s _____

6 – Situação profissional atual

☐ Desempregado(a) ☐ Empregado(a) ☐ Reformado(a) ☐ Outro _____

7 – Qual a sua profissão? No caso de estar a trabalhar qual o seu vínculo profissional?

☐ Contrato efetivo/a ☐ Contrato a prazo ☐ Trabalhador/a temporário ☐ Outro _____

8 – Antes de estar sujeito(a) à utilização dos meios de controlo à distância qual era a sua situação familiar relativamente aos coabitantes da habitação?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Só | <input type="checkbox"/> Com sogros |
| <input type="checkbox"/> Com cônjuge/companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Com irmão (s) |
| <input type="checkbox"/> Com pai | <input type="checkbox"/> Outras _____ |
| <input type="checkbox"/> Com filhos (as) | |

9 - E atualmente qual a sua situação familiar?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Só | <input type="checkbox"/> Com sogros |
| <input type="checkbox"/> Com cônjuge/companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Com irmão (s) |
| <input type="checkbox"/> Com pai | <input type="checkbox"/> Casa Abrigo |
| <input type="checkbox"/> Com filhos (as) | <input type="checkbox"/> Outras _____ |

10 – Qual o tipo de relação entre vítima e agressor/a?

- ☐ Casados ☐ Companheiros ☐ Namorados ☐ Ex-marido ☐ Ex-namorados
☐ Outra _____

11 – Que tipo(s) de Violência foi vítima/ praticou?

- ☐ Física ☐ Psicológica ☐ Financeira ☐ Sexual ☐ Perseguição ☐ Social

12 – O processo de violência deixou marcas? Quais?

14 – Quem apresentou queixa?

- ☐ Vítima ☐ Órgão Policia Criminal ☐ M. Público ☐ Desconhecidos ☐ Outro _____

15 - Na sua opinião, o que causou a situação de violência doméstica, e qual o seu sentimento em relação a esta situação?

16 – Atualmente tem algum tipo de contacto com o agressor/a/vítima? Se sim, que tipo de ligação?

17 – Relativamente às políticas públicas, meios de controlo à distância e leis em vigor, entende que são as mais adequadas e eficazes para estas situações?

18 – Desde quando está a utilizar os meios de controlo à distância?

19 – No caso dessa possibilidade, alguma vez ponderou retirar a queixa e encerrar o processo que está a decorrer? Porque?

20 – Julga que a sua qualidade de vida, quer a nível pessoal, profissional ou social, melhorou significativamente com a utilização dos meios de vigilância eletrónica e o que gostaria que acontecesse relativamente à continuidade da utilização dos equipamentos?

21 – Entende existir algum tipo de condicionamento, quer a nível profissional, pessoal ou social com a utilização dos equipamentos de vigilância eletrónica? Se sim diga em que situações e se já lhe causaram algum tipo de embaraço.

22 – Quais as suas maiores dificuldades na utilização dos equipamentos de vigilância eletrónica, e como acha que poderiam funcionar melhor?

23 – Como se sente por usar este equipamento?

24 - Já alguma vez entendeu não ser necessário a utilização do mesmo para a sua proteção e não o transportou consigo? Porquê?

25 – Acha que os meios de vigilância eletrónica são uma boa maneira de prevenir possíveis comportamentos violentos por parte dos agressores para com as vítimas?

26 – Alguma vez achou que o equipamento não funcionou ou tem receio que isso aconteça?

27 – Sente apoio por parte dos técnicos para ter todo o tipo de apoio relacionado com a utilização dos equipamentos?

28 – Sente que equipa técnica o/a apoia neste processo?

Obrigado pela colaboração!

Anexo 3 - Entrevista Agressor/a

Entrevista agressor/a

Esta entrevista semiestruturada faz parte integrante da investigação que está a ser realizada no âmbito de uma dissertação de Mestrado, intitulada de *"Violência doméstica e meios de controlo à distância"*.

Esta dissertação está sob a orientação da Profª Dr.ª Catarina Sales docente na Universidade da Beira Interior no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e tem como principal objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a violência doméstica e a utilização dos meios de controlo à distância na monitorização da proibição de contactos entre vítimas e agressores/as. Pretende-se com esta investigação produzir contributos de relevância significativa para a problemática em questão.

A informação recolhida nesta entrevista é confidencial e será apenas utilizada no contexto da investigação, sem por qualquer forma divulgar dados dos intervenientes.

A sua colaboração é essencial e de extrema importância, pelo que é solicitado o preenchimento do seguinte documento na totalidade, pois só assim será possível prosseguir com a investigação e propor formas de prevenção e intervenção.

Obrigado pela sua colaboração

CARACTERIZAÇÃO SOCIO DEMOGRÁFICA

(vítima ☐ agressor/a ☐)

1 – Idade (anos) _____

2 – Sexo ☐ Masculino ☐ Feminino

3 – Habilitações Literárias

☐ Não ler/escrever ☐ Sabe ler/escrever mas não tem nenhuma habilitação ☐ 4º ano ☐ <6º Ano

☐ <9º Ano ☐ 12º Ano ☐ Licenciatura Outra ☐ Qual _____

4 – Estado Civil

☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a)/ União de Facto ☐ Divorciado(a) / Separado de Facto ☐ Viúvo

5 – Número de filho/s _____

6 – Situação profissional atual

☐ Desempregado(a) ☐ Empregado(a) ☐ Reformado(a) ☐ Outro _____

7 – Qual a sua profissão? No caso de estar a trabalhar qual o seu vínculo profissional?

☐ Contrato efetivo/a ☐ Contrato a prazo ☐ Trabalhador/a temporário ☐ Outro _____

8 – Antes de estar sujeito(a) à utilização dos meios de controlo à distância qual era a sua situação familiar relativamente aos coabitantes da habitação?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Só | <input type="checkbox"/> Com sogros |
| <input type="checkbox"/> Com cônjuge/companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Com irmão (s) |
| <input type="checkbox"/> Com pai | <input type="checkbox"/> Outras _____ |
| <input type="checkbox"/> Com filhos (as) | |

9 - E atualmente qual a sua situação familiar?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Só | <input type="checkbox"/> Com sogros |
| <input type="checkbox"/> Com cônjuge/companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Com irmão (s) |
| <input type="checkbox"/> Com pai | <input type="checkbox"/> Casa Abrigo |
| <input type="checkbox"/> Com filhos (as) | <input type="checkbox"/> Outras _____ |

10 – Qual o tipo de relação entre vítima e agressor/a?

- ☐ Casados ☐ Companheiros ☐ Namorados ☐ Ex-marido ☐ Ex-namorados
☐ Outra _____

11 – Que tipo(s) de Violência foi vítima/ praticou?

- ☐ Física ☐ Psicológica ☐ Financeira ☐ Sexual ☐ Perseguição ☐ Social

12 – Qual o crime que está acusado ou indiciado e se existiu utilização de qualquer tipo de arma?

13 – Tem antecedentes criminais?

- ☐ Sim ☐ Não Por quais crimes? _____

14 – Tem problemas de saúde e/ou problemas relativos a substâncias que provocam dependências?

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Problemas físicos | <input type="checkbox"/> Quais _____ |
| <input type="checkbox"/> Problemas saúde mental | <input type="checkbox"/> Quais _____ |
| <input type="checkbox"/> Álcool | <input type="checkbox"/> Drogas |

15 - Na sua opinião, o que causou a situação de violência doméstica, e qual o seu sentimento em relação a esta situação?

16 – Atualmente tem algum tipo de contacto com o agressor/a/vítima? Se sim, que tipo de ligação?

17 – Relativamente às políticas públicas, meios de controlo à distância e leis em vigor, entende que são as mais adequadas e eficazes para estas situações?

18 – Desde quando está a utilizar os meios de controlo à distância?

19 – Entende existir algum tipo de condicionamento, quer a nível profissional, pessoal ou social com a utilização dos equipamentos de vigilância eletrónica? Se sim diga em que situações e se já lhe causaram algum tipo de embaraço.

20 – Quais as suas maiores dificuldades na utilização dos equipamentos de vigilância eletrónica, e como acha que poderiam funcionar melhor?

21 – Acha que os meios de vigilância eletrónica são uma boa maneira de prevenir possíveis comportamentos violentos por parte dos agressores para com as vítimas?

22 – Sente apoio por parte dos técnicos para ter todo o tipo de apoio relacionado com a utilização dos equipamentos?

23 – Sente que equipa técnica o/a apoia neste processo?

Obrigado pela colaboração!

Anexo 4 - Grelha de observação e análise documental

Dimensões e Sub-dimensões	Processo	<ul style="list-style-type: none"> Causas da violência; Processo queixa-crime; 	Anotações
	<ul style="list-style-type: none"> Circunstâncias 	<ul style="list-style-type: none"> Perfil sociodemográfico dos intervenientes; Idades; Sexo; Estado civil; Agregado familiar; Situação perante o emprego; Habilitações; Profissão; Vínculo profissional; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Características 	<ul style="list-style-type: none"> Tipo ou tipos de violência; Duração; Presença de Marcas; Ameaça à vida; Intensidade; Reincidência; Repercussões na Vida social; Repercussões no Emprego; Repercussões na Família; Atitude face à VD; Atitudes face ao processo-crime; Eficácia das políticas; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Atitudes e percepções 		
	Circunstâncias	<ul style="list-style-type: none"> Decisão judicial; História da aplicação da medida; 	
	Perceção dos técnicos	<ul style="list-style-type: none"> Confiança na medida; Confiança nos equipamentos; Fatores de sucesso e insucesso; Resultados práticos na vida dos intervenientes; Papel dos técnicos; Complementaridade com outros meios; Durabilidade da medida; 	
	Perceção dos intervenientes (vítimas e agressores)	<ul style="list-style-type: none"> Uso efetivo; Sentimento de segurança; Participação ativa dos técnicos; Recusa/obstáculos na utilização; Receio de exposição espaço público/implicações na privacidade; Repercussões no contexto profissional; Repercussões no contexto profissional; Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; Alterações nas rotinas diárias. 	

Anexo 5 - Grelha de transcrições das entrevistas relacionadas com modelo de análise (Técnicos e técnicas, Agressores e vítimas)

Análise vítimas		
Categorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
Violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> Causas da violência; 	<p>Questão 15 – Na sua opinião, o que causou a situação de VD, e qual o seu sentimento em relação a esta situação? V2 – “Acho que foi os ciúmes, as bebidas alcoólicas e a noite. E também tinha uma arma.” V3 – “Foi os ciúmes e o comportamento com os filhos. O álcool, era violento, eu tinha medo dele. Sem álcool é normal.” V4 – “Não queria que eu trabalhasse. Supostas relações extraconjugais. Ele tem problemas psiquiátricos.” V5 – “Por mim toda a vida acho que foi o álcool. Toda a vida foi alcoólico. Todo o casamento foi assim. Batia, ralhava e não havia diálogo.” V7 – “Foi as drogas e era muito violento. Não aceitou a separação.” V8 – “O consumo excessivo de álcool. Era agressivo e violento e tinha uma má relação com o filho.” V9 – “O excesso de álcool. Na minha situação foi mais a mãe a dar apoio mesmo não tendo razão. Eu trabalhava para ele.” V11 – “Foi o álcool. Quando não bebe é uma maravilha, ma joia. Quero reatar a relação.” V19 – “As perseguições e violência verbal e psicológica.” V21 – “É uma pessoa desequilibrada e violenta e bebe álcool.”</p> <p>Questão 16 – Atualmente tem algum tipo de contacto com agressor (a)? Se sim, que tipo de ligação? V2 – “Não. Nunca mais falei com ele.” V3 – “Agora não. Ligou algumas vezes as apresentei queixa.” V4 – “Agora não. As vezes liga e eu por causa dos filhos. No início várias vezes para levar comida.” V5 – “Não. Nunca mais tive contacto.” V7 – “Não. Acho que nem sabe onde moro. Não quero contacto.” V8 – “Não, Nunca. Só no tribunal uma vez. Recebi uma chamada dele mas desliguei. Ele manda cartas e eu rasgo.” V9 – “As vezes por causa dos filhos. Depois da VE nunca mais.” V11 – “Não há contacto. Os nossos filhos é que comunicam entre nós” V19 – “Não, nunca mais falei com ele.” V21 – “Não. Nunca mais.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Reincidência; Atitude face à VD; 	<p>Questão 17 – Relativamente às políticas públicas, VE e leis em vigor, entende que são as mais adequadas e eficazes para estas situações? V2 – “Sim, são boas. É uma maneira de os afastar e dos homens não baterem nas mulheres.” V3 – “Acho que são boas.” V4 – “Tenho tido muito apoio da APAV. Acho que a pulseira foi muito bom. Faz bem a muitas pessoas.” V5 – “Acho que os processos deviam ser mais rápidos, mas a pulseira acho que é adequado.” V7 – “Não sei muito bem.” V8 – “Foi ótimo. Se sabia já tinha pedido à mais tempo. Foi bom mesmo para o trabalho.” V9 – “A mim não é o mais eficaz. Acho que devia ser preso.” V11 – “Por segurança, a gente está melhor. Enerva um bocado.” V19 – “Acho muito bem. Todas as vítimas de VD deviam usar este equipamento. Ajuda a afastar os agressores.” V21 – “Acho bem. Apesar de certas situações deviam ser presos.”</p> <p>Questão 19 – No caso dessa possibilidade, alguma vez ponderou retirar a queixa e encerrar o processo? Porquê? V2 – “Não. Queria que se afastasse desde o início. Foi bom para mim.”</p>
Utilização dos meios de vigilância eletrónica	<ul style="list-style-type: none"> Eficácia das políticas; Complementaridade com outros meios; Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; Duração; Reincidência; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Uso efetivo; • Durabilidade da medida; • Atitudes face ao processo-crime; 	<p>V3 – “Não. Nunca. Sofri muito durante anos.”</p> <p>V4 – “Não. Porque estou mais segura. Só se ele se tratasse, mas só como amiga.”</p> <p>V5 – “Não, nem pensar. Porque foram muitos anos a sofrer.”</p> <p>V7 – “Não. Foi durante anos muito violento. Tentei tudo para resolver.”</p> <p>V8 – “Nunca. Foram 25 anos e cheguei ao limite. Num outro processo já tinha retirado a queixa.”</p> <p>V9 – “Não. Cometi esse erro uma vez e nunca mais.”</p> <p>V11 – “Sim. Pretendo reatar a relação e sinto-me muito só sem ele. Faz falta o rendimento dele. Ainda fui ao tribunal mas não foi possível retirar a queixa.”</p> <p>V19 – “Não, porque foi um ano de muito sofrimento.”</p> <p>V21 – “Nunca. Já retirei há muitos anos e não volto a fazê-lo. Não estou morta porque tive muita ajuda.”</p> <p>Questão 20 – Julga que a sua qualidade de vida, pessoal, profissional e social, melhorou significativamente com a VE e o que gostaria que acontecesse relativamente à continuidade da utilização dos equipamentos?</p> <p>V2 – “Ajudou sim na minha vida. Sinto-me mais segura. Só toca às vezes em Castelo Branco. Ele devia andar mais tempo com os equipamentos.”</p> <p>V3 – “Sim, tenho medo dele. Gostava que continuasse com equipamentos. Não tenho problemas na vida normal. Quero continuar com os equipamentos.”</p> <p>V4 – “A vida quotidiana é mais tranquila. Tenho receio de retirar os equipamentos. Sinto-me mais segura, e sei por vezes onde ele anda.”</p> <p>V5 – “Sim, sim. Ando na rua à vontade. Sinto-me muito mais segura. Os equipamentos ajudaram a reorganizar a minha vida com outro companheiro.”</p> <p>V7 – “Sim. Porque com os equipamentos não voltei a ser perturbada por ele, nem presencialmente nem por telefone. Sinto-me mais calma agora com os equipamentos.”</p> <p>V8 – “Sinto-me segura. Era bom que andasse mais tempo. Eu faço uma vida normal e já saio com amigas. Vou a todo lado.”</p> <p>V9 – “A minha vida melhorou muito. Não tinha vida própria. Tenho uma condição psicológica mais equilibrada. Os equipamentos ajudam a saber se ele passa.”</p> <p>V11 – “Acho que piorou porque me afastou dele. Acho que ainda fiquei pior porque tenho muitas dificuldades financeiras. Não quero que continue a utilizar os equipamentos.”</p> <p>V19 – “Não há problema no trabalho. A minha qualidade de vida melhorou porque sei onde posso ir. Quero continuar com os equipamentos.”</p> <p>V21 – “Sinto-me mais segura no dia-a-dia, mas ainda tenho muito medo.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Repercussões na Vida social; • Repercussões no Emprego; • Repercussões na Família; • Receio de exposição no espaço público ou implicações na privacidade; • Repercussões no contexto profissional; • Durabilidade da medida; • Alterações nas rotinas diárias; 	<p>Questão 21 – Entende existir algum tipo de condicionamento, quer a nível profissional, pessoal ou social com a utilização dos equipamentos? Se sim diga em que situações e se já lhe causaram embaraço.</p> <p>V2 – “Sim. Deixei de ir a casa da minha mãe que é onde ele vive. Isto apitava e eu tinha medo. Neste aspeto alterei a minha vida e as rotinas.”</p> <p>V3 – “Não tenho problemas. No trabalho toda gente sabe. Apoiam-me. Ponho sempre a carregar.”</p> <p>V4 – “Apita no trabalho, mas os colegas sabem da situação. Causa embaraço só com os utentes. Socialmente e pessoal não faz diferença.”</p> <p>V5 – “Não. Nunca tive qualquer tipo de problema.”</p> <p>V7 – “Apita muito, por isso deixei em casa algumas vezes. Sentia embaraço por causa do som.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Uso efetivo; • Sentimento de segurança • Receio de exposição no espaço público ou implicações na privacidade • Repercussões no contexto profissional • Obstáculos e dificuldades na utilização equipamentos; • Alterações nas rotinas diárias 	

	<p>V8 – “No trabalho não tenho problemas. Só apita no supermercado e quando passo perto dele.”</p> <p>V9 – “Não, porque o meio onde vivo é pequeno e toda a gente sabe.”</p> <p>V11 – “Eu estou sempre em casa. Quando estou fora, enerva-me porque está apitar, no hospital e no médico.”</p> <p>V19 – “Não tenho problemas porque os meus amigos sabem. No trabalho tudo corre bem. Faço carregamento diariamente.”</p> <p>V21 – “É assim, no trabalho nem toda a gente sabe. Sabe a minha chefe e mais alguns colegas. Algumas pessoas sabem e não há problema.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade com outros meios; • Obstáculos e dificuldades na utilização equipamentos; 	<p>Questão 22 – Quais as suas maiores dificuldades na utilização dos equipamentos de VE, e como acha que poderiam funcionar melhor?</p> <p>V2 – “Não tenho dificuldades. Ponho a carregar. Só apita por falta de GPS e às vezes a bateria, mas sei o que fazer.”</p> <p>V3 – “Tenho poucas ou nenhuma. No início é que custou mais um pouco.”</p> <p>V4 – “Já houve no início. Os apitos, as mensagens. Agora já sei funcionar melhor.”</p> <p>V5 – “Acho que ele sabe que está próximo de mim, ou só eu e vocês é que sabem? Nunca tive dificuldades.”</p> <p>V7 – “A bateria deveria durar mais e ter mais autonomia.”</p> <p>V8 – “Não tenho problemas. Às vezes a bateria manda mensagens. Para funcionar melhor a bateria e o GPS.”</p> <p>V9 – “Pois, o problema é mesmo fazer e receber chamadas.”</p> <p>V11 – “Não tenho dificuldades.”</p> <p>V19 – “Nenhuma.”</p> <p>V21 – “Não tenho dificuldade.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de segurança • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima • Atitudes face ao processo-crime 	<p>Questão 23 – Como se sente por usar este equipamento?</p> <p>V2 – “Está tudo bem. Acho que é a solução adequada para manter afastado. Sinto-me segura.”</p> <p>V3 – “Sinto-me bem. Faço a vida normal e sinto-me protegida. Levo-o sempre comigo.”</p> <p>V4 – “Agora já utilizo bem. Mas no início foi difícil. Agora sinto-me bem e segura.”</p> <p>V5 – “Estou satisfeita. Permitiu a minha autonomia e reorganizar-me e já arranji um novo companheiro.”</p> <p>V7 – “Sinto-me mais segura.”</p> <p>V8 – “Está tudo bem, tudo mais calmo e tranquilo. Já consigo dormir sem comprimidos.”</p> <p>V9 – “Permite-me maior segurança e avisa-me da proximidade dele. Opto por comportamentos preventivos.”</p> <p>V11 – “Sinto-me bem. Não tenho problema nenhum.”</p> <p>V19 – “Sinto-me à vontade e segura e sei lidar bem com ele.”</p> <p>V21 – “Eu continuo a ter medo. Só tenho sossego quando ele está em Aveiro.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de segurança; • Recusa/obstáculos na utilização • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; • Uso efetivo; 	<p>Questão 24 – Alguma vez entendeu não ser necessário a utilização do mesmo para sua proteção e não transportou consigo? Porquê?</p> <p>V2 – “Ando sempre com ele. Com ele sinto-me segura. Foram os técnicos que me disseram para andar sempre com ele. Sempre na carteira junto do telemóvel.”</p> <p>V3 – “Não, porque ando sempre com o equipamento.”</p> <p>V4 – “Sim. Já deixei o equipamento em casa e encontrei-me com ele, para o meu filho poder ver o pai e levar-lhe alimentação. Mas agora ando sempre com ele.”</p> <p>V5 – “Não. Eu levo sempre. É a primeira coisa que coloco na carteira.”</p> <p>V7 – “Uso sempre porque me sinto mais segura. No início deixei em casa por causa dos sons. Como apitava muito não levava para o trabalho.”</p> <p>V8 – “Não. Ando sempre com ele.”</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade com outros meios; • Sentimento de segurança • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; 	<p>V9 – “Segura, acho que nunca estou. Não arrisco mesmo sair sem equipamento. Nunca penso deixar em casa.”</p> <p>V11 – “Não porque não posso. Só não deixo por causa do tribunal. Por mim andava sem ele, tenho a certeza que ele não me faz mal nenhum.”</p> <p>V19 – “Não. Ando sempre com ele e nunca pensei deixar em casa.”</p> <p>V21 – “Não. É a primeira coisa que me lembro quando saio de casa.”</p> <p>Questão 25 – Acha que os meios de VE são uma boa maneira de prevenir possíveis comportamentos violentos por parte dos agressores com as vítimas?</p> <p>V2 – “Sim. Porque é o mais seguro para nós. Os técnicos sabem onde ele está não pode fazer nada de mal contra nós.”</p> <p>V3 – “Acho que sim. Assim toda a gente sabe onde andam eles e a suas intenções.”</p> <p>V4 – “Sim, porque quando não transporto corro risco. Tenho receio de quando retirar o equipamento. Isto é uma segurança para mim.”</p> <p>V5 – “Acho que sim, pois nunca mais se aproximam de nós.”</p> <p>V7 – “Sim. Tenho mais segurança com equipamentos. Agora que acho que ele sabe morada, uso sempre o equipamento.”</p> <p>V8 – “Está bem, é a melhor coisa.”</p> <p>V9 – “Sim. No meu caso foi o melhor que podia ter acontecido.”</p> <p>V11 – “Não, no meu caso não me deixa reatar a relação e refazer a minha vida.”</p> <p>V19 – “Acho que são uma ótima forma de proteção e para nos irmarmos dos outros.”</p> <p>V21 – “Acho que ajuda. Vocês têm que fazer algo para nos proteger.”</p> <p>Questão 26 – Alguma vez achou que o equipamento não funcionou ou tem receio que isso aconteça?</p> <p>V2 – “Não. Só quando fica sem bateria. Do resto funciona bem.”</p> <p>V3 – “Inicialmente, pensava que o equipamento não funcionava. Agora acredito e sei que funciona quando ele passa aqui perto.”</p> <p>V4 – “Acho que funciona bem. Por vezes o GPS e a bateria não funcionam bem.”</p> <p>V5 – “Não. Acho que funciona muito bem para a minha segurança.”</p> <p>V7 – “Acho que funciona bem porque me sinto mais segura.”</p> <p>V8 – “Sim. Quando vou para Espanha trabalhar sei que não funciona. Mas cá nunca. Só uma vez é que não funcionou porque não tinha rede.”</p> <p>V9 – “Não. Acho que funciona bem. Só quando falha bateria.”</p> <p>V11 – “Acho que funciona bem.”</p> <p>V19 – “Não, sempre funcionou bem.”</p> <p>V21 – “Acho que funciona bem porque me avisa quando ele se aproxima.”</p> <p>Questão 27 – Sente apoio por parte dos técnicos para todo o tipo relacionado com a utilização dos equipamentos?</p> <p>V2 – “Sim. Sinto várias vezes e dizem para ter cuidado e dizem onde ele está. Ajudam quando isto apitava e disseram o que fazer.”</p> <p>V3 – “Sim. Os técnicos sempre me ajudaram a funcionar com o equipamento.”</p> <p>V4 – “Sim, sinto apoio dos técnicos.”</p> <p>V5 – “Fui informada na instalação e qualquer dúvida ligo e sou informada.”</p> <p>V7 – “No início não tive tanto apoio. Tive alguns problemas com equipamento por causa do barulho.”</p> <p>V8 – “Sinto apoio e ajuda no funcionamento do equipamento principalmente ao início.”</p> <p>V9 – “Sempre me explicaram como funciona o equipamento. Sempre que surge alguma mensagem ou aproximação sou logo contactada e orientada.”</p> <p>V11 – “Os técnicos apoiam-me na utilização do equipamento, e ligaram-me a explicar o funcionamento da bateria.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Uso efetivo • Eficácia das políticas • Sentimento de segurança; • Recusa/obstáculos na utilização • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa dos técnicos 	

<ul style="list-style-type: none"> Participação ativa dos técnicos 	<p>V19 – “Sempre me explicaram os procedimentos.”</p> <p>V21 – “Desde o primeiro dia que sempre me explicaram tudo.”</p> <p>Questão 28 – Sente que equipa técnica a apoia neste processo?</p> <p>V2 – “Eu tinha advogado que ajudou. A coordenadora da equipa e os técnicos ajudaram em algumas coisas.”</p> <p>V3 – “Sim. Muito apoio dos técnicos no processo nomeadamente quando chamou GNR para apresentar queixa.”</p> <p>V4 – “Sinto mais apoio agora do que no início.”</p> <p>V5 – “Sempre tiveram muita atenção comigo e me apoiaram.”</p> <p>V7 – “Ultimamente tenho mais apoio dos técnicos.”</p> <p>V8 – “Sim, têm ajudado em tudo. Sinto apoio.”</p> <p>V9 – “Sim, tenho sido muito bem apoiada. Questões que poderiam parecer complicadas, depois de falar ficaram simples.”</p> <p>V11 – “Sou muito apoiada e informada. Já me visitaram várias vezes e ajudam nas dúvidas do processo.”</p> <p>V19 – “Sinto-me apoiada porque já liguei várias vezes. Também tenho apoio no processo.”</p> <p>V21 – “Existiram alguns pormenores que fiquei esclarecida.”</p>
---	--

Análise agressores

<i>Categorias</i>	<i>Unidades de registo</i>	<i>Unidades de contexto</i>
<i>Violência doméstica</i>	<ul style="list-style-type: none"> Causas da violência; 	<p>Questão 15 – Na sua opinião, o que causou a situação de VD, e qual o seu sentimento em relação a esta situação?</p> <p>A2 – “Sinto-me revoltado comigo mesmo. Deixei permitir isso. Não sendo casados ela aproveitou-se, e eu não fiz nada. Foi ela a culpada e eu só paguei pela arma que tinha.”</p> <p>A3 – “Sinto-me revoltado e injustiçado, estou a pagar por um crime que não fiz. Estou inocente. Batia nos miúdos e não fazia o jantar, claro, ameaçei-a e assumo que lhe bati.”</p> <p>A4 – “Foram alguns anos de desentendimentos, agressões, sim violência, física sim e berros, mas sabe ela não ajudava em nada. Perdi a cabeça durante anos. Agora ando triste, desanimado tenho vida estragada.”</p> <p>A5 – “Foi um mau relacionamento por parte dela e minha. Não se importava com a casa e comigo. Só queria dinheiro, não fazia nada em casa. Depois eu bebia e era mais violento com ela. Sei que fiz mal, mas andava nervoso”</p> <p>A8 – “Ela tem razão porque eu tinha outras mulheres e por causa do álcool. Por vezes havia dinheiro e outras vezes não.”</p> <p>A11 – “Estou arrependido, foi o álcool sinto desespero por vê-la a sofrer porque é doente. Não quero voltar a fazer.”</p> <p>A12 – “Foi os copos, depois do divórcio, fui buscar umas coisas a casa e ela disse-me umas coisas que não gostei como estava com os copos, fui violento, foi uma única vez. Estou arrependido pelos meus filhos. As vezes quando vejo na TV sinto revolta pelo que fiz e vergonha, mas já está.”</p> <p>A13 – “Foram os relacionamentos extraconjugais e os ciúmes. Não me sinto culpado, ela consumia álcool e eu é que sofri ameaças. Batia muito nos filhos.”</p> <p>A19 – “Penso que foi por ter ido ao local de trabalho dela e pelo dinheiro. Não fui eu que risquei o carro. Estou revoltado e não fiz o que ela disse.”</p> <p>A20 – “A culpa é dela e do filho.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Reincidência; Atitude face à VD; 	<p>Questão 16 – Atualmente tem algum tipo de contacto com agressor (a)? Se sim, que tipo de ligação?</p> <p>A2 – “Não, nem quero. Só estragou a minha vida. Na aldeia ninguém gosta dela e eu não quero contactos com ela.”</p> <p>A3 – “Nunca mais falei com essa pessoa, nem quero. Já há mais de 1 ano, nem no tribunal. Já fui lá a casa com a GNR duas vezes mas não falei com ela.”</p> <p>A4 – “Agora não falamos, dizemos ao filho, e ele vai me dizendo e dizendo a ela. Mas houve altura que nos falava mos, ela vinha cá a casa como vocês sabem e mesmo ao telemóvel falávamos.”</p> <p>A5 – “Não, nunca mais falei com ela. Resolvemos as coisas através da minha filha e advogada.”</p> <p>A8 – “Contacto não. Mas já lhe enviei cartas pelos correios.”</p> <p>A11 – “Nunca mais voltei a falar com ela, porque ela não quer. Falo com os filhos eles dizem-lhe.”</p> <p>A12 – “Não, nunca nos encontra-mos depois disto, se não vocês sabiam, mas já falamos ao telefone por causa dos filhos. Eles vêm cá a casa e às vezes falo com ela.”</p> <p>A13 – “Não tenho contacto.”</p> <p>A19 – “Não. Evito os locais onde ela possa estar.”</p> <p>A20 – “Não tenho nenhum contacto nem com meu filho. Resolvo tudo no tribunal e na comissão de menores.”</p>
<i>Utilização dos meios de vigilância eletrónica</i>	<ul style="list-style-type: none"> Eficácia das políticas; 	<p>Questão 17 – Relativamente às políticas públicas, VE e leis em vigor, entende que são as mais adequadas e eficazes para estas situações?</p> <p>A2 – “Acho que sim. Disse logo que queria a pulseira no tribunal. Não conhecia ninguém, mas acho que é a melhor coisa.”</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade com outros meios; • Eficácia no afastamento entre agressor/ vítima; 	<p>A3 – “As leis podiam melhorar para ajudar a resolver as coisas de outra maneira. Eu tenho andado no CRI e em Coimbra e todos me ajudam. Mas noto que há leis para grandes e pequenos. Não deviam deixar as pessoas como cães, sem saber se têm onde ir, dormir e comer.”</p> <p>A4 – “Não entendo nada disso, destas leis que estragam a vida às pessoas, estragaram-me a vida e a ela também e ao filho que é doente.”</p> <p>A5 – “Sim, são boas assim ajudam as pessoas a afastarem-se e não deixam que façam mal. Não se podem encontrar. Assim podemos começar a fazer a nossa vida.”</p> <p>A8 – “Acho que é bom, mas os casos mais graves deviam ir presos.”</p> <p>A11 – “As leis são boas, porque afastam as pessoas, e fazem pensar. Não é fácil mas ajuda.”</p> <p>A12 – “Acho bem agora, mas no início não pensei assim porque fiquei sem nada, sem casa e ninguém ajudava, fiquei no meio da rua e ninguém se importou, só a família é que ajudou. Sim, devia haver outras leis para os homens, errar é humano.”</p> <p>A13 – “Foi a melhor coisa que me aconteceu, assim cumprio regras. Já devia haver há muitos anos. Concordo com as leis e com as políticas.”</p> <p>A19 – “Penso que é excessivo, porque não sou nenhum criminoso e nunca lhe toquei. Mas no geral concordo com estas políticas.”</p> <p>A20 – “Não sei muito disso, mas acho que são boas.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Uso efetivo; • Sentimento de segurança • Receio de exposição no espaço público ou implicações na privacidade • Repercussões no contexto profissional • Obstáculos e dificuldades na utilização equipamentos; • Alterações nas rotinas diárias 	<p>Questão 19 – Entende existir algum tipo de condicionamento, quer a nível profissional, pessoal ou social com a utilização dos equipamentos? Se sim diga em que situações e se já lhe causaram embaraço?</p> <p>A2 – “Não, no trabalho ando com ele no bolso e outras vezes fica na carrinha perto de mim. Noutros sítios não tenho problemas, quando apita já sei o que fazer.”</p> <p>A3 – “Não. No início era complicado, não sabia como funcionava e isto tocava sempre e a bateria. No trabalho nunca tive problemas. No café e festas vou pouco, mas às vezes apita.”</p> <p>A4 – “No trabalho não, e não tenho amigos por isso não causa problemas, às vezes é a bateria um homem fica sem saber onde carregar e depois vocês ligam e ficamos nervosos, mas vivo bem com isto.”</p> <p>A5 – “Não, não, no trabalho não tenho problemas e em casa também não. Só às vezes a bateria e o GPS, mas sei o que fazer. Nos amigos, alguns sabem, outros não. Quando toca eles até brincam comigo.”</p> <p>A8 – “Só no trabalho é que faz mais transtorno porque não posso ir para certos sítios trabalhar.”</p> <p>A11 – “No trabalho não me incomoda, porque os colegas são compreensivos com a minha situação.”</p> <p>A12 – “Não, no trabalho ando sempre com ele no bolso, nunca tive problemas. Às vezes no trabalho não trazia no bolso e ligavam-me para ir busca-lo. Com os amigos eles sabem e tudo bem, eu expliquei o que era. Quando toca eles dizem, olha os guardas. Não tenho problema em andar com isto.”</p> <p>A13 – “Não tenho tido problemas nenhuns, tanto colegas como no café todos sabem e às vezes até brincam comigo.”</p> <p>A19 – “Por vezes faço alterações dos meus percursos. Os sons dentro de locais públicos causa-me embaraço.”</p> <p>A20 – “Sim, sabe eu tive que sair de casa e estou a viver sem eletricidade. Para carregar tenho que ir ao café e é chato. No trabalho não me incomoda.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade com outros meios; • Obstáculos e dificuldades na utilização equipamentos; 	<p>Questão 20 – Quais as suas maiores dificuldades na utilização dos equipamentos de VE, e como acha que poderiam funcionar melhor?</p> <p>A2 – “A bateria dura pouco tempo e apita por falta de GPS. Acho que devia existir um carregador para o carro. Já fiz e recebi chamadas do equipamento e é fácil.”</p> <p>A3 – “Agora não tenho. Às vezes a bateria e GPS falham, e não sabia que isto apitava tanto. Para melhorar devia ter bateria que durasse mais.”</p>

	<p>A4 – “Poucas, agora é poucas dificuldades, é mais a bateria, tenho que carregar muitas vezes. Às vezes ligam para ir à rua por causa do GPS ou rede, mas já ando bem com ele. Antes dava muitos toques e apita quando passo ali na rua.”</p> <p>A5 – “Poucas, no início era mais, agora não tenho tido problemas. Ponho sempre a carregar como os senhores disseram. Só toca o alarme quando passo em casa e pelo GPS. Já atendi chamadas no equipamento mas nunca telefonei.”</p> <p>A8 – “Não tive grandes dificuldades. Sei ligar e atender do equipamento e percebo as mensagens.”</p> <p>A11 – “Nunca tive dificuldade, só tive problemas com a pulseira que estava apertada e pedi que alargassem.”</p> <p>A12 – “Não há problemas, deixo sempre a carregar à noite, antes no início era mais complicado, não tinha onde carregar e nem sabia trabalhar com isto. Agora já sei trabalhar e atender. Acho que funciona bem.”</p> <p>A13 – “Não tenho dificuldades, à coite carrego normalmente. Quando passo perto de casa isto apita e quando falha a bateria também.”</p> <p>A19 – “As maiores dificuldades é ter que andar sempre a carregar a bateria e a falta do GPS.”</p> <p>Questão 21 – Acha que os meios de VE são uma boa maneira de prevenir possíveis comportamentos violentos por parte dos agressores com as vítimas?</p> <p>A2 – “Sim, porque acho que nos separa um do outro e temos medo de fazer algo que prejudique.”</p> <p>A3 – “São pois. Prova que não ando atrás dela e não fiz mal a ninguém. Só quero fazer a minha vida e não ter problemas. Previne e ajuda a provar que não fiz nada.”</p> <p>A4 – “Não, então elas podem deixar o aparelho em casa e irem fazer o que quiserem, podem prejudicar os homens, como aconteceu comigo, mas o homem se quiser fazer mal pode. Não é isso que evita.”</p> <p>A5 – “Sim, são porque estão proibidos de estarem perto e de contactar. Estão todos em segurança. Acho bem em todos os casos da TV e deviam usar VE e não havia tantas mortes.”</p> <p>A8 – “Não. Foi tudo ao contrário, se pudesse falar com ela as coisas resolviam-se.”</p> <p>A11 – “Acho que sim. Dá para pensar e é difícil. Penso muito nos erros e a parte mais difícil é afastar-nos dos que mais gostamos.”</p> <p>A12 – “Acho que sim, assim somos obrigados a estar longe delas e somos mais controlados e mais ajudados para não fazermos o mesmo erro. São bons são.”</p> <p>A13 – “Assim cumprio regras e já posso fazer a minha vida à vontade, quanto mais longe dela melhor.”</p> <p>A19 – “Acho excessivo no meu caso e não consigo compara por não conhecer ninguém na mesma situação.”</p> <p>A20 – “Acho que sim, porque vai ajudar a resolver as coisas e dos filhos. Mas com isto pareço um cão.”</p> <p>Questão 22 – Sente apoio por parte dos técnicos para ter todo o tipo de apoio relacionado com a utilização dos equipamentos?</p> <p>A2 – “Sim. No início tive dificuldades, também tive medo e receio, mas sempre me explicaram tudo e qualquer dúvida liguei.”</p> <p>A3 – “Sim claro. Vocês sempre me ajudaram muito. Sempre me deram apoio. Os técnicos já cá vieram e dizem o que fazer quando apita muito, no geral todos apoiam.”</p> <p>A4 – “Sim, andavam sempre a ligar-me, para ver onde andava, mas tinha que passar na rua para trabalhar. Sim, todos apoiavam e diziam o que fazer.”</p> <p>A5 – “Sim, sim, quando não saba ou não carregava, vocês diziam-me e às vezes vêm a casa ver os equipamentos ou trocar.”</p> <p>A8 – “Sim, sempre me explicaram tudo.”</p> <p>A11 – “No equipamento sempre me apoiaram.”</p>
--	--

	<p>A12 – “Sim, sinto, ligam e mandam mensagem a dizer por causa da bateria, eu compreendo, mas sempre com apoio. Ainda me trocaram a pulseira um dia destes.”</p> <p>A13 – “Sim, sinto apoio por parte dos técnicos com os equipamentos.”</p> <p>A19 – “Sinto apoio principalmente quando instalaram equipamentos.”</p> <p>A20 – “Sim, são porreiros. Já me vieram visitar e trocar equipamento.”</p> <p>Questão 23 – Sente que a equipa técnica o apoia neste processo?</p> <p>A2 – “Sim. Tive sempre apoio de todos os técnicos. A coordenadora ajuda bastante, mesmo no trabalho comunitário. Quando estive no hospital também tive muito apoio da vossa parte.”</p> <p>A3 – “Sabe que no início não foi fácil. Era coisa a nível do processo, depois foram vendo quem eu era e ajudaram. A coordenadora ajuda muito. Eu ligo muito para vocês e gosto muito de falar, mais com uns do que outros.”</p> <p>A4 – “Poucas vezes, no início pensava que queriam prejudicar-me, só falavam quando ia a tribunal. Agora já está melhor, ajudavam mais a ela que a mim.”</p> <p>A5 – “Sim, se tenho alguma dívida vocês ajudam-me, já aconteceu várias vezes.”</p> <p>A8 – “Sim, não posso dizer o contrário. Sempre me apoiaram. Ligo para vocês quase todos os dias para tirar dívidas.”</p> <p>A11 – “Tenho tido muito apoio em tudo e já cá vieram falar comigo várias vezes.”</p> <p>A12 – “Sim, ajudaram muito e no início sim, porque eu não tinha para onde ir e ajudaram-me a ir para casa da minha. Todos ligam, agora está tudo bem.”</p> <p>A13 – “Sim, mas a coordenadora não compreende que por vezes tenho que passar perto da casa dela.”</p> <p>A19 – “Dentro do possível sempre me ajudaram e tiraram dívidas.”</p> <p>A20 – “Acho que sim. Quando preciso ir ao tribunal ou comissão de menores, ligo para vocês a informar e se tiver dívidas pergunto.”</p>
--	---

- Participação ativa dos técnicos;

Análise dos técnicos

<i>Categorias</i>	<i>Unidades de registo</i>	<i>Unidades de contexto</i>
<i>Violência doméstica</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança na medida; 	<p>Questão 7 – Acha que as políticas existentes de combate à VD se mostram eficazes? Porquê?</p> <p>T1 – “Não. A VD é um problema social com fortes raízes culturais, deve ser tratado como tal. Não focar apenas nos problemas das vítimas, deve ir às raízes”.</p> <p>T2 – “Nuns casos sim, outros não. É um fenómeno complexo podendo gerar controvérsia. O certo é o número está a aumentar.”</p> <p>T3 – “Há muito a fazer. Existe a necessidade de grupos multidisciplinares para agressores e Vítimas. Existem muitas lacunas no trabalho com agressores, que os conduzem para comportamentos normativos.”</p> <p>T4 – “Não. Faltam instituições que ajudam agressores a tratar-se dos vários problemas, desde álcool, até ao autocontrolo dos ciúmes e violência.”</p> <p>T5 – “Nem sempre. Pois só são políticas de prevenção.”</p> <p>T6 – “Não. Penso que a avaliação das raízes das condições sociofamiliares das famílias seria fundamental para atenuar a problemática.”</p> <p>T7 – “Ainda são insuficientes.”</p> <p>Questão 8 – Porque é que as vítimas de VD muitas vezes pretendem manter ou reatar a relação com agressores/as?</p> <p>T1 – “Mais uma vez a parte social e cultural está na mente das pessoas, (o homem é o pilar da casa) e o sustento da família. Para muitas vítimas, o homem sem álcool nem é violento.”</p> <p>T2 – “Muitos agressores demonstram arrependimento e sentimento um pelo outro. Noutros casos existe dependência financeira da vítima, não esquecendo os filhos”</p> <p>T3 – “Deve-se: subjugação emocional; preconceito cultural (ex. divórcio) e dependência económica.</p> <p>T4 – “Falta de recursos económicos, a educação que lhe foi dada, medo de represálias, os filhos”</p> <p>T5 – “Por dependência económica e pelos filhos em comum.”</p> <p>T6 – “Dificuldade na reorganização da sua vida, devido dependência económica, e receio da continuação dos comportamentos violentos.”</p> <p>T7 – “Devido à vulnerabilidade afetiva, económica, social e familiar.”</p> <p>Questão 9 – Quais os contributos a dar, enquanto técnico, para que a medida de acompanhamento com VE tenha sucesso, e não se verifique reincidência no período posterior à medida?</p> <p>T1 – “Sem formação dada pelo serviço na área, o contributo é algum conhecimento da vida, o ouvir, e o acompanhamento no dia-a-dia.”</p> <p>T2 – “Os contributos são: uma vigilância responsável e rigorosa, tratar as pessoas de forma correta; bom entendimento e coordenação com OPC.”</p> <p>T3 – “Discurso preventivo, educativo, corretivo e fiscalizador conjugado com as obrigações do tribunal. Pode ajudar a desbravar caminho para resolução do problema.”</p> <p>T4 – “Depende do vigiado. Se foi um episódio ou mais de abuso do álcool, enquanto não perceber que tem de se tratar, volta ao mesmo. Obrigação de tratamento em todos os potenciais problemas.”</p> <p>T5 – “Tentar fazer com que o agressor refaça a sua vida. A partir do momento que o agressor tenha objetivos de vida o mesmo passa a ter outra postura.”</p> <p>T6 – “Primeiro, manter um afastamento no contacto e relacionamento com a pessoa. Ser rigoroso e ao mesmo tempo mostrar disponibilidade para compreender a dimensão dos problemas em questão.”</p> <p>T7 – “Ajudar assumir e identificar as causas da violência, e apoiar na opção de outras alternativas na resolução correta dos conflitos. Reorganização emocional do arguido e ultrapassar os preconceitos de género.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores de sucesso e insucesso; 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Papel dos técnicos; 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores de sucesso e insucesso; 	

Utilização dos meios de VE	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança na medida; • Fatores de sucesso e insucesso; • Resultados práticos na vida dos intervenientes; 	<p>Questão 12 – Qual a sua percepção para a melhoria da qualidade de vida, segurança e autonomia das vítimas com a VE?</p> <p>T1 – “Para algumas vítimas a qualidade de vida melhora muito, sentem-se mais livres e com mais poder.”</p> <p>T2 – “Se tudo correr bem e sem percalços e houver seriedade de todos os intervenientes, esta medida pode ser eficaz para garantir segurança e autonomia das vítimas.”</p> <p>T3 – “Vítima sente-se mais segura, maior autoestima, pois tem controlo sobre proximidade de agressor, e sobre as rotinas.”</p> <p>T4 – “As vítimas devem adotar comportamento de defesa, cortando por completo com agressor.”</p> <p>T5 – “A vítima ao sentir-se mais segura, faz com que a mesma volte às suas rotinas diárias sem problemas, podendo a mesma refazer a sua vida.”</p> <p>T6 – “Melhora a partir do momento que o controlo permite as vítimas, as que querem, autonomizar-se e reorganizar as suas rotinas e a sua vida.”</p> <p>T7 – “Na grande generalidade as Vítimas consideram que têm quotidiano mais tranquilo e conseguem reorganizar a sua vida, têm muita confiança no sistema de vigilância.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados práticos na vida dos intervenientes; • Complementaridade com outros meios; • Papel dos técnicos; • Confiança nos equipamentos; 	<p>Questão 10 – Relativamente à VE, acha que é o meio mais eficaz para manter o afastamento entre vítima e agressor e influenciar os comportamentos e práticas do agressor para com a vítima? Porquê?</p> <p>T1 – “Até à data é, pois como é uma aplicação mais dura para ambos, a mudança dos comportamentos é visível. Deve-se ao facto de sabermos estar a ser vigiados.”</p> <p>T2 – “Depende dos intervenientes. Em alguns esta medida cria uma esfera de inibição e vergonha que faz com que haja maior responsabilidade de ambos. Noutros casos existe dívida, descrédito, desvalorização, ficando mais difícil o acompanhamento.”</p> <p>T3 – “É mais um passo nas políticas de intervenção. É o que acautela melhor neste momento o risco. Conjugado com equipas multidisciplinares para agressores e Vítimas, podemos caminhar para maiores taxas de sucesso.”</p> <p>T4 – “Não será o meio mais eficaz, mas é um deles, este controlo faz com que o arguido pense duas vezes antes de cometer algum crime relacionados.”</p> <p>T5 – “Sim. Apesar de ser uma medida só de prevenção a mesma faz com que o agressor passe a ter outras rotinas no seu dia-a-dia e vai provocando ao agressor outros hábitos.”</p> <p>T6 – “A prisão será sempre mais eficaz. No entanto, nos casos em que não justifica a prisão, a VE é certamente a mais eficaz no momento.”</p> <p>T7 – “Faz uma parte da questão que é o aspeto físico. A nível emocional e emotivo devem ser complementadas com intervenção técnica especializada que também é efetuada mas também devia haver programas específicos.”</p> <p>Questão 11 – No seu entender, como avalia a confiabilidade da tecnologia utilizada na VE e quais os aspetos que pode evoluir tecnologicamente?</p> <p>T1 – “Têm vindo evoluir de forma positiva, é fiável na maioria dos casos. Poderá diminuir o tamanho e autonomia da bateria.”</p> <p>T2 – “Acho que não são perfeitos, existem lacunas que podem dificultar a tarefa do técnico. Não tenho ideia formada sobre evolução da tecnologia.”</p> <p>T3 – “Quando utilizada corretamente, é ferramenta importante. Pode evoluir para única pulseira (uma para agressor e outra para vítima), para não depender apenas da colaboração.”</p> <p>T4 – “Como tudo não é 100% confiável, mas o nível da tecnologia é bastante grande. Pode evoluir para único aparelho, ou seja, pulseira com gps integrado.”</p> <p>T5 – “A confiabilidade é boa, mas o sinal devia ser melhorado.”</p> <p>T6 – “Desde que vítima e agressor colaborem, os equipamentos são confiáveis. Podem melhorar na autonomia, peso e tamanho. Espera-se num futuro próximo, um único dispositivo para vítima e agressor.”</p> <p>T7 – “Considero a tecnologia fiável, embora as falhas de GPS possam ser melhoradas e os alarmes reportados ao momento.”</p>

	<ul style="list-style-type: none"> Recusa/obstáculos utilização equipamentos; Fatores de sucesso e insucesso; Durabilidade da medida; 	<p>13 – No seu entender, quais os principais obstáculos para uma maior eficiência na utilização dos meios de VE para proteção das vítimas?</p> <p>T1 – “Primeiro: as vítimas não utilizam corretamente equipamentos; não seguem as regras estabelecidas. Segundo: falta de rede e bateria.”</p> <p>T2 – “Sistema não é perfeito. Intervientes quando não encaram medida com seriedade e responsabilidade.”</p> <p>T3 – “Falta de intervenção junto dos agressores relativamente a tratamento de comportamentos aditivos, de saúde mental. Ambivalência de comportamentos das vítimas (manter contacto com agressores).”</p> <p>T4 – “Dependendo das vítimas, a má utilização dos equipamentos, não os transportando consigo.”</p> <p>T5 – “A má utilização dos equipamentos por parte do agressor e da vítima.”</p> <p>T6 – “Maior obstáculo é a desvalorização da vítima e não se fazer acompanhar do equipamento. Outro, a falta de autonomia.”</p> <p>T7 – “Melhorar conhecimentos técnicos acerca da violência doméstica nos técnicos que intervêm.”</p> <p>Questão 14 – Dos casos que já acompanhou, considera ter sido determinante para aqueles em que a intervenção teve sucesso?</p> <p>T1 – “Apesar de falta de formação na área, considero enquanto elemento de uma equipa que faça tudo para que o processo tenha sucesso.”</p> <p>T2 – “Sim. Uma intervenção célere, rigorosa e responsável, é determinante para o sucesso do caso de VD.”</p> <p>T3 – “Sim. Permite que se reorganizem emocionalmente, alterar rotinas, desvincular-se da relação. Cada caso tem as suas especificidades.”</p> <p>T4 – “Sim. A intervenção em alguns casos fez com que abram novos horizontes e formarem outros objetivos aproveitando a estigmatização que a própria medida provoca.”</p> <p>T5 – “Sim. Pois para além da prevenção também foi feito um acompanhamento junto do agressor para o mesmo refazer a sua vida e para o ajudar com o processo.”</p> <p>T6 – “Sim, em alguns. Muitos dos agressores e vítimas, têm nos técnicos os únicos dispostos a compreender os seus problemas. Verificou-se em alguns a alteração de rotinas e comportamentos dissuadindo contactos e aproximações entre agressor e vítima.”</p> <p>T7 – “Na generalidade sim.”</p> <p>Questão 15 – Na sua opinião e de acordo com a experiência dos processos que seguiu ou segue, o que vem a seguir à VE? A resolução do problema ou teria que haver VE para sempre?</p> <p>T1 – “Na minha opinião devia pensar-se o antes de a seguir à vigilância. Promover a reintegração social do agressor, dar-lhe apoio necessário para a sua vida, profissional, família e saúde. Tirar a ideia do criminoso, sensibilizar e educar.”</p> <p>T2 – “Para sempre não existe. Uma vez que ao cessar a mesma, o problema ficou resolvido.”</p> <p>T3 – “A VE nos casos de VD deve manter-se até a avaliação do risco seja diminuta. A intervenção técnica deve prolongar-se no tempo, permitindo consolidar a adoção de comportamentos normativos. Avaliações contínuas para menor reincidência.”</p> <p>T4 – “Nem uma coisa nem outra. Situações são diferentes. A VE deve manter-se até percepção do perigo iminente, a seguir ao crime e durante o processo, partilha de bens. Depois nova avaliação e retirada dos meios de VE.”</p> <p>T5 – “Depende do caso, pois não existem pessoas iguais.”</p> <p>T6 – “O acompanhamento deve ter uma intervenção mais alargada que a VE. Esta é importantíssima, mas não a única. No momento em que tribunal entenda que a avaliação do risco seja diminuta devem ser retirados equipamentos. Outra situação é o acompanhamento multidisciplinar que deve prolongar-se por mais tempo, quer para vítima quer para agressor.”</p> <p>T7 – “Por vezes propomos vigilância mais algum tempo. Noutros casos sugerimos a retirada dos equipamentos.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Fatores de sucesso e insucesso; Papel dos técnicos; Resultados práticos na vida dos intervenientes; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Fatores de sucesso e insucesso; Durabilidade da medida; 	